

**Universidade de São Paulo
Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”
Centro de Energia Nuclear na Agricultura**

Políticas públicas por um território agroecológico

Nadia Rosário de Oliveira

Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestra
em Ciências. Área de concentração: Ecologia Aplicada

**Piracicaba
2022**

Nadia Rosário de Oliveira
Engenheira Florestal

Políticas públicas por um território agroecológico
versão revisada de acordo com a Resolução CoPGr 6018 de 2011

Orientador:
Prof. Dr. **MARCOS SORRENTINO**

Dissertação apresentada para obtenção do título de
Mestra em Ciências. Área de concentração: Ecologia
Aplicada

Piracicaba
2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
DIVISÃO DE BIBLIOTECA – DIBD/ESALQ/USP

Oliveira, Nadia Rosário de

Políticas públicas por um território agroecológico / Nadia Rosário de Oliveira. -
- versão revisada de acordo com a Resolução CoPGr 6018 de 2011. - - Piracicaba,
2022.

132 p.

Dissertação (Mestrado) - - USP / Escola Superior de Agricultura “Luiz de
Queiroz”. Centro de Energia Nuclear na Agricultura.

1. Agroecologia 2. Organização comunitária 3. Agricultura familiar 4. Educação
ambiental. 5. Pesquisa-intervenção. I. Título

DEDICATÓRIA

*Dedico este trabalho à toda a comunidade
do Distrito de Tupi em Piracicaba/SP.*

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Marcos Sorrentino, que foi e é um verdadeiro parceiro em todo o meu processo de aprendizagem e formação cidadã.

A comunidade de Tupi por toda a abertura, contribuição e construção conjunta deste trabalho e para as novas possibilidades e sonhos para o nosso território. Agradecimento mais que especial ao Luis Milner, Fabio Brasil, Luana Nunes, Rosivaldo Pereira, Claudinez Defavari, Andrea Schiavi, Reynaldo Vitória, André Steagal e Natalia Canto.

As equipes e pessoas do Posto de Saúde da Família de Tupi, da Escola Estadual Pedro de Mello e da Escola Municipal José Antônio de Oliveira.

A toda Oca, por tudo durante esses 7 anos de convivência e parceria. Com muito carinho agradeço Luã Trento, Bruno Fernandes, Bruno Garcia e os grupos de extensão Casa do Bem Viver e Motyrõ.

Ao grupo Raízes de Tupi, Bruno, Leticia, Luís, Stefany, Bianca, Arthur, Malu, Giulia, Akil, Lucas, Vanessa, Laura e Camila, por serem parte disso tudo que conto aqui neste trabalho, ele é também de cada uma/um de vocês.

Agradeço ao Luis Agostinho pela confecção dos mapas que deixam este trabalho mais completo e visual.

A minha família, Reinaldo, Cristina, Laís e Davi, por todo apoio e carinho.

Aos meus grandes amores Gabriella, Lorena, Bruna, Afonso, Paloma, Yuri, Samuel, Gabriela, Beatriz, Rafaella e Conceição pela alegria, companheirismo e todo o amor transbordado, longe ou perto.

A minha psicóloga Vitória Huszcz, por estar comigo e me ajudar em todo o meu processo de transformação.

A Prof.^a Vanilde Ferreira de Souza Esquerdo e ao Prof. Paulo Eduardo Moruzzi Marques pelas inúmeras e valiosas considerações, por toparem fazer parte do comitê de acompanhamento desta pesquisa e sempre estarem disponíveis e atentos.

As Prof.^a Ana Dionísia Novembre e Prof.^a Eliana Tadeu Terci pela coordenação das bolsas para a graduação e projetos realizados.

A equipe da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento de Piracicaba, por todo esforço e apoio as demandas oriundas das ações desta e outras pesquisa.

As secretárias do Departamento de Ciências Florestais, Carol, Ângela e Vana; a secretária do Departamento de Produção Vegetal, Silvia Borghesi e a Assistência Técnica Financeira pelo apoio aos projetos.

A secretária do Programa de Pós-graduação em Ecologia Aplicada ESALQ/CENA, Mara Casarin por toda a sua disponibilidade e apoio para que a pesquisa acontecesse.

A Coordenaria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a Universidade de São Paulo pela concessão das bolsas de mestrado e iniciação científica que contribuíram para que esta pesquisa e tantas outras mais saíssem do papel.

As bibliotecárias da ESALQ/USP, Kátia Maria Andrade e Eliana Garcia pela atenção e cuidado na revisão deste trabalho.

SUMÁRIO

RESUMO.....	7
ABSTRACT	8
LISTA DE FIGURAS	9
LISTA DE QUADROS	10
LISTA DE SIGLAS	11
1. APRESENTAÇÃO.....	13
2. INTRODUÇÃO.....	23
3. OBJETIVOS.....	27
4. BASE TEÓRICA.....	29
4.1. Políticas Públicas.....	29
4.2. Agroecologização de territórios	34
5. MATERIAL E MÉTODO	41
5.1. Pesquisa participante e pesquisa intervenção	41
5.2. Técnicas e instrumentos metodológicos	41
5.3. O município de Piracicaba e o Distrito de Tupi.....	45
5.4. O grupo Raízes de Tupi.....	50
5.5. Organização comunitária em Tupi	53
5.6. Rota do Tupi.....	59
6. RESULTADOS E REFLEXÕES ANALÍTICAS.....	65
6.1. A potência da memória e história do Tupi: um olhar para o presente.....	65
6.2. A potência socioambiental do Tupi.....	76
6.3. A potência de ação comunitária em Tupi	86
6.4. Rota do Tupi.....	95
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
REFERÊNCIAS.....	111
APÊNDICES	121
ANEXOS	129

RESUMO

Políticas públicas por um território agroecológico

A temática socioambiental, especialmente a que se refere aos cuidados com os usos da terra e com a alimentação, pode encontrar na agricultura familiar, agroecologia e agrofloresta, caminhos locais e regionais que incidam nas esferas social, econômica e ambiental, por meio de mudanças culturais e educacionais que potencializem a transição para sociedades sustentáveis. Nesta perspectiva, este trabalho procurou contribuir para a construção de conhecimentos sobre políticas públicas de agroecologia voltados à sensibilização, educação e potência de ação de agricultoras e agricultores e da sociedade em geral, tendo como ferramentas entrevistas, pesquisas intervenções participativas, análise documental, observação participante e grupo focal. De maneira geral, foi possível ter um maior entendimento sobre o Distrito de Tupi, destacando: a importância da sua história e memória e como isso interfere hoje na vida da comunidade; projetos e ações realizados e vinculados a área socioambiental no território e; como as anteriores e todas as demais iniciativas da comunidade, especialmente aquelas que procuram fortalecer a organização comunitária atuam para agroecologizar Tupi. Este trabalho contribuiu diretamente com uma dessas iniciativas, atuando ativamente na criação da Associação Rota do Tupi, composta por pessoas que trabalham com a terra e o turismo rural no distrito. Para além disso, a pesquisa compreendeu como a organização dialógica da comunidade se revela como política do cotidiano, sendo um processo fundamental para massificar a agroecologia no território pesquisado.

Palavras-chave: Agroecologia, Organização comunitária, Agricultura familiar, Educação ambiental, Pesquisa-intervenção

ABSTRACT

Public policies for an agroecological territory

The socio-environmental theme, especially that which refers to care for land uses and food, can be found in family farming, agroecology and agroforestry, local and regional paths that affect the social, economic and environmental spheres, by means of cultural and educational changes that enhance the transition to sustainable societies. In this perspective, this work aimed to contribute to the construction of knowledge about agroecology public policies driven at awareness, education and power of action of female farmers and society in general. Qualitative research, using tools such as interviews, participatory intervention research, document analysis, participant observation and focus group. In general, it was possible to have a broad understanding of the District of Tupi, highlighting the importance of its history and memory, and how this interferes today in the life community; projects and actions linked to the socio-environmental area in the territory; and how these previous ones and all other community initiatives, especially those that seek to strengthen community organization, act to agroecological Tupi. This work directly contributes to one of these initiatives, acting directly and actively in the creation of the “Rota do Tupi Association”, composed of people who work with land and rural tourism in the district. Moreover, the research was able to understand how the organicity of the community reveals itself as a daily policy and is fundamental for the massification of agroecology, making this part of the reality of the researched territory.

Keywords: Agroecology, Community organization, Family farming, Environmental education; Intervention research

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Registros pessoais.	18
Figura 2. Registros pessoais.	18
Figura 3. Registros pessoais.	19
Figura 4. Mapa de localização de Piracicaba e do Distrito de Tupi.	48
Figura 5. População residente no Distrito de Tupi.	48
Figura 6. Rendimento médio por domicílio no Distrito de Tupi.	49
Figura 7. Uso do solo em Piracicaba/SP e no Distrito de Tupi.	50
Figura 8. Descarte de resíduos e agricultura no Distrito de Tupi.	55
Figura 9. Reunião com a comunidade em 16 de outubro de 2020.	56
Figura 10. Reunião com lideranças comunitárias em 04 de maio de 2021.	58
Figura 11. Localização de algumas das iniciativas de agricultura familiar e turismo rural no Distrito de Tupi e região.	72
Figura 12. Atividade no planejamento da Pedro de Mello em 25 de janeiro de 2021.	79
Figura 13. Imagens utilizadas na atividade sobre utopia e conjuntura com a equipe da Pedro de Mello em 07 de maio de 2021.	80
Figura 14. Reunião do grupo Roteiro Tupi em 03 de novembro de 2021 com a presença da SEMA.	99
Figura 15. Reunião da Rota do Tupi com a SEMA e FEALQ.	103
Figura 16. Objetivo geral da Associação Rota do Tupi, 29/07/2022.	106

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Lista de identificação dos sujeitos da pesquisa.	45
Quadro 2. Sistematização de trechos das entrevistas para a categoria sonhos/memória e história.	66
Quadro 3. Anotações de caderno de campo - entrevistas que remetem a categoria sonhos/memória e história.	66
Quadro 4. Sistematização de trechos das entrevistas para a categoria direitos.	81
Quadro 5. Anotações de caderno de campo das entrevistas que remetem a categoria direitos.	82
Quadro 6. Sistematização de trechos das entrevistas para a categoria comunidade fortalecida.	87
Quadro 7. Anotações de caderno de campo das entrevistas que remetem a categoria comunidade fortalecida.	88
Quadro 8. Sistematização de trechos das entrevistas para a categoria ação.....	91
Quadro 9. Anotações de caderno de campo das entrevistas que remetem a categoria ação. ...	92
Quadro 10. Sistematização de trechos do grupo focal para a categoria sonhos/memória/história.	95
Quadro 11. Anotações de caderno de campo dos encontros com o Roteiro Tupi que remetem a categoria sonhos/memória/história.	95
Quadro 12. Sistematização de trechos do grupo focal para a categoria direitos.	96
Quadro 13. Anotações de caderno de campo dos encontros com o Roteiro Tupi que remetem a categoria direitos.	97
Quadro 14. Sistematização de trechos do grupo focal para a categoria comunidade fortalecida.	99
Quadro 15. Anotações de caderno de campo dos encontros com o Roteiro Tupi que remetem a categoria comunidade fortalecida.	100
Quadro 16. Sistematização de trechos do grupo focal para a categoria ação.....	102
Quadro 17. Anotações de caderno de campo dos encontros com o Roteiro Tupi que remetem a categoria ação.	102

LISTA DE SIGLAS

CAR - Cadastro Ambiental Rural

CDRS - Coordenaria de Desenvolvimento Rural Sustentável

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento

CPF - Cadastro de Pessoa Física

CRAS – Centro de Referência e Assistência Social de Piracicaba

DAP - Declaração de Aptidão

DCONP - Declaração de Conformidade

DRP - Diagnóstico Rápido Participativo

ESALQ - Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”

FEPASA - Estação da Companhia de Estradas de Ferro da Ferrovia Paulista

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IPPLAP - Instituto de Pesquisa e Planejamento de Piracicaba

ITR - Imposto Territorial Rural

LUPA - Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo

MAPA - Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS - Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome

OCA - Laboratório de Educação e Política Ambiental

OCS - Organização de Controle Social

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PANC - Plantas Alimentícias não Convencionais

PEAPO - Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PPAIS - Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PSF – Posto de Saúde da Família

SANEAR - Saneamento Rural e Educação Ambiental

SEADE - Fundação Sistema de Análise de Dados do Estado de São Paulo

SEMA - Secretaria de Agricultura e Abastecimento do município

RG - Registro Geral

UPA - Unidades Produtivas

USP - Universidade de São Paulo

1. APRESENTAÇÃO

Em janeiro de 2021 foi realizada mais uma imersão do Laboratório de Educação e Política Ambiental – OCA da ESALQ/USP. Nela foi feita a memória de 2020, por Isabela Köjin Peres, que exemplifica e conta muito do que foi o ano que passou e o contexto em que estamos hoje. A escolha desse texto foi justamente por fazer de maneira ampla uma apresentação sobre a nossa realidade e compreender que foi nela que esta pesquisa se desenvolveu.

Memória de 2020

“O que falar sobre 2020?

Por onde começar - se às vezes parece que ele ainda não acabou? Se mal conseguimos assimilar o que ele foi?

2020 nos obrigou a ressignificar milhares de coisas. Quanta coisa a gente viveu e, ao mesmo tempo, deixou de viver.

Mas, eu estou me adiantando, vamos voltar pro começo.

No dia 31 de dezembro de 2019, enquanto todos se preparavam para as famosas resoluções de ano novo, uma notícia preocupante passou quase despercebida.

Um alerta da Organização Mundial de Saúde para uma doença bastante contagiosa que foi identificada na China e, um mês depois, já estava em 20 países.

Mas, o risco da 3ª Guerra Mundial, depois de um bombardeio americano que matou um líder do Irã, desviou nossa atenção. Esta Guerra não aconteceu, mas outra teve início.

Em fevereiro, a doença ganhou nome: Covid-19 e os casos seguiram aumentando. Embora o epicentro tenha sido a China, a Itália logo entrou em estado de colapso.

Muitas pessoas mortas, em pouquíssimo tempo.

O que não atrapalhou o carnaval por aqui, que foi o mais cheio dos últimos anos.

Em março a OMS confirmou a pandemia e praticamente o mundo inteiro entrou de quarentena.

Passamos a usar máscaras no rosto e álcool em tudo.

Tivemos que permanecer em casa já que a ação prioritária é o distanciamento social.

Parques, escolas, ruas... ficaram vazias e muita coisa fechou.

As varandas se tornaram palcos e até apresentação de ópera rolou para os vizinhos.

O que ficou aberto, teve que mudar o jeito de funcionar.

Trabalho virou “home office”, houve uma proliferação de lives e os pais descobriram como pode ser desafiador ser professor.

O mundo ficou cada vez mais virtual, e talvez isso não fosse um problema tão grande se ao menos os abraços tivessem continuado.

É... foram muitas as mudanças. Internas e externas.

Até o tempo parece ter mudado, com uma nova cadência.

Como se houvesse uma suspensão de tudo e, ao mesmo tempo, uma corrida contra o relógio.

Assistimos, impotentes e aflitos, a doença ir se espalhando pelo mundo globalizado e logo estava no Brasil. Chegou aqui seguindo a lógica da

segregação social e racial do país. A primeira vítima foi uma mulher, negra e empregada doméstica.

Se a gente achava que os desafios seriam “apenas” - entre grandes aspas - lidar com o desgoverno Bolsonaro, tivemos uma ingrata surpresa: ter que fazer o enfrentamento em meio a maior pandemia desde a gripe espanhola.

O Presidente fez tudo para desmerecer a pandemia e escancarou que seu projeto é o da morte e o da destruição. Chamou de gripezinha, incentivou usos de remédios sem comprovação científica, divulgou fake news, aglomerou, não usou máscara, ameaçou a imprensa, entrou em conflito com o Ministro da Saúde, incentivou seus seguidores a invadirem e filmarem os hospitais e quando questionado pelo aumento de mortes - num contexto bem longe dos mais de 240 mil mortos atuais - respondeu “e daí”.

E daí?

Lavou as mãos para Manaus, Amapá e para cada uma das famílias das vítimas. Mas Bolsonaro é apenas uma faceta de um projeto necropolítico muito maior. E a boiada passou. O Pantanal que o diga.

Educação, saúde, ciência, trabalho, meio ambiente, cultura, direitos humanos, direitos dos povos originários e das comunidades tradicionais... todos foram ridicularizados, atacados, invadidos, - quando não violados, desmantelados e destruídos.

O governo acumulou absurdos: hiperinflação, redução do PIB, aumento do desemprego, alimentos caros, volta da fome e da miséria, corrupção, dinheiro na cueca, compra de votos, perseguição à imprensa, envolvimento com milícias, discursos com teores fascistas e muito mais.

E por mais que a gente fale ELE NÃO ou FORA BOLSONARO, sentam em cima das dezenas de pedidos de impeachment.

Aqui, no estado de São Paulo, também foram inúmeros os retrocessos. É preciso lembrar que o nosso {governador} é playboy, mas é o mesmo neoliberalismo. Tudo está à venda.

O povo se virou como pôde. Quem tinha que trabalhar presencialmente, continuou e, mesmo não querendo, teve que se aglomerar nos transportes públicos.

Filas gigantescas para o auxílio emergencial. Míseros 600 reais.

Mas ações e redes de solidariedade emergiram com força e fizeram a diferença.

Centenas de milhares de lives para conversar sobre o “mundo pós-pandemia”. Seria o apocalipse (e até nuvem de gafanhoto teve!) ou a chance de construir outro mundo?

Mas, ai que cansaço... que desânimo. Que tristeza.

E a cada final de semana e feriado, o número de pessoas sem máscara e de aglomerações na academia, no barzinho, nas festinhas, praias, foi aumentando - junto com o número de mortos. Banalizamos a vida e se houve, em algum dia, um limite... não temos mais.

Perdemos o controle a ponto de faltar oxigênio em Manaus, desde o início uma das cidades mais afetadas pela pandemia no Brasil.

Não é paradoxal que Manaus, próximo a maior floresta tropical do mundo, não tenha oxigênio para as pessoas?

Falando nisso, a falta de ar foi bastante característica de 2020 e não apenas pela Covid-19.

I can't breath disse George Floyd antes de morrer. Miguel pediu a mãe, disso sabemos.

Mas João Pedro, Rodrigo Cerqueira, João Alberto, Emily e Rebeca, Zezico Rodrigues, Paulo Paulino Guajajara entre tantas outras vítimas do racismo estrutural... O que disseram eles antes de morrer?

E as vítimas da Covid-19 sem despedida, sem velório?

Vítimas da violência, do descaso, da desumanização.
 É 2020, o senhor não pegou nada leve e provavelmente ficará marcado como o pior ano de nossas vidas.
 Respiremos.
 Reconheço que teve coisas boas também. Vocês conseguem pensar em algo? Vamos parar um instante para nos conectar com isso.
 Sim. Contra a barbárie temos a vida, a arte, o encanto, o afeto, a empatia e a solidariedade.
 Lembro do poema “Instruções para esquivar do mau tempo” de Paco Urondo: a poesia dói nesses filhos da puta.
 O mundo continuou com a sucessão infinita da vida.
 Quantos bebês nasceram, quantos aniversários foram festejados, quantos casamentos aconteceram e juras de amor, amizade e companheirismo foram trocadas?
 “Enquanto houver tu” devemos continuar disse Boaventura para Elisete.
 Somos muitos.
 Estamos juntos, permanecemos, resistimos.
 Olhamos nossas sombras.
 Cuidamos uns dos outros.
 Enunciamos utopias e buscamos revoluções.
 Da carta contra a Ministra da Agricultura à defesa do espaço físico e da contratação de um novo docente de Educação Ambiental.
 Da denúncia às injustiças de uma reintegração de posse e do PL 529 à solidariedade ativa do “Tô aqui”
 Das aulas de yoga antes das reuniões e o Como estou chegando como práticas de autocuidado coletivo, a realização de um Simpósio virtual, mas dialógico, com mais de 200 participantes, lives pré-simpósio e 1 semana de atividades.
 Da construção de textos e projetos à incidência em políticas públicas como o Piranoclima, a Cidade Queremos e o Plano Municipal de Educação Ambiental.
 Da atuação nas eleições à busca pela Revolução 21 em Piracicaba.
 Da participação nas reuniões internas às representações na CIEA, REPEA, ANPPEA, Fórum Popular da Natureza e tantos outros.
 Das formações nas reuniões de sexta e nos subgrupos, às formações com pessoas do Brasil todo.
 Falamos sobre bem viver, cidades resilientes, restauração florestal, diálogo, agricultura urbana, floresta urbana, fóruns florestais, pedagogia waldorf, mergulho em si, tecnologias sociais, educação midiática e fake news, educom, segurança digital, método Oca, cinco pilares, valores para sociedades sustentáveis, educação ambiental revolucionária, pesquisa militante e engajada... fizemos até uma oficina de spot!
 Estágios e pesquisas se encerraram, novas pessoas chegaram e membros antigos voltaram.
 Atualizamos o site e debatemos continuamente sobre a reforma no jardim.
 E acho que posso dizer que terminamos o ano, bastante transformados, mas da mesma maneira que começamos: nos perguntando como a Oca EXISTE nessas diferentes atuações, no 2020 para ser 2000 e sempre.”

No início a gente acredita que as pequenas coisas que fazemos no dia a dia são quase que irrelevantes e que muitas vezes não têm relação com o futuro próximo e distante da vida.

Olhando para o meu início, vejo que ele está totalmente relacionado ao meu presente e futuro como mulher e profissional. A verdade é que não poderia ter escolhido lugar melhor para viver do que Piracicaba, em especial no sítio Recanto Mami, no bairro Colinas de Santa Izabel.

Esse lugar me fez reflexo dele e das minhas ações, vivências, oportunidades e desafios. Sempre existem aquelas que marcam mais e merecem destaque, pois desenformam a gente de um jeito mais intenso do que outras.

Estudar e escola sempre foram assuntos bastante sérios, muito provavelmente por conta de ter mãe professora e, além disso, ela foi uma de minhas professoras. Havia uma cobrança maior em todos os sentidos. Nesse momento fiz algumas das amizades mais intensas da vida e me senti inspirada pelas professoras e professores, quase como que espelhos.

Aquela fase da vida era bastante confusa e não admitia muito bem como faço hoje, mas a minha mãe era (e é) uma das pessoas mais inspiradoras, pois tinha um ritmo de vida intenso, cuidava de nós três, da casa e trabalhava na escola do bairro e em outras do centro. Atualmente olho e penso: “como ela conseguiu?” Não sei, eu mesma me sinto cansada por tão pouco às vezes. Mas depois de conhecer outras mulheres, mães e trabalhadoras, percebi que elas são especiais, regentes e inspiradoras demais.

Ainda na escola comecei um estágio em um viveiro educador chamado Estação Travessia, e o processo de seleção dele foi justamente um resgate sobre o meu passado e antepassados. Lá fiquei por volta de três anos, sendo os dois últimos anos com uma dedicação mais esporádica. Lá também foi que me descobri e estreitei os meus laços com a terra e a natureza de uma maneira geral, por isso abandonei o curso em que estava para fazer cursinho e prestar Engenharia Florestal.

Na universidade veio mais um universo, que do meio para o final ficou tão estrelado e bom, fazendo não ter dúvidas da minha escolha como gente e profissão. Nela, participar das outras atividades fora da sala de aula, como o Centro Acadêmico de Engenharia Florestal, a Associação Brasileira de Estudantes de Engenharia Florestal, a representação discente na coordenação do curso, as atividades em campo, estágios e laboratórios, fizeram toda diferença. Nesses lugares e momentos senti plenitude como estudante, pessoa e profissional, além de conhecer pessoas e lugares inesquecíveis e inspiradores. E, talvez uma das coisas mais importantes, fiz amizades que quero levar para a vida toda.

Antes de falar sobre a pesquisa do presente, é necessário contar qual a relação da pesquisadora com o local de estudo.

Foi em 1992 que a minha relação com o Tupi¹ começou. Tinha 4 meses quando minha família decidiu sair do centro de Campinas/SP e se mudar para um sítio. Na época tínhamos só um vizinho quase na frente e um outro do lado direito; havia vários terrenos, mas poucas casas em que as pessoas moravam de fato. Hoje, 30 anos depois, isso é muito diferente, muito mais famílias na rua em que moro, a água encanada chegou, o saneamento ainda é individual, cada casa tem a sua fossa, ou deveria ter. A estrada é ainda de chão batido e é sempre um desafio na época de chuva, muitas vezes quase intransitável.

A iluminação pública foi chegando, várias das ruas já têm. Na minha, ela acaba a poucos metros antes de se chegar ao portão. Por muitos anos o ônibus escolar foi um dos meios de locomoção para muita gente daqui, era quase como que um combinado, só para chegar até o Tupi, onde é possível tomar o ônibus circular. Há alguns anos o circular passou a rodar dentro do Santa Isabel, passando pela estrada principal e mais três ruas, isso em três horários no dia, às 5h00, 13h15 e 19h30. Longe do ideal, mas já é alguma coisa. Recentemente passamos a ter mais três horários, entre esses que estavam funcionando. Foi mais um avanço, mas que durou pouco, até a pandemia de Covid 19 chegar.

Voltando ao passado, é preciso contar que minha mãe viveu boa parte de sua vida no campo. Ela tem uma família muito grande, são 13 irmãos e no campo a vida parecia mais tranquila de levar, porque comida sempre se tinha. Meu pai é urbano e, por incrível que pareça, foi dele a ideia de viver no sítio. Do início aqui não tenho muitas lembranças, mas fica o compilado de algumas fotos (Figuras 1, 2 e 3) que ajudam a contar essa história.

¹ Na linguagem coloquial é comum se referir à Tupi usando o artigo masculino, então “o”, “no” e “do”. O texto segue essa mesma linguagem.

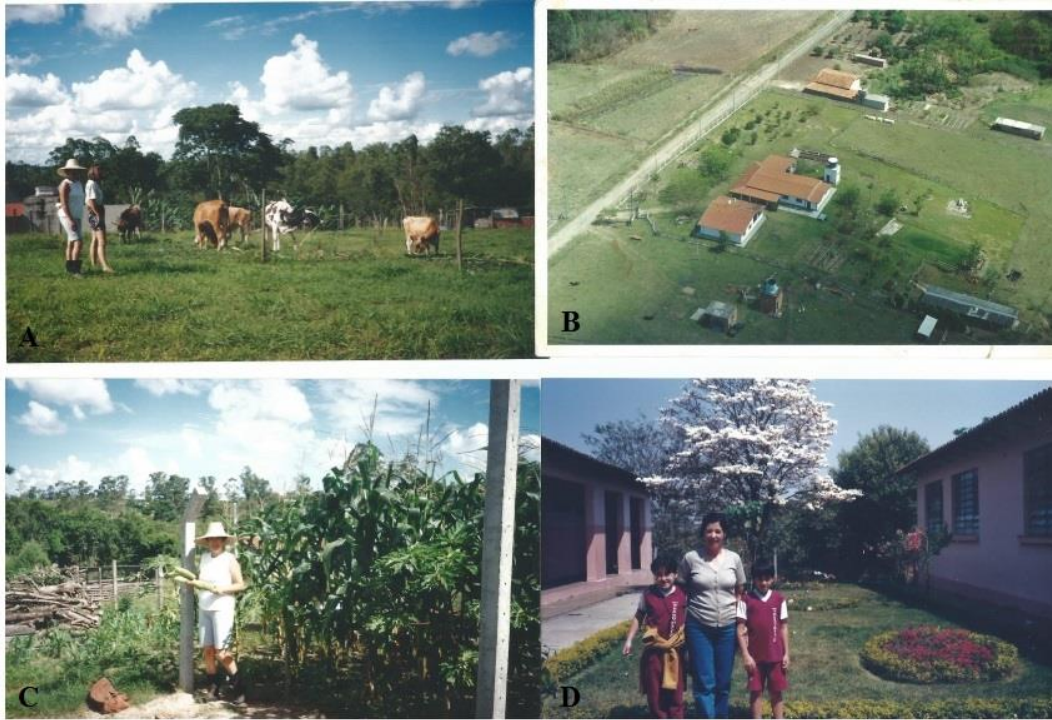


Figura 1. Registros pessoais.

(A). Criação de animais no sítio no final dos anos 1990. **Fonte:** Arquivo pessoal.

(B). Vista aérea do sítio no início dos anos 2000. **Fonte:** Arquivo pessoal.

(C). Mãe e roçado de milho no sítio no final dos anos 1990. **Fonte:** Arquivo pessoal.

(D). Cristina, Nadia e Davi na EE Pedro de Mello no início dos anos 2000. **Fonte:** Arquivo pessoal.



Figura 2. Registros pessoais.

(A). Sítio na década de 1990. **Fonte:** Arquivo pessoal.

(B). Nascimento de bezerro no início dos anos 2000. **Fonte:** Arquivo pessoal.

(C). Horta no sítio no início dos anos 2000. **Fonte:** Arquivo pessoal.

(D). Vista do galinheiro e mata no sítio na década de 1990. **Fonte:** Arquivo pessoal.



Figura 3. Registros pessoais.

(A). Sítio no início dos anos 2000. **Fonte:** Arquivo pessoal.

(B). Sítio no início dos anos 2000. **Fonte:** Arquivo pessoal.

(C). Passeio de carroça no final dos anos 1990 na Estrada 14. **Fonte:** Arquivo pessoal.

(D). Criação de aves e roçado no sítio no início dos anos 2000. **Fonte:** Arquivo pessoal

Por vir do rural e ser bióloga, minha mãe tinha vários conhecimentos sobre as plantas, sobre como cuidar da criação e manter todo esse espaço. Era ela quem cuidava da horta, lembro de sempre termos as verduras ali. Também tenho muito clara a lembrança de plantarmos cenoura, mandioca nunca faltou, se colhia, descascava, picava e congelava. Tinha um roçado de milho e de cana-de-açúcar, a gente adorava brincar no meio deles.

É também necessário dizer que minha mãe era professora no estado e tinha mais dois filhos além de mim. Ela quem mais puxava as atividades no sítio. Meu pai trabalhava em empresas de publicidade e na minha infância não esteve a todo tempo com a gente, isso mudou da minha adolescência para o presente.

Durante esse tempo, a família sempre criou galinhas para termos ovos e durante um tempo isso foi feito do jeito convencional, com granja, onde cada galinha ficava em uma gaiola. Meu pai conta que ele chegou a vender os ovos no varejão do centro. Essa atividade não durou muito, pois ambos tinham suas outras profissões e não tinham outros funcionários para apoiar.

Junto com as galinhas, as vacas eram as outras estrelas do sítio. A produção de leite era constante, meu pai cuidava delas e tirava o leite, minha mãe cuidava do processamento, daí saía leite, queijo, ricota, nata e manteiga. Tenho quase nenhuma lembrança de tomar leite

industrializado até por volta dos meus 20 anos. Hoje essa produção não existe mais por conta de outras responsabilidades e compromissos de quem ainda vive aqui, mas existem outras pessoas, vizinhos nossos, que produzem leite e ainda podemos consumir o que é feito logo aqui ao lado.

Uma lembrança forte é que toda essa produção teve papel importante na renda da família, especialmente quando minha mãe estava no início da carreira de professora e nos momentos em que meu pai esteve desempregado. Além dos ovos e do que vinha do leite, tudo se aproveitava, então quando cada fruta estava na sua época se produzia geleias e doces, como de goiaba, amora, manga, morango, jabuticaba e laranja. Isso tudo era vendido no Distrito e para algumas poucas pessoas da cidade, então minha mãe saía com o carro oferecendo os produtos e conseguiu criar uma clientela fixa.

Vou falar muitas vezes dela porque de fato é uma pessoa importante para o presente trabalho. Era professora de ciências e biologia na escola estadual do Tupi, inclusive tive aulas com ela durante 4 anos. Quando cheguei no ensino médio ela se aposentou, mas não parou. Cristina é uma figura marcante, pois fez parte da formação de vários dos jovens e adultos do Tupi. Quando me apresento aqui, digo meu nome e “sou filha da professora Cristina”, pois é a referência. Ela e meu pai ajudaram a criar a Associação de Moradores do Distrito e participaram durante muito tempo das atividades. Recordo de terem um mapa de parte do Tupi e do pessoal da associação rodar os bairros para realizar uma espécie de censo em alguns dos bairros. Cresci e me formei nesse meio.

O Tupi vem sendo uma referência em projetos de educação ambiental que trazem o jovem como protagonista e em 2009, no último ano do ensino médio, pude participar de um deles. O projeto se chamava Viveiro Educador Estação Travessia e o lugar ficava a cerca de 5 Km de minha casa e a 1 Km da escola. Mesmo crescendo, estudando e vivendo no Tupi, não havia passado pela minha cabeça trabalhar ou estudar sobre o que se tinha/tem aqui, mas o Travessia me chamou atenção quando uma e um ex-estudantes da ESALQ foram conversar e procurar jovens para um estágio. O que foi dito ali é que a gente não iria apenas trabalhar na enxada, mas ter apoio nos estudos, aulas complementares as da escola e sobre outros temas também.

O fato é que o Estação Travessia foi a grande experiência que abriu meus olhos para encarar de outra maneira o lugar onde vivia/vivo e que existiam/existem muitas possibilidades do que se fazer por aqui. Nesse projeto, temas como restauração florestal, educação, paisagismo, arte, arquitetura, agronomia, filosofia e política eram abertamente conversados e dialogados e faziam parte do nosso dia-a-dia de trabalho. Isso tudo para que no final do estágio estivéssemos preparados para receber escolas; e foi o que aconteceu no final de 2010

quando uma turma da Pedro de Mello visitou e participou de atividades no espaço. Foi nesse processo que abandonei um curso de gestão empresarial que havia ingressado logo ao terminar a escola para prestar engenharia florestal.

Durante toda a graduação o meu envolvimento com esse lugar não foi tão intenso. O Travessia ainda existiu até parte dela e lá pude desenvolver algumas atividades que envolviam a arte, uma de minhas descobertas durante o meu período de estágio. Eu estava presente nas festividades da escola e do bairro, mas sem desenvolver atividades de estudo e pesquisa sobre o distrito, até chegar ao presente projeto de pesquisa. Por vontades pessoais resolvo voltar, acompanhar e contribuir com as movimentações deste território.

Entro no mestrado já com um projeto delineado para se conversar e também ouvir o Tupi. Essa pesquisa buscou compreender, dialogar e colaborar com a organização comunitária do Distrito de Tupi, tendo a agroecologização como questão central e que dá rumo à transição para sociedades sustentáveis, sendo indispensável nesse diálogo a abordagem das políticas públicas e da agroecologia, não limitando políticas públicas como ações do Estado, muito menos agroecologia a prática de agricultura e manejo de cultivos. A escolha do território não é à toa, vivo aqui e a todo momento questionei sobre o quanto minha formação e estudo poderiam contribuir com esse lugar.

No contexto deste trabalho, para além do território de atuação tem também a relação com a universidade, que é bastante desgastante, cansativa e desanimadora, já que para que essa e outras pesquisas relacionadas acontecessem, precisei ser mais do que uma mestrande: fiz administrativo, financeiro, coordenação de projetos e orientação de vários estudantes de graduação, sem ter o devido reconhecimento por todo esse acúmulo de funções. E eu mesma reconheço que esse acúmulo acontece, em partes, por vontade própria e, principalmente por saber que se isso não for feito, pesquisas que dialogam com a extensão e comunicação não saem do papel.

Este trabalho, que é pesquisa, mas é também relato, vem nesse sentido de reaproximação, de descoberta e de ação sobre o território em que vivo e pesquiso. Envolvendo diversas pessoas e grupos, sejam da universidade, da agricultura, do meio ambiente, da educação e da saúde, junto de toda essa gente pude, talvez, enunciar o entendimento sobre agroecologia, políticas públicas e o que pode ser agroecologização territorial para este lugar em específico.

Para isso, a proposta se delineou no reconhecimento do território no seu primeiro ano e meio de trabalho, ouvir, pesquisar, ler sobre e com o lugar. Desse processo são identificados pontos-chave: a história do território, o trabalho socioambiental desenvolvido em Tupi e a organização comunitária local. Isso tudo em uma perspectiva de como o grupo de estudantes

atua junto à comunidade e como se desenrolou a intervenção desta pesquisa, que foi a contribuição para a organização de um grupo de agricultores e agricultoras que produzem alimentos e trabalham, simultaneamente, com turismo rural.

2. INTRODUÇÃO

Garantir o acesso à terra e a sua utilização é um direito social de responsabilidade do poder público, sendo ele quem coordena e implementa a reforma agrária e as políticas agrícolas no país (BRASIL, 1964). Apesar disso, Bergamasco (1997) afirma que a reforma agrária no Brasil ainda é feita, em sua maioria, para a resolução de problemas pontuais, não com o objetivo de resolver de fato a distribuição desigual de terras e ignorando outros fatores que estão associados à essa problemática, como a pobreza, a fome, a exclusão social e a capacidade produtiva da agricultura familiar.

Por definição, a agricultura familiar é aquela realizada em áreas rurais que possuam até quatro módulos fiscais, além disso, é preciso que a mão-de-obra seja da própria família assim como a administração da propriedade e a renda proveniente das atividades agrícolas praticadas. São considerados como agricultura familiar os extrativistas, os assentados da reforma agrária, os quilombolas, dentre outros (BRASIL, 2006).

A relação com a terra quando estabelecida no sentido da parceria e do companheirismo, na busca pela complementariedade e troca é bastante presente, especialmente, em quem vive no campo. Nessa perspectiva, Acosta (2016) recupera o conceito de Bem Viver, que dialoga justamente sobre a relação com a terra e como a construímos hoje, relatando que o Bem Viver é uma prática antiga de civilizações andinas. Fato é que para que o Bem Viver se faça presente, o autor reforça a importância da referência e da história desses povos e de como se relacionavam e se relacionam com a terra, considerando-se parte dela e não algo dissociado.

Seguindo nessa linha nota-se que a agroecologia também tem outro olhar para a terra e a produção de bens a partir dela. Gliessman (2000) aponta que a agricultura precisa ser mais do que produtiva, precisa ser ecológica e ter um olhar mais amplo do que o uso incessante da terra e o lucro, ressaltando que a agroecologia, bem como a agrofloresta têm muito a cooperar nesse sentido. Argumento válido também para Altieri (1998) uma vez que ambas assimilam e integram procedimentos agrônômicos, ecológicos, sociais e econômicos.

A proposta de fortalecer a agricultura familiar pode e deve ir para além de processos equânimes de acesso a terras no país, chegando ao apoio, subsídio e manutenção de atividades produtivas, como está, de fato, previsto em lei. É impossível negar que a geração de renda, não se limitando a valor monetário, é um dos pontos mais importantes para pequenos agricultores, pois se tem a perspectiva que a partir dela pode-se ter acesso a outros direitos básicos como alimentação, saúde, educação etc.

A partir disso têm-se as políticas públicas como ferramentas para solução de problemas coletivos a contribuírem nesse processo. As políticas públicas de alguma maneira estão ligadas às ações do Estado, já que os principais formuladores e implementadores das mesmas são os governos em suas diversas esferas. Além disso, sabe-se que distintos atores sociais podem e devem participar desse processo, assumindo responsabilidades em todas as partes e momentos do ciclo de uma política pública, ou seja, de uma ponta à outra (SOUZA, 2006). Por este e por outros motivos, percebe-se que as políticas públicas vão para além das políticas e leis governamentais, dado que diversas instituições conseguem trabalhar junto à comunidade, procurando atender às necessidades dela (HEIDEMANN, 2009).

As políticas públicas para a agricultura familiar, em geral, se aplicam por meio de incentivos fiscais, isenções e provisão de implementos que contribuam para que as atividades agrícolas ocorram e consigam ter manutenção.

Uma dessas políticas públicas é a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica – PEAPO (Lei nº 16.684/2018) vigente no estado de São Paulo e que tem como um de seus instrumentos o Protocolo Estadual de Boas Práticas Agroambientais, aplicado junto a agricultoras e agricultores que se disponham e se interessem por fazer a transição agroecológica, adotando outras formas de produção.

Cada política pública possui uma forma de atuação, sendo necessário avaliar de que maneira esse processo vem sendo efetivo para todos os envolvidos, entendendo que uma política pública criada de maneira participativa tem maior possibilidade de sucesso quando aplicada em campo, buscando dar autonomia a agricultoras e agricultores familiares.

Essa autonomia deve passar por vários momentos, seja no início, quando da elaboração e construção das políticas públicas, assim como de sua implementação. A criação participativa destas fará parte da realidade das famílias rurais e, por consequência, mais sentido para elas.

Ainda neste contexto e especificamente na região estudada pela presente proposta, ocorreram e vêm ocorrendo uma série de iniciativas com enfoque na transformação do território, com vistas a torná-lo mais agroecológico, seja pela agricultura, pela educação e saúde integral, bem como e principalmente, pelo fortalecimento de sua comunidade.

Diante disso, é importante conhecer e avaliar de que maneira um território abraça a agroecologia e se transforma. Além disso, como esse movimento se reflete no pensar e fazer as políticas públicas, sejam elas de iniciativa do Estado ou da própria comunidade, e, ainda, de que maneira isso pode impulsionar a transformação do território rumo a sua agroecologização.

No Tupi isso parece se desejar pelo fortalecimento da sua comunidade. A presente pesquisa de mestrado buscou dialogar com esse todo e foca no acompanhamento de um grupo

de agricultores/as e pessoas que trabalham com turismo rural, no sentido de fortalecer a potência deste grupo e sua atuação para a transformação do território. Tal grupo se chama hoje Associação Rota do Tupi.

3. OBJETIVOS

Contribuir para a construção de conhecimentos sobre políticas públicas de agroecologia voltadas à sensibilização, educação e potência de ação de agricultoras e agricultores e da sociedade em geral.

Destacando como objetivos específicos:

- i.** Realizar uma pesquisa-intervenção educadora, de forma participativa, colaborativa e interdisciplinar sobre limites e potencialidades de processos de agroecologização territorial.
- ii.** Potencializar a agroecologização territorial promovendo a aproximação de agricultores, agricultoras e lideranças comunitárias do Distrito de Tupi em Piracicaba/SP.
- iii.** Colaborar para um melhor diagnóstico do território, incentivando o intercâmbio de informações e a construção coletiva de conhecimentos para a agroecologia na área de estudo;
- iv.** Incentivar e apoiar processos participativos de agroecologização do território e o delineamento de caminhos e possibilidades de políticas públicas de agricultura familiar, agroecologia e agrofloresta.

4. BASE TEÓRICA

4.1. Políticas Públicas

Para Dias e Matos (2012), as políticas públicas operam como estabilizadoras da sociedade, tal como em um processo de construção da ordem para que se tenha uma convivência pacífica e se aumente o nível de bem-estar social.

Segundo Heidemann (2009), o bom funcionamento das políticas públicas depende da governança do Estado, não só no sentido de criação delas, como também no que diz respeito à regulação da economia, entendendo que no caso de um mercado autorregulado as oportunidades de acesso aos direitos sociais ficam, de certa forma, comprometidas, assumindo que as políticas públicas são também maneiras de garantir que a população como um todo tenha acesso aos direitos sociais previstos na constituição. Dias e Matos (2012) sugerem que as políticas públicas estão diretamente relacionadas ao poder social da população e ao modo de manejar assuntos públicos.

Heidemann (2009) também ressalta que a política se propõe a tratar ou gerir o bem público e coletivo, lembrando que existem modelos de desenvolvimento que tendem a ser mais excludentes, dificultando o cumprimento de sua principal função. Compreendendo também que uma política pública não se concretiza sem a ação, de modo que não é suficiente uma proposta bem formulada se ela não terminar com a ação e sua execução.

A iniciativa de criar e executar políticas públicas pode partir de outras instituições. É bastante comum e até mesmo espera-se que instituições privadas e organizações da sociedade civil assumam algum papel de responsabilidade na resolução de problemas comuns, sendo as políticas públicas uma das formas de sistematizar e facilitar a intervenção das mesmas.

Existem alguns passos no processo de formulação e execução de políticas públicas. Um primeiro refere-se às decisões políticas tomadas para solucionar problemas sociais, seguido pela implementação das mesmas; após isso há a verificação se as partes interessadas na formulação e na execução foram atendidas e se estão satisfeitas com o processo como um todo. Por fim, avalia-se e confirma-se a continuidade, se não, aprimora-se ou opta-se pela descontinuidade dela (HEIDEMANN, 2009).

Dias e Matos (2012) indicam que as políticas públicas podem ser divididas em específicas e setoriais, abarcando áreas como meio ambiente, cultura e ciências agrárias. Estas ainda podem ser distributivas, quando se baseiam na concessão de incentivos, subsídios e isenções tarifárias; regulatórias, como as leis ambientais, por exemplo, e; compensatórias, como

os programas e ações que facilitam o acesso à educação conforme o Programa Universidade para Todos (PROUNI), o Financiamento Estudantil (FIES) e políticas de ação afirmativa.

Com relação à efetividade e facilidade das políticas públicas, há uma tendência de que sejam maiores quando propostas a nível estadual e municipal, muito por conta da proximidade maior com a ponta do processo. Mesmo assim, existem casos famosos de políticas públicas federais de sucesso em várias áreas, como saúde, educação e agricultura (DIAS & MATOS, 2012).

Nesse sentido, Morimoto (2014) enuncia a política pública estruturante, como aquela pensada de maneira participativa, ou seja, em que a comunidade esteja presente em todo o seu processo de formulação e implantação, com uma perspectiva de constância e consolidação das mesmas em diálogo com as que já existem.

Voltando à classificação das políticas públicas, é preciso destacar uma de suas categorias indicada por Biasoli e Sorrentino (2018), chamada política do cotidiano, que diz respeito à organização social e ao envolvimento individual e coletivo no processo de construção e implementação das políticas públicas, entendendo como a forma de elaboração da política pública e a escolha pedagógica para sua construção podem facilitar ou dificultar a participação da comunidade, considerando também como o fazer política do dia-a-dia faz parte da potência social e do incidir em política pública.

A política do cotidiano desenvolvida na tese de Biasoli (2015) aponta como as relações são fundamentais para que passos sejam dados no sentido da efetividade das políticas públicas. Morimoto (2014) ressalta a importância do encontro para que as demandas sejam de fato entendidas e solucionadas. Costa-Pinto (2012) evoca a potência de agir de cada pessoa e grupo social, aquela que está relacionada diretamente com a possibilidade de nos envolvermos ou não nos envolvermos. Segundo esta autora (p. 87), Spinoza coloca:

Digo que agimos quando, em nós ou fora de nós, sucede algo de que somos a causa adequada, isto é, quando de nossa natureza se segue, em nós ou fora de nós, algo que pode ser compreendido clara e distintamente por ela só. (SPINOZA, *Ética*, III, Definições, II).

Nesta perspectiva, a potência de ação nos acende para compreender o que nos afeta ou não afeta, ou seja, ela dimensiona de que maneira os acontecimentos a volta influenciam, isso em um sentido positivo ou negativo. Para entendermos de fato como a potência de agir pode ou deve ser, é preciso que se esteja a par do que acontece, da realidade em que se está inserido e vivendo (COSTA-PINTO, 2012).

Por este lado, política pública se relaciona muito com a potência de ação, a partir do momento em que o encontro e o diálogo são fundamentais para a construção da política pública, bem como para fortalecer o indivíduo e sua comunidade, aumentando a potência de agir individual e coletiva.

Há a possibilidade e a necessidade de diferentes atores sociais articularem e formularem as suas necessidades e ao mesmo tempo assumirem a responsabilidade pela implantação das políticas públicas junto ao Estado (SOUZA, 2006). Sendo assim, é perceptível como a política pública é muito mais do que uma política de Estado, pois muitas outras organizações e instituições atuam junto às comunidades, em uma perspectiva de atender as demandas colocadas por elas (HEIDEMANN, 2009).

Existem diversas políticas públicas voltadas à agricultura familiar, como as linhas de financiamento e créditos rurais. Um exemplo são as linhas de crédito vinculadas ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. Este programa foi criado em 1996, pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, por meio do Decreto 1.946/1996. Em essência, o PRONAF financia projetos individuais ou coletivos que tenham como objetivo gerar renda para agricultores familiares e assentados da reforma agrária, através de taxas de juros baixas para financiamentos rurais.

Para se ter acesso ao PRONAF é necessário que a família entre em consenso sobre a necessidade do crédito. Após isso se procura o sindicato rural ou a empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) para aquisição da Declaração de Aptidão Produtiva (DAP), formulada com base na renda anual e nas atividades desenvolvidas pelo agricultor ou agricultora, pois existem várias linhas de crédito específicas para cada perfil e atividade agrícola. Para obtenção da DAP é necessário que se tenha o Cadastro de Pessoa Física (CPF) e que o agricultor ou a agricultora não tenham dívidas, já que o crédito é fornecido via bancos.

O PRONAF possui linhas de crédito e estas definem o valor máximo para financiamento, como a Mais Alimentos (PRONAF investimentos), que visa financiar a implantação, ampliação ou modernização da infraestrutura de produção e serviços; a Agroindústria que atua na mesma linha da Mais Alimentos, bem como extrativismo; produtos artesanais e turismo rural; a Agroecologia, voltada a produção agroecológica e orgânica; a Eco buscando minimizar impactos ambientais gerados por atividades rurais; a Floresta, voltada à investimentos em projetos para sistemas agroflorestais, extrativistas, planos de manejo florestal, restauração de áreas de preservação permanente e reserva legal; a Mulher, que propõe apoio a mulher agricultora; a Jovem, que visa o apoio a jovens agricultores e agricultoras; dentre outras (MDA, s/ data).

Para 2022 foi previsto no Plano Safra R\$ 60,1 bilhões para o PRONAF (BRASIL, 2022). O Programa movimentou até o ano de 2017 um valor de R\$ 200 bilhões, em cerca de 28,5 milhões de contratos e com inadimplência em torno de 1 %. O alcance e o impacto do programa foram aumentando ao longo dos anos (MDA, 2017).

Outra política pública é o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Ele foi regulamentado pela lei 11.947 de 16 de junho de 2009, determinando que no mínimo 30% da alimentação escolar deve ser proveniente de alimentos produzidos pela agricultura familiar. O processo de realização do programa é por meio de chamada pública, sem a necessidade de licitação.

Fortalecida por essa lei e até mesmo por outras normativas anteriores, a alimentação escolar deve ser saudável e adequada, com alimentos diversos, seguros e que estejam aliados com o respeito à cultura e aos hábitos alimentares regionais. Além disso, comprometida com o desenvolvimento sustentável, estimulando a aquisição de gêneros alimentícios variados, da estação, região e produzidos pela agricultura familiar.

O PNAE é regulamentado ainda pela resolução CD/FNDE nº 26 de 17 de junho de 2013, atualizada pela resolução CD/FNDE nº 04 de 2 de abril de 2015. Por meio dessa resolução a coordenação do programa elaborou um manual do PNAE, que tem como objetivo esclarecer como é o programa e o que fazer para ter acesso a ele.

Em seu escopo o PNAE atua como um fortalecedor da agricultura familiar e seus atores, bem como das organizações e associações de agricultores e agricultoras, aumentando a possibilidade de venda e de geração de renda. Ademais, promove a diminuição da insegurança alimentar no campo e também nas instituições escolares que participam do programa.

Para participar do programa, os agricultores e agricultoras devem possuir a DAP. A partir daí o órgão de assistência técnica atua junto às famílias, fazendo a ponte entre elas e as entidades compradoras dos produtos, como Secretarias de Educação, instituições de ensino e seu corpo técnico, através da realização de orçamento; construção do cardápio; pesquisa de preço; chamada pública; elaboração do projeto e venda; recebimento e seleção dos projetos de venda; amostra para controle de qualidade; contrato de compra; entrega dos produtos, termo de recebimento e pagamentos dos agricultores (BRASIL, 2016).

Em 2017 o orçamento para a alimentação escolar foi de R\$ 4,15 bilhões, sendo que R\$ 1,24 bilhão foi destinado à compra de produtos da agricultura familiar, possibilitando que agricultores e agricultoras familiares pudessem participar do mesmo (BRASIL, 2018).

Mais recentemente, fazer agricultura se tornou um desafio. É sabido que o orçamento destinado ao PNAE e a sua execução vêm sendo reduzidos e dificultados desde 2016 (ARAÚJO

et al., 2019), acrescido da pandemia em curso há pelo menos dois anos. Sabe-se que as escolas foram fechadas e o ensino passou a acontecer remotamente, impactando de forma direta a condução do PNAE. Neste sentido, foram traçadas estratégias para que agricultores e consumidores continuassem a ter acesso à venda e alimentação. A lei 13.987 de 7 de abril de 2020 estabeleceu as diretrizes para que as compras do PNAE seguissem e fossem distribuídas para as famílias de estudantes das escolas atendidas (ARAÚJO *et al.*, 2020).

Ainda sobre as políticas públicas, e de outras que fortalecem outras formas de agricultura, foi oficializada em 2012 a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), por meio do Decreto nº 7.794 e fruto da mobilização da sociedade civil organizada a fim de institucionalizar práticas seculares de agricultura ecológica. Entretanto, desde o golpe de 2016 vem ocorrendo um desmantelamento das políticas públicas que apoiam a agricultura familiar e a agroecologia, dentre elas a PNAPO, que teve conselhos e câmaras extintas, bem como corte de verbas nos últimos dois governos.

No âmbito estadual também se sucederam diversas movimentações para a criação de políticas estaduais de fomento à agroecologia. Desde os anos 2000, movimentos sociais, agentes públicos e diversas organizações se articulam para institucionalizar a agroecologia em diversos estados do país. Em São Paulo, a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica – PEAPO (Lei nº 16.684/2018) foi sancionada e, atualmente, o plano para instrumentalizar a política vem sendo elaborado (GUÉNEAU *et al.*, 2019).

Anterior à própria PEAPO, foi criado o Protocolo Estadual de Boas Práticas Agroambientais, vigente no estado de São Paulo. Ele é um instrumento que propõe a transição agroecológica, descrevendo a como:

é um processo gradual com orientação e acompanhamento de transformação das bases produtivas e sociais para recuperar a fertilidade e o equilíbrio ecológico do agroecossistema em acordo com os princípios da agroecologia, priorizando o desenvolvimento de sistemas agroalimentares locais e sustentáveis, considerando os aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos (BRASIL, 2018, Artigo I).

Na teoria, é uma série de processos estabelecidos para que agricultores e agricultoras adotem práticas de agricultura que sejam de base agroecológica, dentro das possibilidades e vontades deles e delas. De acordo com a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, os objetivos do Protocolo são estimular a transição agroecológica e a produção

orgânica; promover o uso sustentável dos recursos naturais; estimular sistemas de produção agrícola mais biodiversos e; incrementar a produção, a oferta e o consumo de alimentos saudáveis.

O Protocolo é constituído por diversos procedimentos, dentre eles o “Check List” que é realizado por um extensionista que avalia a área do agricultor ou agricultora, verificando a pontuação conforme o estado atual do seu agroecossistema. Dentre as dimensões levantadas estão as práticas de conservação de solo, controle de erosão, proporção de matéria orgânica no solo, agrobiodiversidade, utilização de fertilizantes orgânicos e/ou adubos verdes, uso racional da água, manejo ecológico de pragas e doenças, destino correto de dejetos humanos, águas cinzas, resíduos sólidos, o bem-estar da pessoa/família, entre outros.

Após o preenchimento, extensionista e agricultor ou agricultora constroem juntos um plano de ação que procure adequar o modelo de produção aos princípios agroecológicos, com prazo entre um e cinco anos (IEMINI & TRENTO, 2019).

4.2. Agroecologização de territórios

Em 2006 foi sancionada a Lei nº 11.326 que estabelece as diretrizes para a elaboração da Política Nacional da Agricultura Familiar e de Empreendimentos Rurais, dando base para a formulação de políticas públicas voltadas ao pequeno agricultor e agricultora, entendendo que é preciso fortalecer e apoiar a população que vive e trabalha na terra.

De acordo com esta lei, agricultor familiar é aquele que possui área de até quatro módulos fiscais; renda mínima oriunda das atividades agrícolas desenvolvidas em seu estabelecimento e gestão feita pela própria família. Essas características também podem se aplicar a silvicultores, extrativistas; pescadores; povos indígenas; quilombolas que também desenvolvam atividades agrícolas simultaneamente a outras atividades tradicionais.

É possível perceber que o conceito de agricultura familiar é bastante abrangente, isso se deve à escolha de definir mais operacionalmente um grupo muito diverso quando da elaboração da lei mencionada acima. Apesar da abrangência parecer dificultar, classificando e aglutinando vários grupos em uma mesma categoria, é inegável que a produção de alimentos no país desde a sua origem está diretamente relacionada com os grupos trazidos na lei e que se enquadram como agricultura familiar. Para além disso, são os grupos que historicamente foram marginalizados, com acesso mínimo às políticas públicas por muito tempo (ALTAFIN, 2007).

A política nacional da agricultura familiar e empreendimentos rurais (Lei nº 11.326 de 2006, no anexo A) destaca ainda a descentralização no processo de elaboração de políticas públicas; a busca pela sustentabilidade ambiental, social e econômica; equidade na aplicação

dessas políticas, levando em conta gênero, geração, etnia e; a participação dos agricultores e agricultoras no processo de formulação de políticas públicas como sendo essencial para que a agricultura familiar continue viva e se desenvolvendo no país, como previsto no artigo 4º e incisos. Nesse sentido, estabelece como formas de atender a agricultura familiar a disponibilidade de crédito; o fornecimento de infraestruturas e serviços; a assistência técnica e extensão rural; a pesquisa; o apoio na comercialização e na formação de cooperativas e associações, bem como a capacitação dos agricultores e agricultoras familiares, conforme artigo 5º.

Quando se fala em agricultura no Brasil, é preciso lembrar que a transição do rural para o urbano passou a se intensificar com a Revolução Industrial no século XIX, mesmo que lentamente. Aqui, esse processo ocorreu mais tardiamente, por volta das décadas de 1960 e 1970, quando a urbanização industrializadora do capitalismo veio a vigorar como modelo de desenvolvimento quase que hegemônico.

Alguns autores buscaram traçar diferenças entre o rural e o urbano, trazendo os problemas da urbanização desenfreada e os impactos que isso poderia causar econômica, social e ambientalmente, bem como a ideia de que viver no campo ainda era sinal de atraso (IBGE, 2017).

Neste momento é fundamental lembrar que acesso à terra é um direito social colocado inicialmente pelo Estatuto da Terra de 1964, trazendo a responsabilidade do poder público para que isso seja garantido, sendo o Estado o responsável por executar a distribuição de terras no país. Bergamasco (1997) sugere que a reforma agrária no Brasil ainda atua na maior parte do tempo na busca por soluções de problemas menores ou mais locais, não atendendo de fato ao que está posto na legislação, pois ignora, em certa medida, questões ligadas à pobreza, desigualdades sociais e às múltiplas potencialidades da agricultura familiar.

Antes do Estatuto da Terra de 1964, mais de 40 projetos de lei relacionados à distribuição de terras tramitaram no Congresso Nacional, nenhum deles obtendo sucesso. E até mesmo o Estatuto da Terra que poderia ter sido uma lei que viabilizasse a reforma agrária, no entanto, assumiu a reforma agrária de forma totalmente contraditória, fortalecendo uma vertente produtivista e tecnológica do campo no país. Somado a isso, todo o contexto da ditadura militar que sempre buscou dar vantagem aos grandes latifundiários (ALTAFIN, 2007).

Por sua extensão e processo de ocupação, o país tem muitos rostos, de maneira que mesmo nos grandes centros do Sudeste é possível encontrar municípios, vilas e distritos que mantêm práticas culturais antigas e que não têm acesso adequado à água, à alimentação, ao tratamento

de resíduos e muitas outras coisas. Isso escancara diferentes realidades no Brasil e mais ainda um contraste de condições de vida muito próximas umas das outras.

O Decreto-lei nº 311 de 02/03/1938 dispõe sobre a divisão territorial do Brasil. A partir dele, todos os distritos-sede de municípios foram classificados como cidades. Já as vilas tornaram-se as sedes de distritos e o restante foi considerado área rural (IBGE, 2017).

Essas áreas têm a sua diferenciação levando em conta técnicas e critérios para a classificação de cada uma delas, como a delimitação político-administrativa; o corte populacional; a densidade demográfica; a ocupação econômica da população; a morfologia e o modo de vida (BERNARDELLI, 2010).

De acordo com Sposito (2010), em alguns lugares do país seguir essas técnicas e critérios tem sido cada vez mais difícil, já que nas áreas entre o urbano e o rural há uma mescla das duas realidades, o que prejudica a sua classificação, bem como a proposição de políticas públicas para esses locais especificamente.

Segundo o IBGE (2017), 65,4 % da população brasileira vive em áreas que são consideradas muito povoadas, sendo esta dividida em 14,5 % dos municípios do país. Por outro lado, mais de 60 % dos municípios têm ocupação menos densa, com apenas 14 % da população total do país.

Considerando esses dados, observa-se que o Brasil ainda é um país bastante rural, já que tem significativa produção agrícola, pecuária e florestal e extensa área que se enquadra como zona rural. Apesar disso, mais de 50 % de sua população concentra-se em municípios mais urbanos e na região litorânea do país.

Altieri (2004) já apontava esse desarranjo, que atinge mais fortemente o sul global. Encara o “atraso” do terceiro mundo como fruto do modelo de desenvolvimento capitalista, pois este se concentra na repetição dos métodos convencionais, não só na agricultura, mas também no desenvolvimento das relações sociais e de poder que impossibilitam as classes mais populares de terem acesso aos seus direitos e muito menos solucionam a fome do mundo.

A produtividade da agricultura convencional é inegável, mas é preciso que se fale a que preço isso vem sendo alcançado. Jacob (2001) elenca vários dos problemas que surgem a partir disso, como a degradação do solo, o desperdício de água, a poluição do ambiente, a dependência de insumos externos, a perda de diversidade genética, a perda do controle local, o massivo êxodo rural e a exclusão do camponês do processo de produção através da alta mecanização.

O que está posto é um grande desafio, especialmente para os cultivos em larga escala. De acordo com Gliessman (2000), a agricultura precisa ser bastante produtiva, ao mesmo tempo em que é sustentável. Para tanto, é fundamental que se encare o trabalho com a terra e o

desenvolvimento rural de outra forma, como a agroecologia e a agrofloresta se propõem a fazer. Essas ciências e práticas sinalizam a junção de práticas agronômicas, ecológicas, sociais e econômicas, sempre lembrando como elas afetam a vida de toda a sociedade, especialmente de quem está no campo, mas também de quem depende dele em outras áreas. (ALTIERI, 1998).

O processo de mecanização e de modernização do trabalho no campo fez com que os trabalhadores do campo se mudassem massivamente para as zonas urbanas por volta dos anos 1980. Entretanto, esse também foi o período em que essas pessoas ganharam mais força, voz e fôlego para se organizarem politicamente e atuarem na conquista de seus direitos (BERGAMASCO, 1997).

Ainda dialogando sobre o campo, as florestas sempre tiveram papel importante na vida do meio rural. Antigamente as famílias agricultoras tinham uma visão mais consciente dos benefícios da floresta e da árvore para a produção agrícola, entretanto, com o avanço da indústria, a destruição das florestas e a migração para o meio urbano e expansão deste, esta aptidão das florestas, de uma certa forma, adormeceu.

A ilusão de que os cultivos poderiam ser feitos de forma mais prática e “industrial”, exaurindo os insumos da natureza, bem como intoxicando águas e solo foi o que tirou a floresta, os seres vivos que a compõem e sua contribuição produtiva de cena.

Nesse caso é importante ressaltar que, raramente, essas soluções tecnológicas e produtivas são pensadas para o pequeno agricultor, mas sim para grandes empresas, que podem investir recursos em insumos caros, já que têm grandes áreas de cultivo. Mesmo assim, esse avanço e soluções foram vendidos para os pequenos agricultores também. Estes não obtiveram sucesso e pensaram que a vida no campo não era mais uma boa opção, por isso caminharam para os grandes centros e passaram a trabalhar com outras atividades (BARBOSA, 2014).

Outro fator que contribuiu para isso foi a maciça utilização de espécies exóticas em cultivos no país, muito por conta da falta de conhecimento científico de espécies brasileiras e regionais, panorama que vem mudando aos poucos, através da mobilização de pequenos agricultores, em especial, pois estes buscam produzir espécies que sejam rentáveis em espaços menores (EMBRAPA, s/ data).

Com vistas a intensa degradação e situação das áreas naturais no mundo, algumas antigas práticas ressurgem, pois hoje mais do que antes compreende-se que para que o cultivo e produção sejam bem-sucedidos é preciso haver harmonia entre todos os seres envolvidos no processo.

O elemento arbóreo é encarado de outra maneira, não mais como algo que ocupa espaço e não possui função, mas sim como algo que contribui de diversas formas para a produção,

auxiliando, por exemplo, na produção de água, aumento da presença de polinizadores, conservação e fertilização do solo, no controle do mato, produção de alimentos, remédios, madeira, etc.

Por isso, muito mais do que os cuidados com o ambiente, a floresta pode diversificar a renda dos produtores, além de aumentá-la, bem como funcionar como uma poupança para o futuro, já que alguns bens que ela gera são a longo prazo (BARBOSA, 2014).

Todo esse diálogo sobre agroecologia, agrofloresta e a importância da árvore vem para reforçar e iniciar uma outra conversa, que vai para além do próprio mexer com a terra, mas de se trazer um olhar amplificado sobre a agroecologia, ou seja, entender a agroecologia em seu sentido completo, já dita no decorrer deste tópico.

Mas por que esse olhar para a agroecologia é tão fundamental e precisa ser reforçado? Rosset & Barbosa (2019) colocam a agroecologia como um ponto comum quando se fala de acesso à saúde, à educação à vida com qualidade e a agroecologia está neste patamar como uma forma de resistência nos e dos lugares, mas também por ter a perspectiva de se buscar um mundo melhor para todos os seres da Terra.

Para validar esse argumento é possível dar ou reforçar uma série de elementos e características da agroecologia, como o compromisso com a produção de alimentos saudáveis, os cuidados com a saúde das pessoas, da terra e da Terra, a relevância das questões de gênero e o fortalecimento da autonomia. Esses são só alguns exemplos do que se busca e se faz na agroecologia.

As mesmas mídias que propagam a monocultura como solução para o problema da fome, trataram da agroecologia, durante muito tempo, como uma prática de agricultura inviável e até mesmo esotérica. Nesta perspectiva, o que pode fazer diferença e facilitar a territorialização da agroecologia, ou seja, fazer dela uma realidade na agricultura e em todos os outros campos, é a visualização de iniciativas reais bem-sucedidas. Um camponês visitar e ver a área de outro camponês abre horizontes e possibilidades para encará-la com outros olhos (ROSSET & BARBOSA, 2019).

Para seguir nesse caminho é preciso compreender melhor sobre a territorialização ou massificação da agroecologia. Rosset & Barbosa (2019) afirmam que esse é o movimento para fazer a agroecologia ganhar escala, de maneira que ela não seja feita por poucas famílias em um território menor, mas sim por muitas famílias em um grande território. Nesse sentido, diversas organizações têm se articulado para pensar, construir e praticar metodologias que sejam acessíveis e possibilitem conhecer e aprimorar a agroecologia.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST é um dos exemplos de organização que tem se movimentado nesse sentido. Na pedagogia do MST a agroecologia é abordada de maneira educativa até atingir as mudanças na produção agrícola de fato, consolidando a experiência agroecológica em seus diversos campos. Nessa perspectiva, massificar a agroecologia é fruto de uma articulação social, levando em conta o papel das pessoas, sua história e o contexto político em cada localidade, certificando que as protagonistas de todo esse movimento são as famílias do campo que se desafiam a trabalhar na terra a partir de uma matriz agroecológica (ROSSET & BARBOSA, 2019).

Essas iniciativas muitas vezes são orientadas e executadas por meio de políticas públicas, como forma de identificar e planejar a melhor maneira que o acesso a serviços e direitos sejam garantidos. Sendo muitas vezes ações de base comunitária, como as relatadas acima e se relacionando diretamente com a potência de ação individual e coletiva (COSTA-PINTO, 2012), fundamentais para que as transformações nos territórios ocorram, nesse caso, com vistas a agroecologização (ROSSET & BARBOSA, 2019).

5. MATERIAL E MÉTODO

5.1. Pesquisa participante e pesquisa intervenção

As temáticas que envolvem um determinado grupo precisam ser problematizadas com ele, buscando seu entendimento e caminhos para avanços ou mudanças. Quando se fala em pesquisas participativas e na própria prática cidadã, este entendimento é essencial (ROCHA, 2003).

Nesta perspectiva nota-se que a pesquisa não se limita a aplicação de conhecimento produzido pela academia, mas é um processo de construção e diálogo entre todos os envolvidos (ROCHA, 2003). Para Thiollent (1987), é preciso consolidar a confiança entre os sujeitos envolvidos na pesquisa para que de fato se realize pesquisa participativa.

Na pesquisa intervenção busca-se a mudança como fruto da relação entre teoria e prática, entendendo isso como um processo que demanda tempo e diálogo. Para isso, é preciso rever práticas e afirmações já consolidadas, com o propósito de “conhecer para transformar”, arraigado em pilares como a autonomia e a liberdade, por exemplo (COIMBRA, 1995; ROCHA, 2003). Ainda nesse sentido, a pesquisa intervenção se coloca como uma ideia de ação que transforma uma realidade sócio-política.

A pesquisa participante é compreendida no que diz respeito a valorização de uma ciência popular, na qual o processo de produção de conhecimento científico é mais importante do que o seu próprio resultado final (BRANDÃO, 1999).

Em pesquisas qualitativas uma das estratégias é a etnográfica, que busca alinhar diversas técnicas e instrumentos que possibilitem trazer para o protagonismo do trabalho a comunidade, fazendo com que essas pessoas e seu território fundamentais deixem de ser objetos pesquisados e passem a ser sujeitos que façam juntos (BRANDÃO, s/ data).

5.2. Técnicas e instrumentos metodológicos

A presente proposta entende que as mudanças de conhecimentos e comportamentos sobre a agroecologia e processos de agroecologização exigem conhecer o contexto a ser estudado e tudo que o influencia (LERVOLINO & PELICIONI, 2001 apud GILBERT, 1991). A criação de grupos focais, as entrevistas, as reuniões e conversas voltadas à organização de intervenções e a observação participante são técnicas que podem contribuir nesse sentido, já que buscam reunir e aproximar pessoas que representam determinado contexto, possibilitando a integração e envolvimento entre todos, fazendo com que as temáticas problematizadoras (e seus temas

geradores) emergem durante o processo dialógico (MORAES, 2017; LABORATÓRIO DE EDUCAÇÃO E POLÍTICA AMBIENTAL - OCA, 2016).

As técnicas utilizadas foram a pesquisa de dados secundários, a realização de entrevistas, a criação de um grupo focal, a observação participante e a intervenção educadora pesquisante. É importante lembrar que o processo educador foi adaptável, reconhecendo que o próprio caminhar deste trabalho sofreu alterações durante o percurso, rememorando as atividades e reflexões feitas para que se estruturasse cada nova etapa e possibilitando que se incrementasse por meio das avaliações e conversas realizadas (LABORATÓRIO DE EDUCAÇÃO E POLÍTICA AMBIENTAL - OCA, 2016).

O trabalho dialogou com orientações metodológicas da pesquisa intervenção, da pesquisa participante, pesquisa ação, sendo também uma pesquisa coletiva colaborativa, compreendendo que cada uma dessas técnicas se complementa de diversas maneiras. Elas pressupõem o desenvolvimento da pesquisa em grupo, no sentido de intervir em questões coletivas, como foi encarado o desafio de agroecologização da região do Distrito de Tupi em Piracicaba/SP. Neste processo foi essencial que as participantes estivessem comprometidos com os objetivos delineados.

Realizou-se o levantamento e análise de dados secundários fornecidos por órgãos federais, estaduais, municipais e regionais sobre o Distrito de Tupi. O foco foram as políticas públicas, a agroecologização e o território.

O mapeamento de atores e grupos sociais relacionados à temática da pesquisa foi feito por meio de reuniões, conversas, entrevistas e grupo focal. Um diagnóstico sobre como todo esse território funciona e se enxerga foi realizado, abordando temas como a educação, saúde, cultura, lazer, agricultura, fome, pobreza, natureza e políticas públicas. A proposta compreendeu que efetuar todo esse trabalho apoiou na identificação das fragilidades e potencialidades do processo agroecológico no território foco da pesquisa.

Levantamentos de campo (observação participante, cadernos de campo, entrevistas e grupo focal) junto a: a) agricultores; b) agentes de saúde; c) lideranças comunitárias; d) educadores e educadoras; e) consumidores; c) formuladores; d) executores de políticas públicas; a fim de levantar problemas, necessidades e potencialidades acerca das temáticas abordadas. A seleção das pessoas entrevistadas ocorreu conforme as atividades da pesquisa foram acontecendo e junto com ela a aproximação com o território e, por consequência, das pessoas da comunidade

As intervenções educadoras pesquisantes se sucederam junto a técnicos, extensionistas, estudantes, profissionais da educação, agricultores e toda a comunidade aos quais se direcionam

as políticas públicas e o processo de transformação do território com vistas a agroecologização. Essas intervenções aconteceram via apoio nos processos de organização comunitária e de coletivos.

A pesquisa contou com o apoio do Horto Florestal de Tupi, da Escola Estadual “Pedro de Mello”, da Escola Municipal José Antônio de Oliveira, da Associação de Moradores do Distrito de Tupi, do Posto de Saúde da Família do Distrito de Tupi, de agricultores e agricultoras de Tupi e região, organizados em grupo chamado Roteiro Tupi, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento de Piracicaba e da Secretaria de Defesa do Meio Ambiente de Piracicaba.

Dessa maneira foram realizados para este estudo:

- a) Levantamento bibliográfico sobre políticas públicas e seu histórico, destacando a sua definição ampla e abordando casos de sucesso, especialmente aqueles voltados para agricultura e trabalho com a terra.
- b) Mapeamento e diagnóstico participativo sobre a realidade socioambiental do distrito de Tupi em Piracicaba/SP, por meio da realização de entrevistas e grupo focal.
- c) Formação de um grupo focal, composto por 6 agricultores/as e pessoas que trabalham com turismo rural, voltado a dialogar sobre caminhos para a agroecologização do território em foco.
- d) Observação participante (feita pela pesquisadora) de atividades e reuniões focadas na agroecologização da região do Distrito de Tupi. Neste ponto também vale uma ressalva: a observação participante foi assistemática, já que a pesquisadora vive no lugar em que pesquisa, então tem diversas memórias e observações sobre esse território, bem como dos encontros que moveram este trabalho durante os quase dois anos de pesquisa.
- e) Caderno de campo para registro das conversas e diálogos de campo, bem como registros fotográficos, imagens e mapas resultantes das atividades em campo. Assim como no item anterior, aqui as memórias registradas também foram trazidas e analisadas em conjunto com os registros escritos realizados para a pesquisa.
- f) Realização de 9 entrevistas junto a agricultores e agricultoras, agentes e gestores públicos, lideranças comunitárias e moradoras do Distrito de Tupi acerca dos temas que movem este trabalho. As entrevistas foram realizadas de setembro a dezembro de 2021, sendo a duração muito particular de cada entrevistada; o menor tempo foi de 34 minutos e o maior tempo foi de 3 horas e 9 minutos. Somente uma delas foi realizada virtualmente.

- g) Criação de categorias oriundas do conjunto de informações que compõem este trabalho, sendo elas as entrevistas, os cadernos de campo e o grupo focal, analisados em conjunto e em diálogo com a literatura.

Como dito acima, as entrevistas realizadas no território da pesquisa aconteceram nos meses de setembro a dezembro de 2021. Igualmente às outras atividades propostas, buscaram ajudar no entendimento, mas de uma maneira em que isso seja feito com a comunidade, ou seja, não é estudar sobre um lugar ou pessoas, mas sim junto com elas. Fasanello, Nunes & Porto (2018) evidenciam a importância do fazer pesquisa de forma não-extrativista, onde há uma valorização do que o território já tem e o protagonismo das atividades fica por conta da comunidade.

Para viabilizar as entrevistas foi enviado à Comissão de Ética da ESALQ e a Comissão Técnico-Científica do Instituto Florestal (COTEC) o projeto detalhando as atividades que envolveram o público, afim de obter a aprovação para realizar encontros e diálogos em conformidade com a autorização de uso de imagem e voz. As duas comissões enviaram parecer aprovando as atividades, sendo importante sublinhar que a COTEC estar ciente é relevante, pois o trabalho dialogou com o Horto de Tupi, que é uma área protegida em Piracicaba/SP.

O roteiro das entrevistas é composto por 20 perguntas divididas em quatro eixos, sendo eles: Águas; Agricultura; Vulnerabilidades e; Políticas Públicas. O público desejado para as entrevistas era o de agricultores/agricultoras, gestores/gestoras públicas, lideranças, agentes de saúde e moradores/as.

O apêndice A é o roteiro semiestruturado para as entrevistas. Durante os diálogos ficou evidente que são muitas as vontades, desejos, demandas e sonhos para cada lugar e para ele todo. Nesta etapa foi possível dimensionar cada um deles e ver quais são prioritários para a comunidade.

É preciso destacar também que as atividades de pesquisa aqui detalhadas estão vinculadas ao Edital 02/2020-2021 do Programa Aprender com a Comunidade da Pró-reitoria de Graduação da Universidade de São Paulo (USP), em um projeto intitulado “A práxis da educação ambientalista na transição para sociedades sustentáveis” já finalizado, bem como ao projeto “Raízes de Tupi: Territorialização da agroecologia a partir da produção sustentável e promoção do saneamento rural”, aprovado no edital 02/2021 Inclusão Social e Diversidade na USP e em municípios de seus campi, da Pró-reitoria de Cultura e Extensão Universitária e que se encerra em dezembro de 2022.

Considerando todo o contexto imposto para os anos de 2020, 2021 e em parte de 2022, as atividades precisaram ser adaptadas. De maneira geral, não houve grandes alterações nas escolhas metodológicas. As entrevistas, reuniões e conversas foram realizadas virtualmente ou, no caso das entrevistas e intervenção pessoalmente, seguindo rigorosamente todos os protocolos da Organização Mundial da Saúde para o controle da pandemia de Covid 19. O enfoque se deu no diálogo sobre as políticas públicas e, principalmente, a atuação no fortalecimento das lideranças e de toda a comunidade do Distrito de Tupi.

Os sujeitos citados nos resultados, que são uma pequena parte de todos os envolvidos na pesquisa, serão identificados por letras. O perfil dos mesmos segue no Quadro abaixo:

Quadro 1. Lista de identificação dos sujeitos da pesquisa.

Sujeitos da pesquisa		
Pessoa	Gênero	Profissão
Ls	Masculino	Agricultor
F	Masculino	Agricultor
Re	Masculino	Agricultor
Ro	Masculino	Agricultor
Ae	Masculino	Agricultor
Cl	Masculino	Agricultor
N	Feminino	Agricultora/advogada
Aa	Feminino	Terapeuta
T	Masculino	Professor
S	Feminino	Engenheira Florestal
L	Feminino	Secretária
C	Masculino	Aposentado
I	Feminino	Agente de saúde
M	Feminino	Professora
Na	Feminino	Gestora Pública
Nd	Feminino	Estudante
D	Masculino	Professor
A	Feminino	Professora

Fonte. Autora.

5.3. O município de Piracicaba e o Distrito de Tupi

O município de Piracicaba/SP está localizado em uma região onde a cultura da cana-de-açúcar é bastante forte. Seu surgimento ocorreu em torno do Rio Piracicaba, devido a facilidade de locomoção e também por conta da geração de renda com outras atividades que envolviam o rio (BARRETO; SPAROVEK & GIANNOTI, 2006).

O cultivo de cana-de-açúcar vem desde o início do século XIX, e já nesta época Piracicaba possuía uma importante indústria açucareira, com muitos engenhos de açúcar no município. A partir da metade do século XIX outra cultura agrícola importante começa a declinar, a cafeeira, o destaque é que esta foi relevante para a formação de Piracicaba, trazendo imigrantes para

trabalhar nas antigas lavouras de café (BARRETO; SPAROVEK & GIANNOTI, 2006). A partir daí a cana-de-açúcar gradativamente vai ocupando os seus espaços.

Com relação à vegetação nativa no estado de São Paulo, assim como em outros estados do Sul e Sudeste, restam poucos remanescentes da Mata Atlântica primária, mesmo sendo a região do Vale do Ribeira, no sul do estado, a possuidora do maior remanescente do bioma no país. A urbanização e o modelo de agricultura predominante na região são responsáveis pela baixa cobertura vegetal nativa, dado que originalmente este bioma ocupava uma área de 1.110.182 Km² e hoje possui apenas 22 % desta cobertura (Mata Atlântica), destacando que apenas 7 % encontram-se em bom estado de conservação (BRASIL, 2018).

Os biomas característicos do estado são o Cerrado e a Mata Atlântica, sendo que a região de Piracicaba está localizada no ponto de transição (ecótono) desses biomas, revelando uma grande biodiversidade de espécies da fauna e flora (MARCONATO, 2010). A classificação da vegetação da região é do tipo Estacional Semidecidual, característica de zonas costeiras úmidas até zonas semiáridas (EMBRAPA, 2009). Apesar disso e como já dito anteriormente, boa parte desse território é composto por cana-de-açúcar, só em Piracicaba são 56.920,3 ha, ou seja, mais de 40 % da área total do município. Com relação às culturas diretamente voltadas à alimentação, a mandioca é a que possui maior área de cultivo no município, com 427 ha (LUPA, 2016).

De acordo com Köppen, o clima da região de Piracicaba é classificado como mesotérmico úmido subtropical (Cwa), com invernos secos e amenos e verões chuvosos com temperaturas altas. A pluviosidade média anual é de 1.273 mm e a temperatura média anual é 23,9 °C.

A depressão periférica Paulista, onde a região de Piracicaba está localizada, é pertencente à bacia do Paraná. Dessa maneira, é possível verificar diversos tipos de solos, como os Latossolos e os Argissolos, oriundos de material sedimentar e relacionados a formações geológicas locais, como a Irati, Itararé e Corumbataí.

Segundo o IBGE (2020), há uma estimativa de que a população de Piracicaba tenha atingido 407.252 habitantes. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)² do município é considerado alto, 0,785 no último censo em 2010 (ATLAS BRASIL, 2013), em uma escala que vai de zero à um, sendo classificado como um município que possui uma das melhores condições de vida do país. Apesar disso, ainda é uma região que apresenta pobreza e desigualdade.

² O Índice de Desenvolvimento Humano – IDH é um índice de comparação entre países, que tem como objetivo verificar o grau de desenvolvimento econômico e qualidade de vida, para calculá-lo consideram-se os anos escolares, a expectativa de vida e o Produto Interno Bruto – PIB. **Fonte:** ATLAS BRASIL (2013).

De acordo com a Fundação Sistema de Análise de Dados do Estado de São Paulo (SEADE), em 2020 mais de 98 % população do município residia em áreas urbanas, e consequentemente apenas 2 % da população total residia na área rural, aproximadamente 8.000 pessoas. Em relação à faixa etária da população rural piracicabana, estima-se que 50 % possui 60 anos ou mais, caracterizando uma tendência de não permanência no campo pelos mais jovens (IBGE, 2017).

Pensando em políticas públicas, verifica-se que em Piracicaba existem 2.011 propriedades rurais consideradas unidades produtivas (UPA), destas, aproximadamente, 1.601 possuem até quatro módulos fiscais, lembrando que o módulo fiscal no município é de 10 ha. Além disso, do total de propriedades rurais do município, 82 possuem a Declaração de Aptidão Produtiva (DAP), indicando que poucas propriedades têm o documento primordial para se ter acesso à programas do governo. Além disso, dentro destas apenas quatro são de produtores orgânicos (CDRS, 2018; MDA, 2021).

O Distrito de Tupi em Piracicaba/SP originou-se a partir de uma antiga Estação da Companhia de Estradas de Ferro da Ferrovia Paulista (FEPASA) que existia no bairro e foi construída para que a produção agrícola da região fosse escoada, impactando diretamente no crescimento populacional do local (SOARES, 2017). No anexo B se tem o decreto de criação do distrito, que conta um pouco dos limites do território na época.

Segundo Arruda e Angolini (1974), a partir da construção da estação ferroviária, a prefeitura do município adquiriu uma área de uma das fazendas da região e começou a formação de uma vila, na qual os lotes poderiam ser comprados pela população das regiões próximas. Após isso, outras estruturas básicas chegaram, como a escola e a agência de correios, por exemplo.

Nesta mesma época o proprietário da fazenda Morro Grande e outros agricultores doaram uma área para o governo federal para que se realizassem pesquisas agrícolas. Posteriormente, essa área passou a ser administrada pelo governo estadual, na figura da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo.

O distrito faz divisa com outros quatro municípios, sendo eles Rio das Pedras, Santa Barbara d'Oeste, Limeira e Iracemópolis, com uma população de 4.271 habitantes de acordo com o último censo do IBGE de 2010 (Figura 4 e 5), distribuídos pelos loteamentos Jardim Bartira, Parque Peória, Tupi, Colinas de Santa Izabel, Tijuco Preto e Morro Grande, majoritariamente rurais, com 96,2 % da área de todo o distrito tendo características de zona rural, segundo levantamento de 2013 do Instituto de Pesquisa e Planejamento de Piracicaba (IPPLAP).

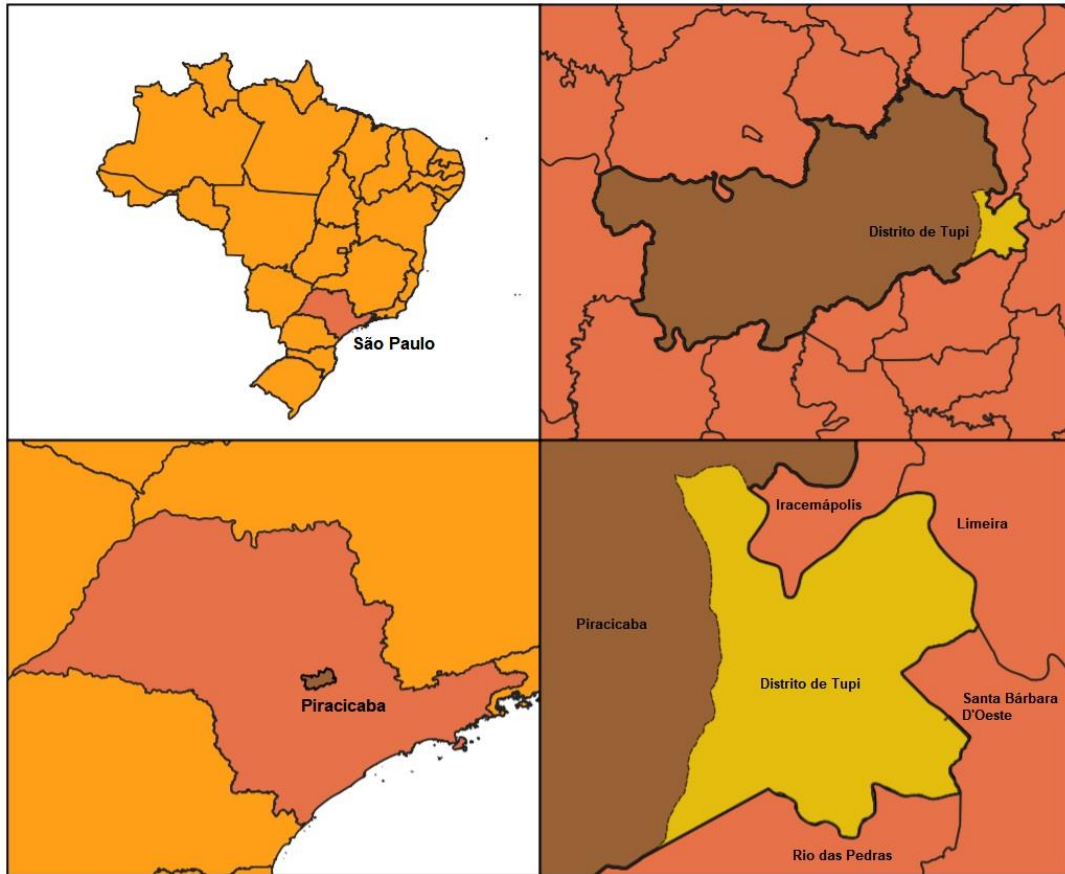


Figura 4. Mapa de localização de Piracicaba e do Distrito de Tupi.
Fonte: Arquivo Raízes de Tupi.



Figura 5. População residente no Distrito de Tupi.
Fonte: Arquivo Raízes de Tupi

Com relação à condição socioeconômica do Distrito (Figura 6) percebe-se que as maiores rendas se concentram no centro do Tupi, composto também pelo Parque Peória, áreas urbanizadas. As rendas mais baixas também são encontradas em áreas urbanizadas, no caso o Jardim Bartira. Segundo dados do mesmo censo neste bairro as mulheres é quem são as principais responsáveis pela renda da família, tendo de lidar com uma jornada diferenciada e de sobrecarga.

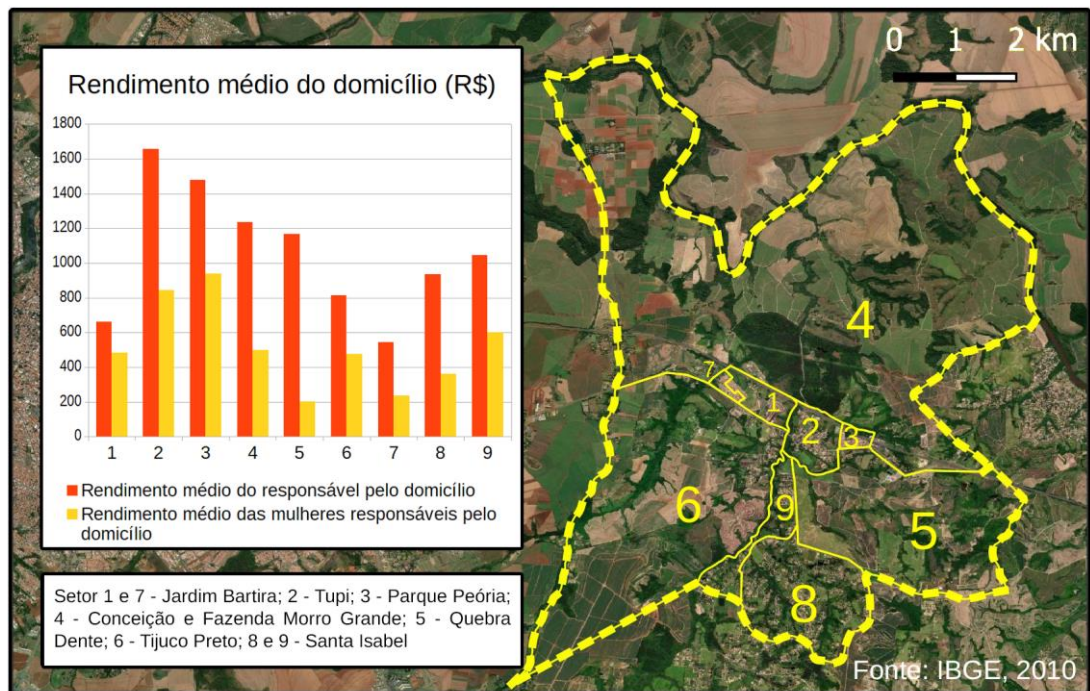


Figura 6. Rendimento médio por domicílio no Distrito de Tupi.
Fonte: Arquivo Raízes de Tupi.

Mais de 10 anos depois, essas informações devem mudar no próximo levantamento, contando com o contexto mundial que se vive atualmente. Segundo dados do IPEA (2022), o rendimento médio da população caiu, e claramente isso ocorreu de maneira diferente para homens e mulheres. É muito provável que a renda por domicílio nos setores censitários 1 e 7 tenha reduzido. Como dito antes são lares chefiados por mulheres, e de acordo com a pesquisa citada, a renda delas caiu 6,7 %, enquanto a dos homens 5,5 %, isso sem trazer em conjunto o recorte de raça. O fato é que áreas que já eram vulneráveis têm hoje condições econômicas ainda mais difíceis.

O uso do solo no município e na região do Tupi (Figura 7) concentra as já mencionadas cana-de-açúcar e a pecuária, além disso, tem unidades que praticam a olericultura (SOARES, 2017). De acordo com os dados fornecidos pelo Cadastro Ambiental Rural (CAR), em 2019

existiam mais de 100 propriedades rurais cadastradas na área de abrangência do Distrito de Tupi em Piracicaba/SP, sendo importante ressaltar que parte delas são chácaras vinculadas ao lazer e atividades aos finais de semana.

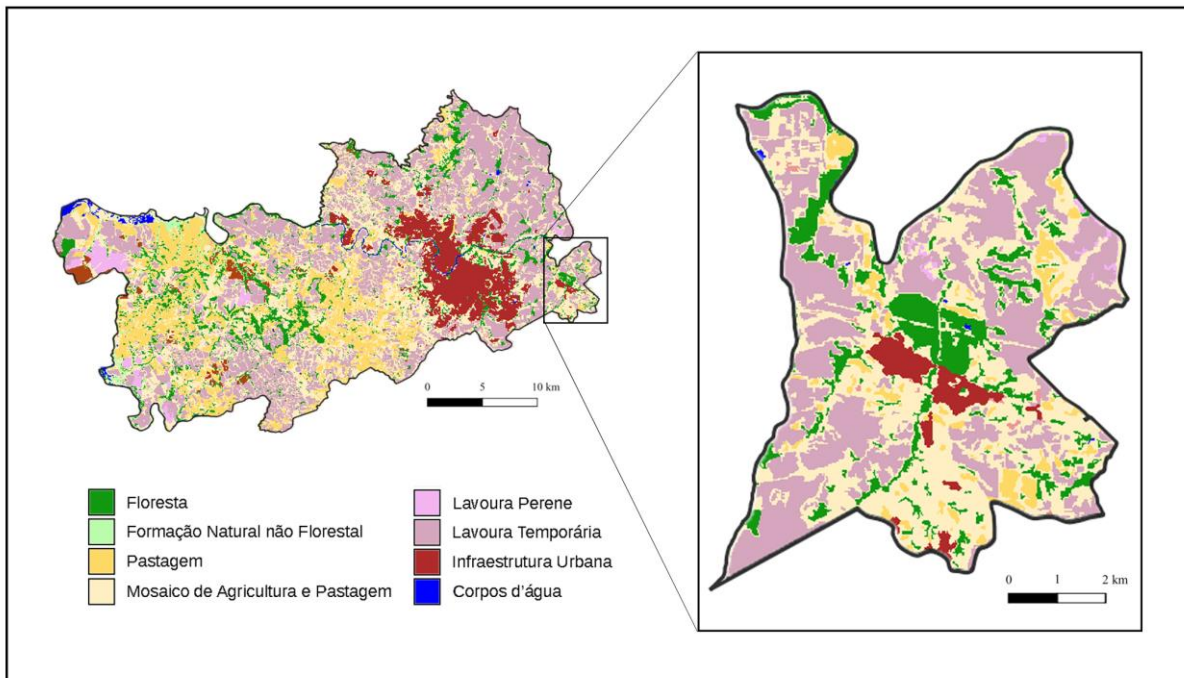


Figura 7. Uso do solo em Piracicaba/SP e no Distrito de Tupi.
Fonte. Mapbiomas (2020).

O Distrito de Tupi se localiza na zona leste e também reflete a realidade das demais regiões com relação ao uso do solo. Como observado na Figura 7, o Distrito é ocupado por plantios de cana-de-açúcar e pastagens, lembrando que existem pequenos agricultores e agricultoras que produzem outras culturas, sendo elas frutas, hortaliças e leguminosas.

5.4. O grupo Raízes de Tupi

A decisão por fazer pesquisa e extensão no Distrito de Tupi é anterior ao ingresso no mestrado, quando elaborávamos a proposta de projeto a ser submetido para o processo seletivo. Anterior a esta decisão, já havia o envolvimento de outros pesquisadores e pesquisadoras da Oca com o Distrito de Tupi, a gestora do Horto de Tupi, unidade do recentemente (e arbitrariamente, diga-se de passagem) extinto Instituto Florestal e um pós-graduando que desenvolve sua pesquisa sobre saneamento rural e tecnologias sociais.

Na Oca há uma cultura de trabalhos coletivos, lembrando que cada pessoa tem seu enfoque de pesquisa, como nesta são as políticas públicas e a agroecologia, trazendo elas em seus sentidos mais amplos, por isso dizemos agroecologização, como Rosset e Barbosa (2019) destacam:

Levar a agroecologia à grande escala, conseguir sua massificação ou territorialização significa que, ao invés de ser praticada por poucas famílias em um território pequeno, torna-se uma prática de muitas famílias em um território grande (ROSSET & BARBOSA, 2019, p. 47).

Nessa linha de pensamento, Rosset e Barbosa (2019) ainda relembram sobre a agroecologia:

Neste processo coletivo, um dos consensos alcançados está relacionado à agroecologia como um elemento estratégico comum, tanto para fortalecer a resistência nos territórios, como para construir um mundo melhor para toda a humanidade e para a Mãe Natureza (ROSSET & BARBOSA, 2019, p. 46).

Compreender a agroecologia dessa forma foi fundamental para que um grupo de pessoas se animasse e passasse a pesquisar junto. Não faz muito sentido que o saneamento rural não esteja diretamente relacionado à agroecologização, assim como o direito à saúde, a educação, a cultura, lazer e tantas outras necessidades das comunidades.

Como dito antes, na OCA já havia pessoas relacionadas com o território. No começo de 2020, quando essa pesquisa ainda era melhor delineada, foi formado um grupo chamado Saneamento Rural e Educação Ambiental (SANEAR); estudantes de pós-graduação e graduação se organizaram para estudar sobre esses temas e conseguiram bolsas para que o grupo pudesse se consolidar. Paralelamente à isso, um grupo maior passou a dialogar: estudantes, professores e outras pessoas que tinham alguma relação com Tupi, independente do tema em que se pesquisa; sendo este trabalho uma das pernas desse grupo.

Nesta etapa, compunham o grupo o SANEAR uma estudante de graduação pesquisando sobre vulnerabilidades socioambientais e outra estudando sobre políticas públicas, agentes públicos envolvidos na gestão do Horto de Tupi e na coordenação de programas de educação ambiental desenvolvidos no distrito, docentes e estudantes de pós-graduação da ESALQ/USP.

Esse apanhado de gente passou a se reunir quinzenalmente em março de 2020 para se conhecer mais, saber das propostas e pesquisas e pensar em conjunto como poderia trabalhar de maneira coletiva, otimizando atividades, demandas individuais, de grupos e pesquisas. O primeiro passo dado foi a definição dos objetivos enquanto grupo, que seguem listados abaixo:

Objetivo geral: contribuir para a produção de conhecimentos e para a articulação de iniciativas voltadas à melhoria das condições de vida, a partir da atuação no Distrito de Tupi.

Objetivos específicos:

- i. Incentivar, apoiar e oferecer ferramentas para a formação de atores locais de transição educadora para sociedades sustentáveis;
- ii. Atuar de forma sincronizada com os objetivos de agroecologização territorial da Rede de Agroecologia do Leste Paulista e do Programa Redemoinho Piracicaba e Galícia;
- iii. Fortalecer relações de cooperação entre Universidades e comunidades, por meio projetos de extensão, pesquisa e educação;
- iv. Identificar como e quais políticas públicas podem favorecer a transição educadora sustentável do Distrito de Tupi.

Nesse momento o grupo passou a se organizar para estudar e pesquisar junto, especialmente sobre Piracicaba e o Distrito de Tupi. Com o passar do tempo, as reuniões precisaram ser mais frequentes, acontecendo semanalmente. É importante destacar que houve uma flutuação das participantes do grupo no ano passado, algumas eram mais constantes e outras contribuía pontualmente. No seu ápice o Raízes de Tupi contou com 16 pessoas, entre estudantes de pós-graduação, graduação, funcionários públicos docentes e não-docentes. Atualmente só o grupo relacionado ao trabalho desenvolvido no Horto de Tupi continua, os demais projetos não foram aprovados pela Universidade de São Paulo.

A organização desse coletivo se baseou na autogestão, onde todos e todas tinham a possibilidade de desenvolver qualquer tipo de atividade, de maneira que cada integrante cuide da ordenação e também participe da gestão do processo, refletindo, dialogando e vivenciando democraticamente cada passo do grupo (Dal Ri, 2004, p. 36 apud SANTOS, 2015).

A reunião semanal era o espaço de tomada de decisão do grupo. Nelas eram discutidas e combinadas as atividades a serem desenvolvidas. Um espaço em que todos atuaram como educadores e educandos, pois integravam todas as fases do processo, como o planejamento, análise, ação e avaliação (TRENTO, 2017).

As reuniões contribuíram para dinamizar a organização do grupo. Em um primeiro momento os participantes contavam como estavam chegando, procedimento adotado durante a pandemia, já que não nos víamos pessoalmente e o tempo para conversas sobre acontecimentos gerais de nossas vidas foi comprometido e reduzido. Após isso eram dados os informes gerais e a conversa seguia tratando das pautas, que basicamente são as atividades de estudo e pesquisa que o coletivo desenvolvia. Nessa etapa eram tomadas as decisões e feitos os acordos para encaminhar cada atividade.

Outro momento que compunha a reunião era o da formação. Esta era realizada a cada 15 dias e possuía temas variados e que apoiavam as atividades e temáticas levantadas pelo Raízes de Tupi, como: tecnologias sociais, diferenças entre o rural e o urbano, análise de conteúdo, a história do Horto de Tupi, políticas públicas e saúde mental na pandemia. A ideia das formações foi para possibilitar o compartilhamento e a descoberta de conhecimentos diretamente ligados as atividades desenvolvidas pelo grupo, em uma perspectiva de aprimoramento contínuo, bem como de ligar a reflexão à prática (OLIVEIRA E TRENTO, 2020).

Nesse contexto as idas a campo se deram virtualmente, por meio da realização de conversas e reuniões com a comunidade e outros agentes envolvidos nos trabalhos. Essa caminhada foi fundamental para o processo formativo educador. Segundo Saviani (2008), educadores e educandos necessitam compreender e buscar formas de lidar com as dificuldades trazidas pela experiência da ação, por meio do diálogo sobre o cotidiano e da busca por instrumentos sensíveis e possíveis que façam sentido e que possam ser aplicados durante todo o processo do grupo, da extensão e da comunicação (OLIVEIRA E TRENTO, 2020).

5.5. Organização comunitária em Tupi

A proposta deste item é contar sobre como o diálogo com a comunidade foi fundamental para que as atividades acontecessem, isso tudo por meio de uma atuação e articulação do grupo Raízes de Tupi. O seu conteúdo é baseado na relatoria das reuniões, nos cadernos de campo feitos pela pesquisadora e em diversos diálogos durante os encontros realizados.

A primeira reunião com a comunidade foi no dia 06 de agosto de 2020. Nela estavam presentes a gestão do Horto de Tupi, representantes da Associação de Moradores, da direção da EE Pedro de Mello e do Rotaract Tupi. Esse encontro aconteceu para que cada grupo pudesse se conhecer, para que então universidade e comunidade dialogassem. A conversa tratou de diversas temáticas, como: vulnerabilidades socioambientais, saneamento rural, agricultura, relação com a natureza, políticas públicas. Dela foram destacadas falas que diretamente envolvem a agricultura e as políticas públicas e que contribuem para o caminhar deste trabalho.

Uma das lideranças da comunidade contou que um dos loteamentos do distrito foi inicialmente criado para que houvesse a produção de alimentos e que este abasteceria o município, mas que com o tempo a agricultura do lugar se direcionou mais para as duas principais culturas agrícolas do município. De acordo com essa liderança, “o poder público pouco vai poder fazer pelo distrito por conta do custo. O legal é que fosse algo mais individual, por propriedade. Não dá mais pra esperar do poder público”. É nessa perspectiva em que um

grupo de moradores decidiu se organizar e criar a Associação de Moradores, como forma de se posicionar, participar e cobrar por direitos básicos para o território.

Um tema que tem intrigado o grupo e gerado muitas dúvidas foi abordado em mais de um encontro por moradores locais: “Como legislação Tupi e Santa Isabel é urbano!”, dito por uma das lideranças da comunidade. A incerteza sobre o quanto o território da pesquisa é rural ainda prevalece de certa maneira, sabendo que existem alguns pré-requisitos para se considerar uma área urbanizada, como acesso a água e esgoto encanados, iluminação pública e asfaltamento, por exemplo. Nessa linha, o centro do distrito e bairros juntos a ele são considerados áreas urbanas. Entretanto, as áreas marginais e do entorno ainda têm características da zona rural, mesmo estando tão próximas do centro do Tupi.

É importante fazer esse questionamento, pois pensando em políticas públicas e em transformação de territórios, o primeiro passo é conhecê-lo de fato e entender as suas particularidades.

Segundo a revisão do Plano Diretor Municipal feita pelo IPPLAP em 2018, todo o distrito está inserido na macrozona rural de Piracicaba, apesar de estar classificado dessa maneira. Em Tupi, assim como em outras partes de Piracicaba, existem características semelhantes à área urbana, muitas vezes ligadas ao acesso a uma série de serviços. Por outro lado, e ainda de acordo com o IPPLAP (2018), algumas parcelas do distrito passaram a ser consideradas expansão urbana por conta da ocupação irregular do solo (Lei Federal n. 13.465/2017), já que esta vem sendo feita sem seguir a legislação e entendendo que há um tamanho mínimo para imóvel rural que no estado de São Paulo varia de 2 à 2,5 ha.

A questão dos resíduos ainda é um desafio bastante grande para a comunidade, sejam eles sólidos ou não. Por todo o Tupi existem pontos irregulares de descarte de resíduos, como os vistos nas imagens abaixo. De tempos em tempos a prefeitura do município consegue solucionar esse problema em alguns lugares, mas acabam-se por se criar outros. De maneira prática, é preciso compreender que não há um atendimento de coleta que seja suficiente à demanda do território, afirmação reforçada por uma das agentes públicas que atuam no distrito, “não há coleta obrigatória em áreas rurais”. Em alguns lugares a coleta não passa ou passa somente uma vez na semana, o que gera acúmulo. Outra questão é que não há coleta seletiva em bairros que fazem parte do distrito.



Figura 8. Descarte de resíduos e agricultura no Distrito de Tupi.

(A). Descarte de resíduos na Estrada 4 no bairro Santa Izabel. **Fonte:** Arquivo Raízes de Tupi.

(B). Descarte de resíduos na Estrada 4 no bairro Santa Izabel, próximo ao Centro Ecológico Flora Guimarães Guidotti. **Fonte:** Arquivo Raízes de Tupi.

(C). Monocultura de cana-de-açúcar no bairro Santa Izabel. **Fonte:** Arquivo Raízes de Tupi.

(D). Pecuária no bairro Santa Izabel. **Fonte:** Arquivo Raízes de Tupi.

(E). Roçado de mandioca na Estrada 13 no bairro Santa Izabel. **Fonte:** Arquivo Raízes de Tupi.

(F). Horta na Estrada 13 no bairro Santa Izabel. **Fonte:** Arquivo Raízes de Tupi.

Nesta perspectiva é preciso falar sobre o tratamento de efluentes e como isso afeta a água e o acesso a ela, bem como a conservação de córregos, ribeirões e rios que passam pelo território. Por conta de o uso do solo ser feito de maneira inadequada do ponto de vista da sua conservação, a situação dos corpos hídricos que nascem e/ou passam pelo Tupi não é das melhores.

Observando o território, é visível a inexistência de áreas de preservação permanente em muitas partes, aqui destacando-se as matas ciliares de proteção para às águas. É importante lembrar, também, que os ribeirões e córregos desaguam no Rio Piracicaba, que da mesma forma passa pelo distrito em condições não muito animadoras, especialmente nos meses de pouca chuva. Uma das agentes públicas durante o diálogo apontou “em relação a qualidade de água o

Tijuco Preto não é muito boa, na cidade onde é a nascente do rio não possui tratamento de esgoto”, - município de Rio das Pedras/SP, que atualmente está construindo a sua estação de tratamento de efluentes -.

Em um outro encontro realizado com a comunidade no dia 16 de outubro de 2020 o tema da hidrografia surgiu novamente. Um dos moradores e agricultor disse:

Me vejo num local de muitas águas, cito o Ribeirão Tijuco Preto, que está morrendo, tem uma problemática da cidade vizinha (Rio das Pedras), não trata nada do esgoto, a cidade está "engolindo" a nascente, o que compromete ainda mais o ribeirão. Tem bairros que passam rentes ao ribeirão, jogando todo esgoto no corpo hídrico, sinto que, apesar disso, ainda dá tempo de fazer algo, e que o único caminho é a pressão da sociedade para os órgãos governamentais, que haja uma gestão de tratamento de água. Agora provavelmente vai começar a construção da estação de tratamento. O problema deveria ser pressionado por nós que estamos recebendo essas águas sujas, esse processo está lento, por parte da população e o ribeirão está cada vez mais sujo. (Agricultor, 06-08-2021).

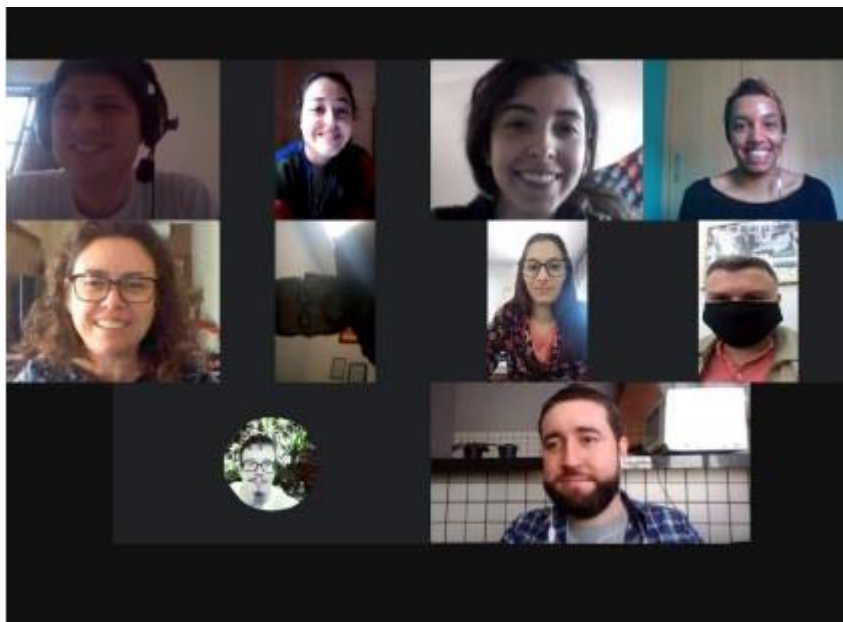


Figura 9. Reunião com a comunidade em 16 de outubro de 2020.

Fonte: Arquivo Raízes de Tupi.

Nessa caminhada e após elaborar propostas de atividades com base nos encontros e diálogos com a comunidade, foi importante ouvi-la novamente. Relembrando que elas foram elaboradas pelo Raízes de Tupi e que nem todas as atividades serão abordadas neste trabalho,

somente aquelas que dizem respeito as entrevistas, grupo focal e intervenção já propostas e apresentadas anteriormente neste texto.

Para consolidar as propostas foram realizadas duas reuniões com a comunidade, com o objetivo maior de apresentar as ideias e ouvir sugestões e quaisquer outros pedidos de alteração, inclusão ou exclusão.

A primeira reunião ocorreu no dia 22 de abril de 2021 e tomou uma dimensão que o grupo não esperava; para além da comunidade, agentes políticos do legislativo e executivo estavam presentes por intermédio de uma movimentação própria do distrito. Houve uma sensação de que seria possível contar com o apoio dessas pessoas que estavam presentes. Entretanto, quando se fala sobre ouvir a comunidade, é preciso afirmar que, de fato, nessa reunião esse objetivo não foi alcançado como esperado, tendo como mais significativa as considerações de participantes das escolas e de um representante dos agricultores. Por esse motivo o grupo considerou essencial uma nova reunião em que a associação de moradores pudesse estar presente e esta aconteceu no dia 04 de maio de 2021 e foi bastante proveitosa. Foram dadas recomendações para que as atividades não fossem longas e que se considerasse que nem todas as pessoas têm acesso fácil a internet o que pode comprometer ou dificultar a participação de muitas delas.

O encontro foi bastante interessante, pois foi possível compreender mais aspectos do território e de que forma é melhor atuar. Uma das lideranças disse:

“Trabalhar com os grupos já organizados é zona de conforto, depois da pandemia esse pessoal já não está mais tão articulado. O desafio que eu passo no campo é parecido, é como fazer uma proposta de prospectar essas pessoas. Acho válido o questionário, mas precisa ser no público, que está além dessas pessoas. Acho que os públicos são distintos nesses dois eixos de oficinas, são interesses diferentes. Mapear o pessoal e começar a fazer rede. Meia dúzia que dedura mais seis”. (Liderança comunitária, 04-05-2021)

Olhando para o que ela coloca faz retornar mais uma vez sobre a política do cotidiano proposta por Biasoli & Sorrentino (2018), aquela em que há ebulição popular de querer e fazer acontecer. Fica evidente que em Tupi tem um grupo que já vem cutucando isso há tempos e está ansioso para que mais gente se movimente junto.

Outra proposta apresentada foram as entrevistas que esta pesquisa se propôs a realizar. A proposta foi bem aceita. Entretanto, lideranças antigas questionaram o número de entrevistas e reforçaram que é muito importante que haja uma diversidade nas pessoas com as quais

conversaremos para que, mesmo com um número reduzido, tenha-se uma noção mais próxima do real sobre o território.

Com relação ao questionamento sobre o número de entrevistas, é preciso esclarecer que esta é uma ponta da pesquisa, e todo relato dela será sistematizado e analisado. Aumentar o número de entrevistados não era uma possibilidade, pois esta pesquisa também estava envolvida e desenvolvendo outras atividades em conjunto com a comunidade que apoiaram a compreensão e desenrolar do processo.

Na mesma reunião em que a proposta foi apresentada, as lideranças disseram ser bastante importante que outras pessoas participassem das intervenções, sendo muito comum as pessoas não estarem por falta de oportunidade e que deveria haver um esforço maior para trazer mais gente pra além das lideranças e instituições organizadas que participaram da construção das atividades desta pesquisa e outras.

Com a colheita de sugestões e considerações da comunidade, o Raízes de Tupi se organizou para fechar os conteúdos e metodologia das atividades. Concomitante a isto, buscou encontrar um ou mais horários nos quais a participação da comunidade era mais acertada.



Figura 10. Reunião com lideranças comunitárias em 04 de maio de 2021.

Fonte. Arquivo Raízes de Tupi.

As conversas com a comunidade enunciaram muitos sonhos para este território, que envolvem a transformação dele em um lugar onde direitos sociais básicos sejam atendidos, assim como a possibilidade dele se tornar referência em turismo rural no município e região. O Raízes de Tupi buscou contribuir na realização de intervenções socioambientais que transformem gradativamente esse espaço.

5.6. Rota do Tupi

Em agosto e setembro de 2020 foram realizadas duas visitas a agricultores do distrito. Elas aconteceram seguindo os protocolos da Organização Mundial da Saúde (OMS) para Covid19, com o objetivo de apresentar o grupo Raízes de Tupi e verificar qual seria o interesse no desenvolvimento de atividades em conjunto com a comunidade.

A primeira visita foi feita no dia 25 de agosto de 2020 a uma Chácara, localizada no bairro Santa Izabel. A recepção foi feita pelo agricultor responsável e que produz frutas vermelhas. Ele comentou que antes da pandemia estavam fazendo a digitalização de documentos sobre a história do Tupi e construindo uma parceria com a Escola Pedro de Mello. Essa articulação não era só da Chácara, mas sim de um grupo de agricultores e agricultoras, lideranças e instituições do território. Com a pandemia se fortaleceu a organização para comercialização da produção, mas o trabalho com turismo rural e educação ambiental perdeu força.

Nessa linha, relatou que recebiam visitas da escola na Chácara e gostariam muito que atividades de economia local envolvessem os/as estudantes, para olharem para o lugar onde vivem com carinho e ver que ali existem oportunidades. Se mostrou animado com a movimentação do Raízes de Tupi no território, ainda mais por envolverem temas que chamam muito a atenção, especialmente o saneamento rural, que tem se demonstrado uma demanda urgente e que carrega as demais, como o cuidado com o solo, água e a produção de alimentos.

Já a segunda visita foi realizada no dia 21 de setembro de 2020 em outra Chácara, localizada no bairro Conceição. Foi recepcionada pelo agricultor responsável, que é piracicabano e há dois anos retornou ao município e passou a trabalhar com agricultura. Além dele também residem na propriedade o irmão que é agrônomo e trabalha com a produção de shimeji, e sua companheira que trabalha com o Clube da Horta (projeto para recepção de visitantes e escolas) e com a venda de cestas de alimentos.

A chácara tem uma boa estrutura para turismo rural, com jardim sensorial, PANC, galinheiro, jabutis, horta e uma casa de convívio. Ele se animou muito ao falar das PANC e fez questão de mostrar as que estavam crescendo na área. A produção de shimeji também estava iniciando nas estufas.

Contou um pouco sobre o espaço da chácara que está na família deles desde o avô, porém a área começou a ser mais usada para agricultura e visitação quando voltou para Piracicaba. O próprio Clube da Horta tem a intenção de reaproximar as pessoas da natureza e é idealizado pensando principalmente nas crianças.

Durante a pandemia, alguns agricultores e agricultoras da região se organizaram para vender cestas. Comentou dos desafios desse processo, da dificuldade dos consumidores em respeitar a época dos alimentos, da população sempre querer consumir alguns produtos mesmo que estes não estejam na época natural de produção. Também contou que tem uma parceria muito forte com a Chácara mencionada anteriormente, e com outra localizada no Cruzeiro do Sul, bairro ao lado do Tupi e pertencente ao município de Santa Bárbara do Oeste.

Os dois proprietários destas chácaras fazem parte de um grupo de agricultores e trabalhadores do turismo rural na região do Tupi que há pelo menos 6 anos vem conversando e se apoiando. Esse grupo se chamava Roteiro Tupi, muito pela vontade de se criar uma rota de turismo rural no território e por se propor a desenvolver atividades que envolvem mexer com a terra e receber pessoas.

Após estas visitas o contato com esse grupo se manteve, em um primeiro momento mais no sentido de envolve-los e ouvi-los com as atividades que o Raízes de Tupi viria a desenvolver. Na ocasião da “grande reunião” (22 de abril de 2021) mencionada no item 5.5 e que tomou dimensões não esperadas pelo grupo de estudantes. Para além das diversas contribuições sobre as atividades que estavam sendo propostas, nesse encontro foi possível aproximar a SEMA desse grupo de agricultores do distrito de Tupi, ao ponto de saírem dessa reunião com um encontro marcado para conversarem sobre como a secretaria poderia apoiá-los.

Esse encontro ocorreu no dia 7 de maio de 2021 e reuniu a secretária de agricultura, duas funcionárias da SEMA e cinco agricultores e agricultora da região, com o objetivo de entender quais são as atividades desenvolvidas no território e que problemas vêm sendo enfrentados.

Cada um dos presentes relatou sua experiência e, além de representantes das Chácaras visitadas, estavam presentes uma agricultora que produz ovos caipiras, um que produz shimeji e mais um que cultivava tomate. Ficou evidente que o trabalho realizado é para além do alimento, destinando-se também à valorização da terra, do lugar que se vive e das relações que se estabelece com ele. Um dos agricultores pontuou “Estamos atuando na contramão de pandemias”.

A conversa abordou a necessidade de o grupo ser mais coeso e organizado e como a pandemia prejudicou esse movimento e que mesmo com adaptações é possível reestabelecer o que já vinha sendo feito. Os relatos expuseram uma necessidade sobre cursos e formações que tratem de turismo rural e agroturismo, como forma de capacitar os participantes para que possam desenvolver este tipo de atividade em suas propriedades e comunidades.

Outra demanda apresentada foi em relação a não valorização dos produtos comercializados e produzidos no próprio município, destacando uma dificuldade em se

competir com a agricultura de outras regiões do estado e que comercializam seus produtos em Piracicaba, dando a entender que as normas do município ainda não dão prioridade para a agricultura local.

A SEMA ouviu os relatos e destacou que o foco é fortalecer a agricultura familiar, lembrando da política municipal dos varejões, que mesmo com suas limitações é uma forma de escoar a produção, necessitando de uma melhor elaboração e ajuste para que se atenda de fato a agricultura familiar.

Além disso, adiantou que selos regionais vêm sendo pensados como forma de priorizar e valorizar a produção local nas compras feitas pelo município e que há um recurso disponível para processos formativos, como o que surgiu sobre turismo rural e agroturismo.

Recentemente a secretaria municipal de agricultura buscou estratégias para que o projeto de lei nº 140/22, que cria o Selo Local de Alimentos de Piracicaba (SELAPIR), passe por votação na Câmara de Vereadores. A sua colocação em pauta foi barrada por questões políticas e partidárias do município, segundo relatos de grupos atuam junto a projetos de agricultura familiar. Após pressão, o projeto foi aprovado no dia 15 de agosto de 2022 e segue em processo de regulamentação.

Além da criação deste selo, a secretaria também elaborou o projeto de lei nº 141/22, que institui o Programa Municipal de Aquisição da Agricultura Familiar de Piracicaba. Este projeto busca fortalecer a agricultura familiar do município e é semelhante ao PAA (programa federal), destacando que a prefeitura deverá investir ao menos 30 % do orçamento de compra de alimentos com a agricultura familiar do município e região, não se restringindo à merenda escolar, como é o estabelecido pelo PNAE, outro programa federal. Também após pressão, este projeto foi aprovado no dia 26/09/2022 e está em processo de regulamentação.

As ações mencionadas acima são fundamentais para que a agricultura realizada em pequenas áreas aconteça e impactam diretamente na forma como quem produz alimentos se organiza, estimulando a criação e formalização de associações e cooperativas do setor a nível local.

Esse tem sido exatamente o processo no território do Tupi, a reunião com a SEMA foi o início da formalização de um grupo que já estava minimamente organizado e esta pesquisa contribuiu diretamente nesse percurso.

E para falar desse percurso é preciso trazer para a conversa a pesquisa intervenção e a pesquisa participante. Junto delas pensar no papel que a extensão universitária desenvolveu neste trabalho, em um processo difícil e doloroso pela pressão e exigência de que ele aconteça

com plenitude diante dos cronogramas e prazos estabelecidos para as pesquisas nas universidades.

A lei nº 5.540/68 estabelece que as ações de estudantes e instituições de ensino devem se estender e atuar diretamente com as comunidades, com vistas a melhorar as condições de vida das mesmas. Mais recente foi aprovada Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018 que estabelece as diretrizes para a curricularização da extensão nas instituições de ensino superior do país, ferramenta que pode vir a contribuir para sua valorização, se devidamente encaminhada. As instituições de ensino têm até 19 dezembro de 2022 para apresentarem a forma como implantarão a extensão nos cursos de graduação (BRASIL, 2020).

A verdade é que não há uma paridade entre ensino, pesquisa e extensão. Isso não é percebido só pós-graduação, mas também na graduação, sendo esta dificuldade um dos aprendizados do Grupo Raízes de Tupi durante a sua atuação.

Em uma pesquisa intervenção e participante, nas pesquisas engajadas de uma maneira geral, o processo de realização delas é quase sempre incremental (TRENTO, 2021), com calendários e propostas que se alteram e adequam no decorrer do processo, por envolverem uma diversidade bastante grande de pessoas e realidades, mesmo atuando somente em uma comunidade ou território, como foi o caso desta pesquisa.

Apesar dos desafios, uma universidade que queira se pautar por parâmetros democráticos e transformadores deve (re)visitar seus processos de pesquisa e ensino e extensão, valorizando outros saberes e se confrontando criticamente com o próprio saber científico. Deve também se comprometer com uma ação articulada de acordo com as demandas sociais e de emancipação, tendo como impacto ações transformadoras da realidade dada. (TRENTO, 2021, p.126)

Para além do desafio de fazer a extensão parte do cotidiano da universidade, fazer uma intervenção, técnica muito utilizada nas pesquisas participativas que dão base a este trabalho, é ainda mais desafiante. Como bem lembrado por Oca (2016):

A intervenção é um desafio que se coloca para entender e/ou transformar a realidade, de maneira que, ao se buscar enfrentar os problemas o processo também transforma reciprocamente as pessoas envolvidas. Dessa maneira, a intervenção educadora é dialógica, recíproca e está em constante processo de fazer e de se movimentar. (OCA, 2016, p. 85).

Segundo Peruzzo (2016), os trabalhos que buscam fazer a observação participante – participação observante – não se concentram em ver e contar algo, mas também tomar a ação como parte do processo, isso dentro das comunidades, com a base da população e com quem demanda e também faz políticas públicas, em um caminho em que ao mesmo tempo em que se pesquisa é tal qual pesquisado.

Para este trabalho, e que culminou no processo de intervenção junto ao grupo de agricultores/as e trabalhadores/as do turismo rural no Tupi, foi realizado um grupo focal - seu roteiro e transcrição na íntegra se encontram no Apêndice B. Ele ocorreu em 10 de maio de 2022 com seis integrantes do grupo Roteiro Tupi. A categorização das anotações que constam no caderno de campo sobre os encontros realizados entre 07 de maio de 2021 à 15 de março de 2022 também serviram de base para a presente análise, destacando que o processo não se encerrou nesta data.

Tanto o que surgiu no grupo focal quanto nos cadernos de campo foi categorizado nos mesmos pontos que surgiram anteriormente, nas entrevistas e seus cadernos de campo, com a atenção para verificar se durante este trabalho não surgiria alguma outra categoria. Em primeira análise, as já existentes foram suficientes para dialogar com esses dados.

Entre a reunião do dia 07 de maio de 2021 e o encontro seguinte há um hiato de cinco meses, sendo que o contato nunca foi perdido e a SEMA esteve atuando e articulando ações juntos ao grupo. Em outubro de 2021 houve uma reaproximação desta pesquisa com o grupo por uma demanda apresentada por ele, uma vontade de institucionalizar o Roteiro Tupi. De lá para cá aconteceram reuniões, encontros, conversas mensais, por vezes semanais, devido a urgência que o grupo tinha sobre esse diálogo e que será detalhado no item 6.4.

6. RESULTADOS E REFLEXÕES ANALÍTICAS

A análise e discussão dos resultados se concentrou na reflexão sobre os objetivos deste trabalho e como as informações geradas por meio dele indicam como foram alcançados.

Durante todo o trabalho de pesquisa foram realizadas diversas sistematizações analíticas dos dados de campo, por conta da diversidade do que foi encontrado e reencontrado. Entretanto, e não à toa, o estudo se descobriu no diálogo com a potência de ação, das pessoas e da comunidade envolvidas.

Neste sentido, a pesquisa foi compreendida como potencializadora do agir:

- a) Na formação de formadores;
- b) Na elucidação das demandas;
- c) Na compreensão crítica da realidade;
- d) No desenvolvimento da autonomia;
- e) Na construção cotidiana do bem viver/agroecologia.

A reflexão sobre o que surgiu será exibida nos três próximos tópicos e buscam contemplar as potências mencionadas acima. A apresentação dos resultados seguiu os procedimentos de sistematização dos dados, criação de categorias, triangulação e a análise dos mesmos.

6.1. A potência da memória e história do Tupi: um olhar para o presente

Para os que concebem a História como uma disputa, o atraso e a miséria da América Latina são o resultado de seu fracasso. Perdemos; outros ganharam (GALEANO, 1980, p. 14).

Ainda em 2020, uma das atividades a que o grupo Raízes de Tupi mais se dedicou foi o levantamento de dados secundários, pois como muitas das/dos participantes não conheciam o distrito pessoalmente, a pesquisa sobre a região tornou-se fundamental. O que não é o caso da pesquisadora deste trabalho, mas que sem dúvidas contribui muito para um maior aprofundamento. A procura se concentrou bastante em dados coletados em levantamentos feitos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e também pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento de Piracicaba (IPPLAP). A investigação se deu com enfoque nas temáticas trabalhadas, ou seja, dados socioeconômicos; de acesso à saúde, educação, cultura; saneamento básico e agricultura.

Os Quadros 2 e 3 resultam da sistematização e categorização dos diálogos das entrevistas e das anotações em caderno de campo. Foram criadas quatro categorias e neste item do trabalho será abordada a primeira: Sonhos/memória/história.

Como forma de incrementar e fundamentar as análises e reflexões presentes nesta dissertação foram retiradas falas e trechos das entrevistas que representam cada categoria. Esses trechos foram trazidos e refletidos junto a literatura e aos dados secundários.

Quadro 2. Sistematização de trechos das entrevistas para a categoria sonhos/memória e história.

Sonhos/memória/história	
Pessoa	Trechos de falas que representam
L	"a situação dos corpos d'água é triste"; "acho que a escola PEI está mais inclusa"
Ls	"a grande maioria tem fossa simples"; "dá vontade chorar vendo a situação dos rios"; "não tem como fugir da agroecologia"; "tem pouco agricultura, além da cana"; "ser pequeno agricultor é muito difícil"; "não peguei a mudança da escola, mas vejo como um avanço, uma conquista"
M	"me preocupo com a questão das águas, mesmo não faltando água, percebo mudanças"; "a situação dos corpos d'água é caótica, triste"; "o desafio é a mudança da relação do ser humano com a natureza, dessa coisa da produção desenfreada pelo lucro"; "os estudantes têm uma conexão muito forte com a terra"; "esse ano teve horta e plantio de árvores na escola, mesmo em pandemia"; "percebo que as pessoas que já estavam aqui antes têm uma conexão mais estreita com a natureza e que os que foram chegando depois não"
T	"a gente ainda tem uma ação muito colonizadora e exploratória, numa ilusão de que temos muitos recursos naturais"; "da mulher no campo me vem a ancestralidade e a agricultura familiar, mas desconheço trabalhadoras do campo"
Na	"expansão urbana é grande, os lotes irregulares não tem planejamento estrutural nenhum"; "Tupi é um caso especial, é tão à frente do tempo que volta na origem"; "tem um predomínio ainda da cana, mas está diminuindo"; "vejo o Tupi com uma história forte, passou por todos os ciclos e está em um momento de resgate, de amor a terra"; "há muito desafio para uma agricultura ecológica"
I	"das águas e rios eu tenho dó, cada vez mais vem sendo soterrado"; "falta carinho e amor e valor pra essas iniciativas de cultura e lazer"; "das relações com a natureza quem é daqui tem uma relação legal"
S	"uma imagem aérea mostraria que Tupi tem grande vocação para ser produtora de água"; "as águas não estão em boas condições"; "a agricultura convencional domina por questões históricas, mas tô vendo um movimento de transição muito grande"; "o espaço no peória não foi bem aproveitado"; "tem lazer e cultura, mas fica engessado"; "total mudança da escola, foi ótimo, um monte de aluno ocioso e longe de atividades culturais, lazer, por conta da distância do distrito ao centro, saltou de qualidade"
C	"Tupi é um distrito rural com mancha urbana"; "a situação das águas está cada vez pior"; "a cana prevalece, fazem do mesmo jeito que há 40 anos atrás"; "agora que tem aparecido outras, fortes indícios de mudanças, nosso território não vai ficar de fora"; "é o sonho de qualquer pai a escola como é agora"; "quem entende da comunidade é quem mora na comunidade"
N	"sobre os rios, o volume tem diminuído"; "acho que as pessoas nem sabem, mas tão fazendo uma agricultura agroecológica"; "o desafio maior seria fazer agricultura ecológica perto da cana"

Fonte. Autora.

Quadro 3. Anotações de caderno de campo - entrevistas que remetem a categoria sonhos/memória e história.

Sonhos/memória/história	
Pessoa	Trechos de anotações que representam
L	
Ls	Falamos sobre as nossas experiências nas ciências agrárias
M	Mirian se mostrou ser muito ligada à espiritualidade e que a natureza faz muito parte disso que ela tem e traz consigo; demonstrou curiosidade em saber quantos corpos d'água existem no Tupi
T	
Na	O foco dessa gestão da secretaria é a agricultura
I	
S	Decidiu morar na área rural justamente para poder viver perto da natureza, ela e seu filho

C
N

Fonte. Autora.

A disparidade sobre a classificação do território ficou evidente durante as entrevistas realizadas, como destacado por C. “Tupi é um distrito rural com mancha urbana”, isso implica diretamente no atendimento e fornecimento de condições básicas de vida, que não são atendidas ou o são, mas de maneira insuficiente. Quando falamos do tratamento de resíduos I. pontua que “No bairro é bom, ao redor não é tão eficaz, tem esgoto aberto”. Quando ela diz que no bairro é bom, se refere que na área urbanizada o tratamento de resíduos funciona, mas em todo o entorno não, onde, majoritariamente, estão as áreas rurais. É importante destacar aqui que o recém aprovado Plano Nacional de Resíduos Sólidos (Decreto Federal nº 11.043, de 13 de abril de 2022) sequer menciona ações para as áreas rurais no país, ou seja, seguem sendo esquecidas. E hoje, com o agravante de termos muitas mais pessoas vivendo em parte delas, como é o caso do Tupi, por estar bem próximo de áreas urbanas e ser alternativa mais econômica e/ou saudável para se viver é uma região que enfrenta muitos problemas com a regularização fundiária, apontados pelo próprio Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável.

De fato, mesmo sendo uma área bastante “diversa” e com várias características, há uma predominância dos atributos rurais, e isso é percebido em diversos locais. M. conta que “Os estudantes têm uma conexão muito forte com a terra, esse ano teve horta e plantio de árvores na escola, mesmo em pandemia”. A relação com a terra vem também da história desse território, em diversos encontros foi relatado que uma área do distrito foi loteada justamente para que se produzisse alimentos para abastecer o município. Entretanto, e com o passar do tempo, isso não aconteceu ou conseguiu se manter. O que se vê hoje é que existe agricultura, mas praticamente de apenas duas práticas, a da monocultura de cana-de-açúcar e pecuária.

Assim é no município de Piracicaba quase todo, mais de 50 % dele é ocupado somente por essas duas culturas (LUPA, 2017). Durante a entrevista, C. conta “a cana prevalece, fazem do mesmo jeito que há 40 anos atrás”. O desafio do uso do solo é muito maior do que podemos imaginar e no tópico 6.3 isso será abordado na perspectiva de quem trabalha na e com a terra.

A dúvida na classificação do distrito como urbano ou rural dificulta ou deixa uma população a margem do acesso a direitos básicos, como água, tratamento de resíduos, mobilidade, cultura.

Para isso, é preciso apresentar mais informações sobre Tupi e dialogar com o que foi encontrado nos levantamentos oficiais com os realizados pela própria comunidade, assim como

o que surgiu durante as entrevistas, anotações e demais atividades realizadas especificamente por esse trabalho.

Nos levantamentos realizados pelo IBGE, há uma divisão chamada setor censitário, sendo ela uma unidade territorial que possui uma área contínua e de características semelhantes, onde também são conhecidos o número e tamanho dos domicílios. O Distrito de Tupi é dividido em 9 setores censitários, levando em conta as características e realidade de cada um dos bairros que o compõem, sendo eles e entre parênteses os setores censitários de cada bairro: Tupi (2), Parque Peória (3), Colinas de Santa Izabel (8 e 9), Bartira (1 e 7), Tijuco Preto (5), Conceição (4), Morro Grande (4) e Quebra dente (6) (Figura 5).

Contando sobre esse lugar, é preciso lembrar que o último censo realizado pelo IBGE foi em 2010. De lá para cá tem-se trabalhado com estimativas, isso faz com que existam discordâncias entre os dados e até mesmo ausência de muitos deles. Olhando a Figura 5 e tomando o caso dos setores censitários 8 e 9, que segundo o último censo têm uma população de aproximadamente 700 pessoas, no censo realizado pela Associação de Moradores do Distrito de Tupi em 2014 o número de residentes desses setores é superior, chegando a 1.157 pessoas.

Destacar esse ponto é relevante para parar e pensar, como é possível gerir um espaço sem conhecê-lo minimamente ou ainda, como é possível formular políticas públicas sem informações básicas sobre a população? Nessa perspectiva, C. afirma "quem entende da comunidade é quem mora na comunidade", convocando o poder público a escutar e fazer presença em todas as ações que envolvem o território.

Os temas que permeiam a vulnerabilidade socioambiental também foram abordados nas entrevistas. Um dos destaques que mais surgiu foi sobre a mudança de categoria da escola para integral e rural, L. opina que "a escola PEI está mais inclusa", C. diz "é o sonho de qualquer pai" e S. pontua "total mudança da escola, foi ótimo, um monte de aluno ocioso e longe de atividades culturais, lazer, por conta da nossa distância do distrito ao centro, saltou de qualidade". De fato, a escola vem cumprindo um importante papel no território, para além da educação formal, atua na formação cidadã de crianças e jovens, sempre dialogando sobre a realidade em que vivem.

A pauta da educação é um direito de qualquer cidadão. Trazer ela quando se fala em memória e história se deve ao modo como foi abordada pelas pessoas entrevistadas, como a conquista de algo que se deseja muito, a realização de um sonho que era de muita gente que vive no Tupi.

Apesar disso, é preciso não romantizar o projeto que fez com que as escolas estaduais de São Paulo mudassem de categoria tão rapidamente, sem levar em consideração a estrutura da

escola e a realidade de estudantes que, muitas vezes, estão em contextos familiares que os colocam em responsabilidade maior, como o trabalho para sustento da família, o cuidado com a casa e a família. Estando a criança e o jovem na escola o dia todo, em que momento ela dá conta dessas outras atividades e também das escolares extraclasse?

A escola ser classificada como rural não é por acaso. Para além da distância do distrito ao centro, o tamanho da população, as demais questões sobre a classificação do território e os diálogos apontaram que há algo entre a comunidade e a natureza. M. diz que “percebo que as pessoas que já estavam aqui antes têm uma conexão mais estreita com a natureza e que os que foram chegando depois, não”. Apesar disso, foram inúmeras as falas sobre o péssimo estado em que se encontram as florestas e a natureza em geral no distrito de Tupi.

Pensando o uso do solo e a relação com a natureza, a comunidade ainda aponta demandas relevantes sobre o território de Tupi, especialmente ligadas às águas e ao tratamento de resíduos já mencionado um pouco acima. L. diz que “a situação dos corpos d’água é triste”, Ls complementa “falta APP em vários lugares” e M. sintetiza “me preocupo com a questão das águas, mesmo não faltando água, percebo mudanças, a situação dos corpos d’água é caótica, triste”. Há uma percepção geral de que a malha hídrica do território não vai bem, isso se deve ao modo de desenvolvimento adotado e como ele foi e vem sendo implementado.

Quando se fala sobre local de pesquisa, é importante compreender os fatores que influenciam a sua dinâmica. Santos (2008), pontua: “O território como um todo revela os movimentos de fundo da sociedade” (SANTOS, 2008, p. 79).

Piracicaba, assim como muitos outros municípios do interior São Paulo, vivenciou um processo de industrialização muito intenso - fábricas e monocultivos foram tomando o espaço da agricultura familiar e suas moradias. A cultura que domina nesta região é a da cana-de-açúcar. Segundo dados do LUPA (2016/17), ela se espalha por mais de 50 % de toda a área do município. Não é uma planta majoritariamente utilizada na alimentação, diferente da mandioca e do feijão, que de acordo com o mesmo levantamento ocupam juntas menos de 1% de Piracicaba.

A agricultura familiar foi sendo esquecida, rotulada como arcaica e deslegitimada. O avanço da monocultura acontece simultaneamente e no mesmo espaço de instalação de uma das mais renomadas escolas de agricultura do país, muito bem-conceituada nos critérios internacionais, ocupando o quarto lugar no NTU Ranking³. Diferentes estudos sobre as suas

³ Performance Ranking of Scientific Papers for World Universities, divulgado em 9 de agosto de 2020, pela National Taiwan University.

atividades de ensino, pesquisa e extensão reforçam a ênfase da Instituição na agricultura chamada de agronegócio ou exportadora de commodity.

Nesse sentido Santos (2008) diz:

Com a globalização, todo e qualquer pedaço da superfície da Terra se torna funcional às necessidades, usos e apetites de Estados e empresas nesta fase da história (SANTOS, 2008, p. 81).

Analisando os dados do LUPA realizado em três décadas diferentes, percebe-se uma movimentação sutil no número de Unidades Produtivas Anuais (UPA) em Piracicaba/SP. Na Tabela 1 estão sistematizados esses dados apenas para as propriedades com até 50 ha, ou seja, da agricultura familiar. Mais do que avaliar onde se chegou, é importante analisar os contextos que podem ter influenciado estes cenários. Comparando o LUPA dos anos 1995/96 com os de 2007/08, há um ligeiro aumento na quantidade de UPA da agricultura familiar, justamente em um período em que muitas políticas públicas para esse setor foram criadas e também fortalecidas. O oposto acontece quando se confrontam os dois últimos levantamentos, sendo necessário destacar o contexto político do Brasil que resultou em um golpe de Estado em 2016 e uma proposta de governo que negligenciava as políticas públicas desse setor, ação perpetuada até o momento.

Tabela 1. Sistematização dos dados de UPA do LUPA para os três levantamentos já realizados.

Ano	Propriedades de até 50 ha	
	n° de UPAS	Área total
1995/6	1,794	26,441.0
2007/8	1,895	27,861.5
2016/7	1,601	24,484.6

Fonte. LUPA, CDRS, 1995/6; 2007/8; 2016/17.

É preciso considerar quais foram as opções e decisões tomadas entre o segundo e último levantamento (2007 a 2017). Ao passo em que na maior parte desse tempo os governos eram considerados mais comprometidos com a inclusão social, bem como não é possível esquecer que o sistema de desenvolvimento escolhido e dominante é o mesmo, capitalista. Nesse sentido, Aquino; Gazolla & Schneider (2018) colocam que, consciente ou não, as políticas de Estado foram conduzidas para atender o modelo de desenvolvimento vigente, o que aumentou o abismo

e distância entre a agricultura familiar e o agronegócio, praticamente em um processo de não se ter muitas escolhas e buscar atender demandas de diferentes grupos que fazem agricultura, compreendendo a dependência econômica da produção do agronegócio e a importância da agricultura familiar em diversas esferas. Essa dificuldade foi evidenciada até mesmo dentro dos próprios órgãos governamentais, como as divergências entre o MDA e o MAPA.

Nesta perspectiva e compreendendo o quanto tais políticas públicas têm potencial para impulsionar a agroecologização de territórios, Giraldo & McCune (2019), ponderam:

No sólo se han revocado las políticas favorables a la agroecología en estos países, sino que incluso hay casos donde éstas se han convertido en herramientas para la represión y la recopilación de información contra los movimientos (GIRALDO & MCCUNE, 2019, p.11).

Os dados detalhados do último levantamento (2017) mostram que a maior quantidade de UPA está na classificação entre 10 e 20 ha, representando 6,53 % da área total do município. Por outro lado, as UPA que possuem de 200 a 500 ha são as que ocupam a maior área de Piracicaba/SP, 17,95 %, sendo que essas não se enquadram como agricultura familiar.

O uso do solo do município já foi apresentado (Figura 7). Fica evidente que a produção agrícola é bastante forte, bem como ela ser dominada pela produção de cana-de-açúcar e pastagem, com pouquíssimas áreas de floresta em estado natural ou de conservação.

Piracicaba é um dos maiores municípios do estado, em área total, com 1.378,069 Km², ocupando a 13ª posição em tamanho no estado, 83 % do município é área rural, com uma população estimada de 25.804 habitantes nessas localidades (IBGE, 2020).

O Distrito de Tupi se localiza na zona leste e também reflete a realidade das demais regiões com relação ao uso do solo, como observado na Figura 7, sendo ocupado por plantios de cana-de-açúcar e pastagens, lembrando que existem pequenos agricultores e agricultoras que produzem outras culturas, sendo elas frutas, hortaliças e leguminosas.

Mesmo com o uso do solo predominantemente sendo para cana-de-açúcar, foram levantados lugares que têm atuado de outra maneira no território e nas suas proximidades. Na Figura 11 estão localizadas no mapa iniciativas encontradas pelo Distrito; elas vão desde hortas de bairro a chácaras que produzem alimentos e trabalham com turismo rural.

Esse levantamento é importante para entender que lugar está sendo pesquisado e o que já existe nele quando se fala de uma outra agricultura que não seja a convencional e, muito mais

do que isso, de uma educação ambiental crítica que seja transversal e universal, bem como entender as relações entre agricultura, saúde, educação e muitos outros direitos sociais.

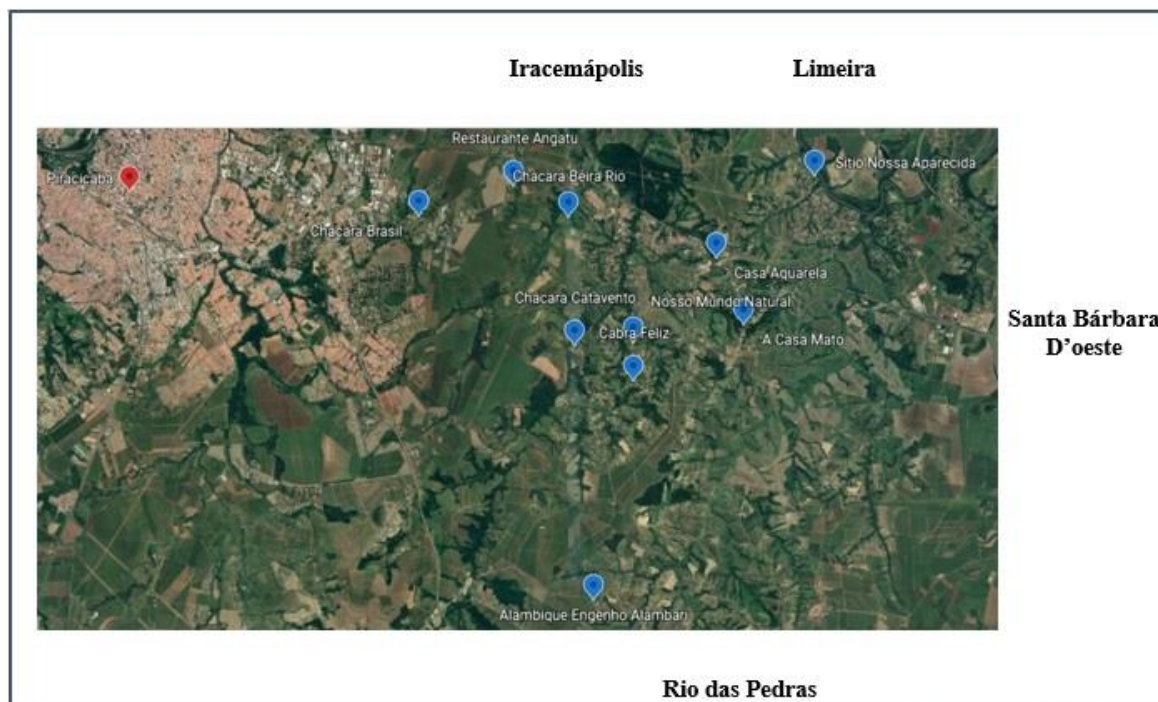


Figura 11. Localização de algumas das iniciativas de agricultura familiar e turismo rural no Distrito de Tupi e região.

Fonte: Arquivo Raízes de Tupi.

Essas iniciativas de agricultura familiar e turismo rural são bastante diversas, mas têm apontado um novo potencial do território, sendo também uma forma de manutenção das famílias na área rural por meio do incremento de suas atividades. Logo abaixo há uma listagem dessas iniciativas:

- Chácara Catavento: espaço dedicado à produção de frutas vermelhas, a recepção de famílias, escolas e grupos para atividades pedagógicas, cursos e oficinas relacionados ao cultivo.

- Chácara Brasil: espaço dedicado à produção de frutas, hortaliças, legumes, e cogumelos agroecológicos, atua com educação ambiental, por meio de feiras e eventos pedagógicos.

- Alambique Engenho Alambari: espaço dedicado a produção de destilados oriundos da cana-de-açúcar, realizada também a recepção de pessoas e grupos para passeios.

- Sítio Nossa Aparecida: espaço dedicado ao cultivo de horticultura, floresta, plantas medicinais, vinculado à saúde e ao cuidado do corpo e da alma através das plantas.

- A Casa Mato: produção de ovos, frutas e horticultura no geral.

- Nosso Mundo Natural: espaço dedicado à produção de ovos caipiras.

- Sítio Cabra Feliz: espaço dedicado à laticínios oriundos de caprinos.
- Restaurante Angatu: espaço dedicado ao comércio de comida caipira.
- Chácara Beira Rio: espaço dedicado e com estrutura para a realização de eventos.
- Casa Aquarela: espaço dedicado a terapias holísticas, medicina indígena, chinesa e outras.

Mais do que isso, nos diálogos com a comunidade não foram apontadas somente as angústias, mas também os sonhos e desejos para esse território. Isso remete muito a história de vida da comunidade e também a um resgate da sua memória. Como disse uma gestora pública “Tupi é um caso especial, é tão à frente do tempo que volta na origem”.

Nesse sentido, Ls. fala “não tem como fugir da agroecologia”, e com um mar de cana-de-açúcar a sua volta, M. lembra “ainda não vejo uma pegada agroecológica em Tupi”. De fato, tem sido um desafio competir com as monoculturas, por conta da extensa área que ela ocupa. Isso foi trazido por N. “o desafio maior seria fazer agricultura ecológica perto da cana”. Apesar disso, a comunidade não perde a esperança e realiza diversos movimentos para mudar essa realidade. C. diz “agora que têm aparecido outras, fortes indícios de mudanças, nosso território não vai ficar de fora. O desafio pra isso é mostrar pras pessoas que é vantajoso, quem trabalha com isso quer retorno, mostrar que a agroecologia dá certo, é viável”.

A cana-de-açúcar vem sendo sistematicamente falada aqui, por ser vista como o maior desafio para a agricultura familiar, especialmente a orgânica e agroecológica no território estudado. Segundo dados do IPPLAP (2021), a área destinada a essa cultura vem diminuindo desde 2012. Em 2011 ela ocupava 59.644 ha, no ano seguinte isso se reduz para 52.800 ha, chegando a 48.000 ha em 2020, último ano em que essas informações foram disponibilizadas.

De fato ainda há muita área com cana, mas a redução apontada junto a outras ações do município e da comunidade podem sinalizar a existência de uma tendência. Seja por essa consciência crítica, claramente demonstrada nos diálogos das entrevistas, como também pela ação e articulação da SEMA, em uma gestão voltada ao fortalecimento da agricultura familiar no município por meio de diversos programas, como a patrulha rural, a manutenção dos pontos de comercialização em Piracicaba (varejões), a manutenção das estradas rurais e o contato e apoio às demandas das pessoas que trabalham com a terra, sendo este último, do apoio as iniciativas e presença nas ações de agricultura e turismo rural em Tupi, o que foi mais evidente durante este trabalho e, por isso, recebe um aprofundamento maior na intervenção principal desta pesquisa.

Pensando a construção da história desse território e falando do uso do solo, uma das questões abordada nas entrevistas foi “qual modalidade de agricultura é mais comum no

Distrito?”. Algumas das entrevistadas sequer mencionaram a cana-de-açúcar, essa cultura é tão comum e parte da rotina e cotidiano ao ponto de não ser mais percebida. Outro destaque é que foram levantadas diferentes culturas, ligadas à alimentação, como a mandioca e o plantio de frutas e hortaliças. O que parece ficar implícito é esse olhar de costume para a cana-de-açúcar e uma compreensão clara e crítica das plantas e outros gêneros que de fato servem de alimento para a comunidade.

Nesse sentido, muitos foram os espaços que contribuíram para a construção desse diálogo. Um deles foi a formação da Comissão Local de Saúde, grupo composto por enfermeira e agentes de saúde do Posto da Saúde da Família (PSF) do Tupi e por representantes da comunidade para trocas e articulação na busca de melhorias para o atendimento de saúde do distrito. A alimentação é um tema bastante abordado nesse espaço e aqui será trazido também para fomentar a conversa sobre a redução da área cultivada de cana-de-açúcar e da possibilidade de outras culturas e agriculturas se mostrarem.

Na reunião do dia 25 de maio de 2022 se conversou sobre como o acesso a alimentos frescos tem sido mais fácil no Tupi pela ampla disponibilidade e variedade, bem como por possuírem preços mais baratos, até mesmo dos que se encontra no centro. Uma das causas para isso é que mais pessoas da comunidade tem se dedicado a produzir comida, isso reduz os custos, pois o que produzem no Tupi, vendem aqui mesmo. Como é o caso dos dois maiores mercadinhos do distrito que são do mesmo dono e que a produção de hortaliças e legumes é feita pela própria família, sabendo também que esses mercados compram de outros agricultores do distrito.

Apesar disso, a equipe de saúde relata uma forte dificuldade das pessoas em consumirem alimentos saudáveis, sendo o consumo de industrializados a regra, por conta da sua praticidade, sabor palatável e por alguns deles terem preços baixos. A comissão destaca que no Tupi, assim como em outros lugares, os hábitos alimentares são um caso cultural, devido a correria da vida e também por uma falácia de que consumir esses produtos é ter acesso a uma vida qualidade, ao desenvolvimento. Cultural pelo fato de muitas pessoas não terem acesso a esse produto no passado e hoje, com a possibilidade de compra fácil a ideia de “dar aos filhos o que não pude ter na infância”.

Vamos encontrar na sociedade capitalista, em função de uma inserção diferenciada no processo produtivo, uma grande heterogeneidade sociocultural que permeia, entre outros, os hábitos alimentares, seja no aspecto da produção, seja no da preparação e do consumo. Os hábitos alimentares não

atendem apenas às necessidades fisiológicas do homem, mas têm um caráter simbólico, cujo significado se dá na trama das relações sociais. (DANIEL & CRAVO, 2005, p. 61).

O desafio para a comunidade está posto em uma perspectiva de resgate das memórias e práticas, tanto produtivas quanto alimentares. Nesse sentido, falar em agroecologização parece interessante para o Tupi, em uma perspectiva de transformação da sua agricultura, ao passo que esse processo de resgate da história pode contribuir para esse processo, além de impactar as relações e setores de toda a comunidade, como a saúde, educação, natureza, lazer e outros.

Com uma andada pelo Tupi é possível compreender toda a paisagem; a Figura 8 mostra como o distrito está. Esses registros foram feitos em outubro de 2020 e abril de 2021, destacando não somente o uso do solo, mas também a forma e situação do descarte de resíduos em partes do território. Tudo isso se relaciona ao consumo e alimentação da comunidade.

Esses registros mostram um pouco do território de pesquisa e destacam temas e situações que foram constantemente levantadas nas conversas com a comunidade. Há uma noção de que mesmo estando quase toda a área do distrito ocupada por monoculturas, existem pequenos agricultores ou famílias que ainda resistem e têm seu pequeno roçado e horta.

É importante evidenciar que antes mesmo da pandemia, um grupo de agricultores, agricultoras e pessoas que trabalham com turismo rural vinha se organizando para produzir, comercializar e realizar atividades coletivamente. Seus produtos são aqueles encontrados nas feiras livres, como frutas, legumes, verduras, pães, geleias, queijos, cogumelos e ovos. Esse grupo que começa a se organizar tem uma perspectiva de que os espaços produtivos sejam mais do que isso, trazendo a educação ambiental e a valorização da cultura como focos também. Por isso também se estabeleceu uma parceria com as duas escolas do Tupi para que as crianças e jovens pudessem estar nesses espaços e conversar com quem trabalha com a terra.

O grupo citado acima vem buscando formas de se fortalecer em meio à pandemia. Essa movimentação é um exemplo de políticas locais que podem ser formuladas e executadas para além daquelas promovidas pelos poderes executivo e legislativo, indicando caminhos para atender demandas diversas e de maneira efetiva, como é o caso da organização e comercialização em conjunto da agricultura familiar no Tupi.

A intervenção deste trabalho se concentrou especificamente na atuação conjunta com esse grupo e será relatada e dialogada no item 6.3 desse texto.

6.2. A potência socioambiental do Tupi

O histórico da atuação socioambiental do Tupi é extenso, seja por meio de projetos pontuais ou de ações continuadas nas escolas e outros espaços da comunidade. A presente pesquisa e a atuação do Grupo Raízes de Tupi teve a intenção de potencializar, fortalecer e intensificar por meio da proposta de agroecologização territorial, o que já acontece há tempos nesse território, como proposto nos objetivos específicos ii e iv deste trabalho.

Evidencia-se que essa não foi a principal frente de atuação da presente pesquisa, por isso não se tem um detalhamento vasto sobre o socioambiental no território. Entretanto, é inegável que o trabalho pôde, em certa medida, contribuir para que a potência socioambiental do Tupi se fortalecesse.

A educação ambiental crítica é temática fundamental para os trabalhos da comunidade, seja na escola, nas áreas de naturais e de lazer ou em projetos desenvolvidos na e pela comunidade. Portugal *et al.* (2017) definem:

É uma educação que busca o enfrentamento da degradação socioambiental por meios dialógicos e participativos, na direção do bem viver, do equilíbrio harmônico das pessoas com elas próprias, entre elas e com o ambiente natural". (PORTUGAL *et al.*, 2017, p.193).

Tupi vem sendo uma referência em projetos que buscam a transformação local. Os projetos trabalharam/trabalham a educação ambiental de maneira transversal e interdisciplinar, desde a existência do Viveiro Educador Estação Travessia até as atividades desenvolvidas hoje junto ao Horto Florestal de Tupi. Apesar desse histórico, ainda existem muitos desafios pela frente e as imagens recentes do território também dizem isso quando se pensa a agroecologia em seu sentido mais amplo.

Um dos projetos de educação ambiental desenvolvidos no distrito é o PJ +, idealizado por diversas organizações e instituições de Piracicaba. Seu foco é desenvolver oficinas, formações e atividades práticas com temáticas socioambientais, fazendo do Horto de Tupi um espaço educativo e sendo os jovens do distrito o público para essas ações. O PJ + é um programa realizado há mais de 20 anos pelo Instituto Florestal do Estado de São Paulo em parceria com o Instituto Auá de Empreendedorismo Socioambiental, com o objetivo de viabilizar a formação integral e ecoprofissional de jovens de 15 a 21 anos de idade (INSTITUTO FLORESTAL, 2016).

Já em 2019 a Escola Estadual “Pedro de Mello” passou a ser integral e rural e o PJ +, agora chamado PJ Tupi: educação integral e ambiental, passou a fazer parte da rotina da escola, apoiando as disciplinas eletivas do currículo e trazendo a educação ambiental crítica como tema transversal em todas as classes. Naquele ano, para além do Horto como espaço educador, propriedades da agricultura familiar também passaram a ser, possibilitando que o conhecimento dialogado em sala de aula transpassasse os muros da escola e conversasse com a agricultura do território.

A Oca já apoiava a realização das atividades do programa e com a formação do Raízes de Tupi essa parceria se intensificou. Desde de outubro de 2020 o Raízes de Tupi vinha se reunindo e apoiando a formação de docentes da Pedro de Mello, destacando três momentos, os diálogos com alguns docentes da escola, o planejamento da escola para 2021 e uma das atividades desenvolvidas durante o primeiro semestre desse mesmo ano.

A partir das reuniões com toda a equipe escolar, algumas professoras e professores se animaram a conversar mais e detalhar melhor como são as disciplinas eletivas que coordenam, destacando que os temas trabalhados se relacionam diretamente com os que o Raízes de Tupi dialoga.

A primeira conversa foi com a professora de artes (M), que vem utilizando diferentes metodologias que buscam dar protagonismo as/aos estudantes, de forma que a criatividade, a pró-atividade e muitas outras habilidades sejam desenvolvidas. Para isso, a meditação, o reconhecimento dos sonhos individuais e coletivos têm sido ferramentas para a “quebra de paradigmas”, como a própria docente relata.

No contexto atual, as atividades curriculares têm sido um desafio, mas a escuta atenta com os jovens é fundamental, “têm muito a contar”, enfatizando que espaços de diálogo fazem falta e que se fossem mais presentes as atividades poderiam fluir melhor. Fato é que a escola vem trabalhando para que esses espaços existam e a parceria com a Oca contribui na busca de ferramentas, conteúdos e metodologias que possibilitem o diálogo, mesmo em meio a pandemia de Covid-19. Destaca-se a ansiedade e necessidade do aprender fazendo – práxis – tanto nas atividades junto ao corpo docente quanto nas com estudantes da escola.

Por intermédio dessa primeira conversa surgiu a possibilidade de outra, com a docente (A), responsável pela eletiva que tem a agricultura como tema principal, na qual a agroecologia já foi abordada em anos anteriores e foi tratada como uma “visão de mundo”, entendendo seu significado de maneira ampla, não apenas voltada a agricultura. No decorrer da eletiva ficou evidente que os jovens gostam do rural e têm muitas vivências nesse meio, com urgência para

que isso seja dialogado também na escola, “ouvir as e os estudantes é importante e trazer isso no contexto de todas as eletivas”.

A última reunião particular com docentes foi com o professor de história (D), que vinha desenvolvendo uma eletiva que conectava matemática e conhecimentos indígenas. Em um outro ano também trabalhou a agroecologia e a permacultura com os jovens, contando que as Plantas Alimentícias não Convencionais (PANC) foram uma curiosidade que cativou os estudantes. Além disso, “relatos de pessoas que fazem essas práticas chamaram muito a atenção dos estudantes”, reforçando que os diálogos com a comunidade fora da escola têm sido muito importantes para a formação escolar.

Com a chegada de novos docentes à escola e também como o contexto da pandemia não dava sinais de melhora, todo o grupo considerou relevante que no planejamento da escola fosse feita uma conversa que enunciasse questões socioambientais. Esse encontro aconteceu em 25 de janeiro de 2021, reunindo 36 pessoas da Oca e da escola, e iniciado com uma fala da direção sobre como a nossa parceria tem sido importante para o distrito, no sentido de transformar a sua realidade.

Seguindo, o coordenador acadêmico da Oca fez uma fala provocadora sobre questões socioambientais/sociedades sustentáveis e agroecologização, relacionando isto com a escola e o Tupi, evidenciando que as nossas relações com os sistemas naturais refletem nas pandemias e doenças, além de agravarem as mudanças climáticas. E como é que se faz para sair dessa inércia ou atuar mesmo no meio desse caos todo? Uma revolução cultural tem que ser construída e juntamente com isso é preciso dialogar com as nossas fragilidades, entendendo nesse ponto como a educação pode contribuir nesse processo. Ele disse “escola é um espaço importante de formação, mas a comunidade precisa atuar junto com as escolas. Ter clareza que a escola não fará tudo isso sozinha”.

No momento seguinte as participantes foram divididas em seis grupos e convidadas a pensar acerca de quatro questões, sendo elas: 1) Quais os principais desafios socioambientais atuais no Brasil? Como esses desafios se relacionam com a realidade de Tupi?; 2) Qual o papel da agroecologia nesse processo? O que já é ou pode ser feito nessa área na comunidade de Tupi?; 3) Como a escola tem atuado/pode atuar na transição agroecológica de Tupi? e; 4) Qual o papel do Horto nesse processo?

A respeito da primeira questão os principais pontos abordados foram sobre como a sociedade não compreende os problemas e impactos. Podem ser resumidos por uma das fichas apresentadas pelos grupos: “parece que a coisa está muito distante”, mesclado com um sentimento de impotência de que indivíduos e pequenos grupos pouco podem fazer para

transformar a realidade, somando-se a compreensão de que o que a escola já faz tem algum efeito mais prático e visível.

Uma proposta foi de que não se pode parar de trazer a compreensão do socioambiental, de apontar as relações entre as coisas e, principalmente, conversar sobre pertencimento. É um chamado para “menos nomenclaturas e mais ações”, precisando dialogar e agir mais para que a compreensão e transformação aconteçam.

Já para a segunda questão o enunciado principal foi que é preciso uma “nova abordagem: ouvir os alunos, termos a escrita ativa, ouvir sua história, o que acontece aqui”, entendendo que quando se fala em agroecologia, se fala em participação e envolvimento também. Muito provavelmente será necessária uma “reforma íntima, olhar pra gente e pro outro” e “inclusão, com o melhor de todos e suas potencialidades”. Ainda sobre o território, as respostas parecem revelar que a escola percebe que há um movimento de cada um ou de grupos, faltando juntar um pouco mais as pessoas e as iniciativas que existem.

Para a terceira questão foi destacado que o protagonismo juvenil é fundamental para se olhar para a história do território e que o PJ tem possibilitado que a escola dê passos na busca pela agroecologização, sendo inviável visualizar a comunidade escolar sem essas ações, elas já pertencem a esse lugar. E falando do Horto de Tupi, “não é só um espaço físico”, é um laboratório com múltiplas portas e possibilidades.



Figura 12. Atividade no planejamento da Pedro de Mello em 25 de janeiro de 2021.

Fonte. Arquivo Raízes de Tupi.

Posteriormente, aconteceu mais um espaço de diálogo com a equipe da Pedro de Mello, isso no âmbito das atividades do PJ+. Para esse encontro foi preparada uma conversa sobre utopia e conjuntura. Ela foi realizada no dia 07 de maio de 2021 e iniciou-se com uma atividade de respiração proposta por uma das professoras da escola e em seguida começaram os diálogos sobre utopia e conjuntura. O Raízes de Tupi selecionou imagens do distrito e do mundo para que olhássemos e identificássemos o que havia de socioambiental nelas.

A conversa foi livre, onde as participantes puderam apontar tudo que a imagem trazia de lembrança do ambiente. Na Figura 13 (A) falaram diversidade, fome, comida, ancestralidade. Já na Figura 13 (B) surgiram reflexões sobre o cuidado com os resíduos, que é uma problemática enfrentada em todo o distrito, inclusive no entorno da escola. Na Figura 13 (C) lembrou-se das águas, de como os rios são fundamentais para a vida, que olhando a imagem é possível ver os alagamentos (pontos de barragens), houve questionamentos sobre como as famílias próximas dessas áreas viviam e vivem hoje - será que elas perderam suas casas? E a fauna dali? Na última (Figura 13 (D)) o primeiro comentário foi “monocultura, logo veneno”, refletindo sobre como o uso do solo de Piracicaba é dedicado quase que somente a uma cultura agrícola, somado ao fato dela não ser alimento. Nesse momento todo o grupo lembrou de como o olhar agroecológico é diferente e que em um contexto agroecológico esses retratos poderiam ser diferentes.



Figura 13. Imagens utilizadas na atividade sobre utopia e conjuntura com a equipe da Pedro de Mello em 07 de maio de 2021.

Fonte. Arquivo Raízes de Tupi.

O encontro foi pensado mesmo para que educadoras e educadores pudessem refletir sobre a conjuntura e utopias em contextos amplo (Brasil e mundo) e local (Piracicaba e distrito de Tupi), não para olhar a realidade e se deprimir, mas para enxergar os desafios que precisam ser enfrentados e como isso pode ser feito em sala de aula com os jovens. Nos inspiramos nas seguintes palavras:

A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar. (Fernando Birri, citado por Eduardo Galeano in 'Las palabras andantes?' de Eduardo Galeano, publicado por Siglo XXI, 1994)

Esses encontros serviram de fermento para o trabalho, contribuíram para o diálogo sobre o socioambiental. E nas entrevistas não foi diferente, diversas foram as falas nesse sentido, seja no apontamento de problemas, seja na proposta de intervenções para solucioná-los.

Os quadros 4 e 5 apresentam a sistematização e categorização das entrevistas e cadernos de campo para a categoria direitos.

Quadro 4. Sistematização de trechos das entrevistas para a categoria direitos.

Direitos	
Pessoa	Trechos de falas que representam
L	"a distribuição de água nos bairros do distrito é desigual"; "lazer se encontra no distrito, cultura falta, não tem"; "situação de pobreza desconheço, mas sei de um pessoal no morro grande passando dificuldades, no Bartira também"; "o atendimento da saúde é bom"
Ls	"tem água suficiente, mas tem um custo elevado"; "a minha agricultura convencional, o meu uso de defensivos é reduzido, uso o controle biológico, tentei ser orgânico, mas não consegui por conta da legislação"; "não encontro lazer e cultura"; "não vejo tanta gente na pobreza aqui, tem casos, mas ainda estamos em uma região privilegiada"; "gosto do PSF, nas vezes que precisei fui bem atendido"
M	"nos bairros rurais cada família tem que tratar seu próprio resíduo"; "a cana ainda é muito valorizada economicamente, a iniciativa privada precisa ter um olhar mais cuidadosa com a natureza, águas e terras"; "lazer e cultura notava uma movimentação na igreja, na sede do tupi futebol clube com aulas de música e dança, mas diminui muito"; "o estado fez um programa para auxiliar os estudantes em vulnerabilidade e disponibilizou cestas básicas"
T	"ouvi relatos de esgoto jogado direto no tijuco preto"; "estão construindo uma estação de tratamento em rio das pedras"; "acredito que a água é boa"; "faltam muito pontos de coleta, principalmente das áreas mais afastadas e rodovias"; "na agricultura percebo a utilização de poços e fossas"; "tem a divisão irregular de lotes, preocupo em uma perspectiva dos impactos ambientais disso"; "não há um centro cultural aqui, não há cultura aqui, por isso fomento a escola como espaço de cultura, de ser esse espaço"; "das 7 às 16 h as crianças/jovens estão na escola, com 3 refeições, na pandemia vem sendo servida uma quarta refeição"; "a escola integral foi um grande passo para o ensino daqui"; "as igrejas desenvolveram um grande trabalho social, fizeram arrecadação e apoiaram as famílias"; "é muito bom o contato direto com o PSF, essa parceria ajuda bastante"; "aumentaram os casos de ansiedade nos alunos"
N	"não tem água suficiente para a agricultura"
I	"se usássemos a água dos poços sim, tem água sobrando segundo um estudo que foi feito"; "pobreza sempre teve, varia a intensidade, com a pandemia aumentou um pouco, quem já não tinha muito tem menos. A igreja tem uma ação para receber doações, tem o CRAS volante que vem duas vezes no mês nos barracões das igrejas católicas, fazem todos os cadastros para auxílios, mas tem pouquíssima"

	procura, as pessoas tem dificuldade em buscar ajuda, não sabem como fazer"; "na saúde tivemos várias conquistas"
S	"não tem tratamento, cinza é sumidouro, marrom é fossa"; "a água da rede não é pra todo mundo"; "os lixos acumulam muito nos finais de semana, triplica a quantidade"; "já vi problema com ambulância, por conta da falta de comunicação e sinalização"; "situação de pobreza identifico sim, me vem aquela imagem da favela e o Morumbi em SP, sabe"; "vejo gente flutuante, sem condições, que não sabe como buscar as coisas, ainda tem muito caseiro e tem várias situações discrepantes"; atendimento de saúde uso pouco, o que vejo é que as pessoas não sabem como funciona o SUS e daí acham que estão sendo mal atendidas, o triste é que não para médico, tá sempre mudando e é da família, mas não tem essa continuidade"; "a parte de saúde é pequena para atender toda a população daqui, vai precisar aumentar"
C	"cultura não, lazer tem o campo, as praças, academias, falta lazer para o jovem"; "não temos manifestação cultural, as últimas gestões centralizaram as atividades e as ações nos bairros acabou, estamos precisando muito"; "pobreza, de fome não tenho conhecimento, o povo é muito solidário, as igrejas atuam muito nesse sentido"; "da saúde, tem uma equipe legal, mas está reduzida, é preciso uma equipe completa"; "na época da reforma do PSF a ideia era fazer uma unidade mista (ubs + psf)"
N	"a questão dos resíduos é mais complicada"; "o bairro é muito sujo"; "muita gente que trabalha com recicláveis"; "a água é tratada e a quantidade é mais que suficiente"; "vejo um baixo nível de escolaridade"; "não encontro lazer e cultura"; "muita gente pobre, de não ter o que comer já vi uma ou duas famílias"

Fonte. Autora.

Quadro 5. Anotações de caderno de campo das entrevistas que remetem a categoria direitos.

Direitos	
Pessoa	Trechos de anotações que representam
L	
Ls	
M	Demonstrou preocupação com relação às pessoas em situação de vulnerabilidade, que é preciso fazer um levantamento
T	Demonstrou uma preocupação bastante grande com relação ao cuidado com as águas; questão de gênero foi trazida durante a entrevista
N	
I	
S	Decidiu morar na área rural justamente para poder viver perto da natureza, ela e seu filho
C	
N	

Fonte. Autora.

Pensando a questão socioambiental é impossível não pensar em direitos e vulnerabilidades, por isso a categoria direitos será abordada com mais intensidade neste tópico. Nela estão inseridas falas sobre direito à natureza, educação, saúde, cultura, ao lazer e outros, entendendo que o território estudado tem suas características particulares, sendo duas delas a distância ao centro de Piracicaba e a ruralidade.

Fica evidente pelos diálogos que a situação, cuidado e o acesso às águas no território são insuficientes. L. pontua que "a distribuição de água nos bairros do distrito é desigual", quando fala da água da rede e de fato é uma dificuldade sempre dita pela comunidade nas conversas de bairro. Antes do abastecimento via Sema, todo o distrito era abastecido por três poços artesianos. Uma reclamação de lideranças comunitárias, como dito por I., "se usássemos a água dos poços sim, tem água sobrando segundo um estudo que foi feito". A Sema justifica o não uso das águas dos poços por conta da variação na qualidade da água e do risco de contaminação,

além da gestão de uso ser mais complicada. Isso foi evidenciado no curso “Saneamento Rural”, realizado na Escola do Legislativo de Piracicaba no dia 08 de junho de 2022.

Ainda sobre as águas, S. acrescenta sobre o saneamento rural "não tem tratamento, cinza é sumidouro, marrom é fossa". Os dados do distrito não deixam mentir: saneamento somente nas áreas urbanas, nas extremidades a destinação dos resíduos líquidos varia, como exposto nas entrevistas. Nesse mesmo curso na Escola do Legislativo de Piracicaba, a Semaec também assumiu que não há nem um diagnóstico recente sobre o saneamento rural no município, ou seja, não se tem ideia sobre quais são os problemas e demandas da população. Afirmaram também que em 2021 foi aprovado o Plano Diretor de Saneamento Rural e que esse diagnóstico é justamente a primeira etapa a ser cumprida.

Fato é que todas as pessoas entrevistadas apontaram a questão das águas, seja quando falam de rios, ribeirões, da rede e do próprio saneamento como uma demanda que ainda engatinha no território e faz falta para a comunidade. Sobre as águas e o direito à natureza, o que se percebeu é uma tristeza e lamento sobre as condições dos ribeirões e também da maneira como se usa o solo. Em uma das entrevistas, S. afirmou que veio morar no distrito para se sentir mais próxima da natureza e porque gostaria que seu filho também tivesse essa oportunidade. Entretanto, os relatos são que cada vez mais os cursos d'água ficam em péssimas condições e o uso do solo ainda demora a se diversificar.

Enrique Leff (2000) destaca que:

A problemática ambiental vem dando novo significado às demandas e às lutas sociais no meio rural. As lutas camponesas estão caminhando, de seu caráter reivindicativo pelo emprego, salário e uma melhor distribuição da riqueza, assim como pela restituição às comunidades rurais de suas terras para reverter os processos de empobrecimento do campo, para um movimento político e econômico pela reapropriação de suas condições de vida e dos processos produtivos. (LEFF, 2000, p. 336).

Em Tupi já se tem uma compreensão do quanto a questão ambiental afeta e se relaciona com as demais áreas, vinculada aos direitos básicos, que deveriam ser garantidos pela constituição. Isso se mostrou nos diálogos sobre como ainda precisamos conquistar o que é primordial, para que depois outras coisas possam acontecer ou que depois de ter água e saneamento é possível pensar em como ter atividades artísticas e culturais no território, por exemplo.

As escolas sempre foram espaços muito importantes para a comunidade e na pandemia essa importância só aumentou, muito por conta da alimentação fornecida e pelo trabalho em rede desenvolvido pelas escolas e pelo PSF do Tupi. T. reforça "é muito bom o contato direto com o PSF, essa parceria ajuda bastante" e complementa "das 7 às 16 h as crianças e jovens estão na escola, com três refeições, na pandemia vem sendo servida uma quarta refeição, a escola integral foi um grande passo para o ensino daqui".

Indo ainda mais a fundo, com a pandemia a comunidade notou um aumento das pessoas e famílias em situação de extrema vulnerabilidade. Diversas ações vêm sendo realizadas pelo Centro de Referência de Assistência Social de Piracicaba (CRAS) volante, pelo PSF Tupi, escolas e igrejas. Isso só reforça o exemplo trazido acima, como falar em agroecologia se algumas pessoas não têm nem o que comer? E a resposta é simples, agroecologizar é também agir no combate à fome, sem reduzir a complexidade da situação, que com a gestão do governo federal atual e a pandemia só se agravou, mas reconhecendo que fortalecer uma comunidade é também contribuir para esse processo de transformação.

Nessa direção, a territorialização da agroecologia é resultado de um processo social e pressupõe a conformação do sujeito histórico-político no âmbito dos territórios, ou seja, as próprias famílias camponesas, as quais serão as responsáveis por transformar seus territórios em territórios agroecológicos. (ROSSET & BARBOSA, 2019, p. 49).

Ligado a outro tipo de fome, por lazer e cultura, as respostas foram praticamente unânimes, quase não se encontra "cultura" aqui. Sobre o lazer, diversas das pessoas entrevistadas afirmaram que sim e citaram espaços como o próprio Horto de Tupi e a sede esportiva no centro do distrito. M. conta "na sede do tupi futebol clube com aulas de música e dança, mas diminuiu muito". De fato, a pandemia desmobilizou a comunidade na busca por ações que completassem o lazer; todavia, nos últimos meses as atividades voltaram a acontecer, especialmente na sede do tupi futebol clube e no Horto de Tupi.

Pensando a cultura, a maioria das pessoas entrevistadas relata não encontrar no território. Ls diz "não encontro lazer e cultura", já T. fala "não há um centro cultural aqui, não há cultura aqui, por isso fomento a escola como espaço de cultura, de ser esse espaço" e C. finaliza "não temos manifestação cultural, as últimas gestões centralizaram as atividades e as ações nos bairros acabou, estamos precisando muito".

Segundo Canedo (2009), conceituar o que vem a ser cultura não é uma atividade fácil, pois possui muitas características transversais, passando pela economia, questões sociais,

ambientais, as relações e o próprio dia-a-dia, que em cada lugar é particular. Durante muito tempo foi associado ao cuidado e no caso do Tupi é possível pensá-la nesse cuidado com a sua história, memória e a permanência e existência de tradições e costumes que vêm de gerações, como a própria Festa de São João de Tupi e a cavalgada de Nossa Senhora Aparecida.

De toda forma e para além das festividades, cultura pode ser compreendida como comportamentos, costumes e crenças de uma coletividade, que a caracterizam de determinada maneira. Em Tupi os vínculos com o campo apontam suas particularidades e características culturais.

A ruralidade presente, famílias que vivem distantes do centro, que têm a criação de animais e plantas, as cavalgadas que passaram a ser rotina novamente no Tupi, o conhecer todo mundo, muito característico das localidades do interior, o dialeto caipira, já apontado por Cecílio Elias Netto em seu livro intitulado Dicionário do Dialeto Caipiracicabano – Arco, Tarco, Verva (2016) é um pouco da cultura no Tupi. A relação com a natureza também pode ser dita aqui; as pessoas entrevistadas têm uma diferente visão da natureza, diferente de quem vive na cidade, mas que pode ser comum a quem vive em áreas rurais.

Quando se pensa em cinemas, teatros e danças, realmente, isso não é encontrado no território, a não ser na escola, com as crianças e jovens e como instrumento pedagógico. Logo após a fundação do bairro houve a instalação de um cinema que durou por alguns anos. Hoje, em espaços coletivos, isso não acontece e as entrevistas colocam que a comunidade sente falta e ainda solicita que o poder público não centralize a cultura ou formas de manifestá-la, que se olhe para as regiões mais periféricas do município.

Assim foram os primeiros anos de nosso Cine Tupi, não sendo, de maneira alguma, um investimento rentável aos sócios, e sim, uma oportunidade de entretenimento para a população. Foram anos de diversão e alegria para todos. Às quartas-feiras, sábado, domingo; com o matinê e a noite eram exibidos bons filmes. Mas em 1961, o prédio do cinema passou a ser utilizado apenas para promoções de bailes, festas juninas e carnaval. Foi tentado colocá-lo em funcionamento, mas durou pouco tempo, sendo desativado definitivamente.

O prédio foi vendido ao Sr. Laurindo Boldrim que transfere seu armazém, o São João, e sua residência, para esse local. Essa década foi caracterizada por um período de decadência no Tupi. Velhos moradores deixaram o bairro em busca de recursos na cidade. Em consequência, são fechados, além do cinema, o Cartório de Registro Civil, o Correio e a Estação. Por outro lado, o aspecto do Tupi é mudado com a construção da praça, com o assentamento de guias

nas ruas, a construção de novo prédio para a Escola. Mais tarde, surge o loteamento Parque Peória e Bartira que permitiram a expansão do Distrito. (ANGOLINI, 2022, registro pessoal).

Outra definição de cultura pertinente para este diálogo é que aquela estabelecida como “ato, efeito ou modo de cultivar; cultivo”, sendo a ruralidade e a natureza objeto de bastante conversa durante as entrevistas e demais encontros que compõem este trabalho. Nesse sentido, Santos (2008) destaca:

Enquanto o urbano surge, sob muitos aspectos e com diferentes matizes, como o lugar de resistência, as áreas agrícolas se transforma agora no lugar da vulnerabilidade. (SANTOS, 2008, p. 92).

No Distrito de Tupi, a vulnerabilidade pode assumir várias formas e em um contexto pandêmico ela assume múltiplas formas. Os relatos da comunidade apontam para uma mesma direção, como se fosse a solução para diversas dessas diferentes formas de vulnerabilidade.

Para além disso, nas anotações no caderno de campo há uma observação sobre uma das entrevistadas que se mudou para o território para que pudesse estar mais próxima da natureza, e dar essa oportunidade também ao filho. Aqui, pode-se tratar do direito à natureza de maneira ampla, tanto à alimentação, no que se compreende por segurança e soberania alimentar, o uso do solo e o que isso impacta no não acesso à natureza, quando boa parte do uso do solo ainda não se dedica a isso: produção de alimentos e conservação da natureza.

Apesar desse relato, é importante evidenciar que mudanças estão acontecendo, algumas delas já foram trazidas e refletidas acima, como o acesso a alimentos in natura tem sido muito mais fácil no Tupi, justamente por haver alguma produção nesse espaço, que ainda não é suficiente para toda a demanda, mas que demonstra que o cenário vem mudando e possibilitando a criação ou resgate de novos hábitos pela comunidade.

6.3. A potência de ação comunitária em Tupi

A priorização da comunidade e da ação coletiva não significa a defesa do enfraquecimento do estado, mesmo um estado com a realidade histórica brasileira, constituído por um sistema político de forças, ligado aos “donos do poder”, contra o povo, ou sem o povo e que não representa a nação, um estado historicamente patrimonial, como resgata Faoro (2001, p. 867), pois esta situação não se resolve pela diminuição da quantidade do estado, mas pela

construção de outra qualidade de estado. (BIASOLI & SORRENTINO, 2018, p. 3).

A comunidade fortalecida e a ação são as duas últimas categorias encontradas nas entrevistas e cadernos de campo. De diversas formas há em Tupi uma potência no que se refere a compreensão clara e crítica da realidade, bem como da maneira de agir sobre essa realidade.

Partindo da ideia de que a comunidade precisa ser e se sentir forte para transformar seu cotidiano, e que isso não pressupõe um Estado fraco, muito provavelmente outro modelo de Estado e econômico seriam interessantes para trazer a comunidade como protagonista de sua própria história. Enquanto isso não acontece, no Tupi as pessoas têm buscado melhorar as suas condições existenciais e fazem isso na maior parte das vezes e, justamente, em parceria com o Estado e o poder público.

Neste tópico o diálogo se dará entorno dessa temática, de como a comunidade faz política pública, até mesmo sem perceber, reforçando a importância da inclusão da política do cotidiano entre as definições de política pública. Para além disso, irá relatar a intervenção realizada no e com o território por esta pesquisa.

Nos Quadros 6 e 7 estão as sistematizações feitas para a categoria comunidade fortalecida, tanto de falas extraídas das entrevistas, quanto de anotações dos cadernos de campo.

Quadro 6. Sistematização de trechos das entrevistas para a categoria comunidade fortalecida.

Comunidade fortalecida	
Pessoa	Trechos de falas que representam
L	"comercialização dos produtos produzidos aqui é fraca"; "acho que quem trabalha com agricultura desenvolve outras atividades, mas que são relacionadas à terra ou a agricultura"; "conheço a associação dos moradores do Santa Izabel"; "vejo políticas públicas como algo que tem a ver com todo mundo do bairro, com o bem estar dos cidadãos"
L	"não consigo comercializar no distrito; "a minha renda dá pra pagar as contas, mas o agro turismo é uma opção que ajuda a aumentar a renda; "na área em que tenho não é possível viver sem agregar alguma atividade a agricultura"; "sinto uma desconexão com o entorno, por produzir algo que nem eu mesmo compraria"; "entendo políticas públicas como uma maneira de organização da sociedade, que tem necessidades em comum, que se fortalecem nesse sentido, algo para promover o bem estar das pessoas"
M	"acho que as pessoas que fazem agricultura trabalham muito na terra e ainda fazem outras atividades"; "vejo as políticas públicas como base para qualquer plano de governo, elas são pensadas pra atender a todos, mas ainda acho que é uma coisa que está muito centralizada nos governantes, as pessoas não se enxergam como geradoras de políticas públicas"; "nós temos que nos responsabilizar pelo nosso país", "as pessoas ficam a parte, achando que não é com elas, mesmo vivendo a situação e sofrendo"
T	"os menores tem de ter alguma outra renda"; "políticas públicas são políticas de governo"; "políticas públicas é como o que a N faz junto aos produtores na inserção deles na alimentação escolar. Mas o ideal é que fosse mais que uma política de governo, sem que tivesse risco de se perder políticas públicas quando se muda uma gestão de governo"; "desde o começo só sei do C e S, fazem muito bem, mas não vejo outra pessoa, as pessoas poderiam ser colaborativas, não levar toda a responsabilidade para o C"; "quem faz as políticas públicas não conhece a realidade"; "ver o outro nesse momento é muito importante"
N	"a agricultura ainda é um espaço dominado por homens, nos pequenos elas vêm com muita força"

I	"a renda dessa roça que é complemento, a pessoa não vive só da agricultura, homens que vivem só disso eu conheço poucos"; "políticas públicas é o que dá acesso ao povo, as leis, regras, o direcionamento das regras governamentais para o povo"; "como falar de algo se nem o básico está acontecendo?"
S	"é um espaço dominado por homens, vejo elas sem seu negócio próprio, a iniciativa agro é mais pelos homens"; "mas no Tupi não vejo os produtos deles, a gente se desloca muito para consumo"; "políticas públicas são várias ações das instituições governamentais, podem tomar decisões para solucionar ou não algum problema da sociedade"; "como conjuntos de ações pré-definidas pelo governo, que a sociedade sinaliza a demanda"; "as políticas públicas tentam equalizar o acesso a serviços por todas as pessoas"; "para o acesso depende de quanto cada um/uma participa, a gente precisa desenvolver a ação"; "dependendo para o que for a gente tem que lutar demais para acontecer"; "é uma peculiaridade estarmos tão organizados, somos referência na cidade, mas mesmo assim ainda é difícil"
C	"comercialização e consumo do que é feito aqui é pouco, os produtos vão pro Ceasa"; "políticas públicas é como mudança de comportamento da sociedade, ato ou ação, em benefício da sociedade"; "temos uma falha de não falar sobre política e política pública com os jovens, a gente fazia isso antes"; "uma associação de agricultores é uma política pública"; "qualquer coisa do local tem que beneficiar todo mundo"; "a política pública é envolver a comunidade, pensamento coletivo é importante nessas horas"
N	"as mulheres sempre estiveram nesse espaço, mas nunca tiveram visibilidade, elas além da agricultura, fazem outros serviços, as mulheres conhecem muito, variedade, conhecimento tradicional, tem uma participação gigante e hoje mostram mais a cara"; "a renda vem também de outras atividades, comercializam uma produção pequena e desenvolvem outra atividade e não necessariamente ligada a terra"; "a comercialização é preciso fazer ela em outros lugares, meu produto não compete com os daqui, consigo vender em alguns lugares específicos aqui"; "temos acesso a políticas públicas por conta da Sema"; "juntos é muito mais fácil"; "não conhece outro grupo organizado"; "não consigo ver relação entre a organização e a agroecologia, vejo mais as intenções, mas não consigo ver nada prático ou materializado já"

Fonte. Autora.

Quadro 7. Anotações de caderno de campo das entrevistas que remetem a categoria comunidade fortalecida.

Comunidade fortalecida	
Pessoa	Trechos de anotações que representam
L	Respondeu fazendo outra pergunta; na parte das políticas públicas ficou mais em dúvida, não entendeu muito bem quando falamos de potência de ação; não soube dizer sobre políticas públicas para agricultura sustentável
L	Se sentiu mais à vontade para responder algumas perguntas, em algumas ficou mais inseguro; as duas pessoas que entrevistei souberam definir políticas públicas perfeitamente; ficou forte é a questão da falta de organização dos/as agricultores/as
M	Senti nela muita confiança em responder todas as questões
T	É uma referência na comunidade, mesmo sem morar aqui
N	
I	Tem uma percepção muito completa e interessante sobre o território; bastante conhecida no distrito, como uma referência/liderança
S	Parece estar bem por dentro das coisas que acontecem no distrito; ela dominou bem os termos técnicos
C	A partir das perguntas do roteiro iam surgindo outras dúvidas; domina muito os assuntos do distrito, melhor ainda os do Santa Izabel, sabe os passos para resolver as coisas, se envolve muito nas questões da comunidade; é a maior referência da comunidade
N	Em diversos momentos refazia a pergunta pra mim e pedia que eu respondesse também; a entrevistada trouxe a questão de gênero de uma maneira muito interessante, quando falamos da mulher do campo

Fonte. Autora.

A maioria das pessoas entrevistadas sentiu um tanto de insegurança em definir o que é política pública, ficavam em dúvida e com receio de dizer o que é tal coisa. Apesar disso, cada

uma dessas pessoas se abriu para falar o que entende por política pública. Para L. “vejo políticas públicas como algo que tem a ver com todo mundo do bairro, com o bem-estar dos cidadãos”, reforçando que é algo que se relaciona com o coletivo e que deve atuar para melhorar as condições de vida das pessoas.

M. traz uma reflexão interessante e pertinente sobre esse tema, dizendo “vejo as políticas públicas como base para qualquer plano de governo, elas são pensadas pra atender a todos, mas ainda acho que é uma coisa que está muito centralizada nos governantes, as pessoas não se enxergam como geradoras de políticas públicas”. Esse ponto vem ao encontro da categoria comunidade fortalecida porque é justamente por essa fala e pelas outras destacadas nos Quadros ser possível verificar como a comunidade do Tupi tem uma compreensão crítica e como isso fortalecer o território. Esse entendimento pode ser um dos passos para a incidência em políticas públicas pela comunidade, sem a necessidade ou dependência do poder público em algumas de suas demandas.

Uma observação também feita durante as entrevistas é que as pessoas questionam, perguntam e demonstram curiosidade, fizeram isso várias vezes durante o processo aqui relatado e, aliado a isto, um conhecimento e percepção do território muito interessante. Como destacado no tópico anterior, só a comunidade sabe o que se passa no dia-a-dia. Nesta perspectiva e sobre pertencimento, Brandão (2017) diz:

Penso que não somos felizes em uma cidade e nem nos sentimos habitantes porque nascemos “ali”, porque viemos viver “ali”, porque moramos em algum lugar “dali”. Somos felizes “aqui” e nos sentimos moradores de uma casa, pessoas de uma rua, habitantes de uma cidade, porque elas nos habitam. (BRANDÃO, 2017, p. 172).

Essa relação com o Tupi, parece ser o fermento para que a comunidade atue na resolução dos problemas coletivos, seja pelo envolvimento direto nos espaços de tomada de decisão do município, como grupos, conselhos e comissões ou também pelas ações desenvolvidas no território, através da criação de coletivos, associações e pela intervenção direta nos espaços comunitários, como as escolas e o Horto, por exemplo. Nesse sentido, Brandão (2017) aponta que esses espaços coletivos são os de referência em um território e isso não é à toa, já que são neles que se percebe um maior cuidado e atenção à memória, refletindo o pertencimento das pessoas.

Durante as entrevistas foi possível descobrir que boa parte dos bairros estão organizados em associações. Para além disso, o distrito tem a sua associação e existe ainda o Coletivo Tupi,

que reúne diversas organizações do território. Isso potencializa a ação da comunidade, mas destacando que é uma necessidade aproximar a juventude, como destacado por C. “temos uma falha de não falar sobre política e política pública com os jovens, a gente fazia isso antes”. S. também destaca outro ponto “é uma peculiaridade estarmos tão organizados, somos referência na cidade, mas mesmo assim ainda é difícil”. E de fato, mesmo com toda a organização as conquistas demoram.

É importante evidenciar que não foi por conta dessa pesquisa ou de outras que aconteceram que a comunidade tem esse movimento e organização; a letra já estava dada no território e quem faz ela é a comunidade. Os trabalhos externos vêm no sentido de contribuir, pontualmente ou não, junto à população e suas mais diversas demandas, deixando evidente não ser uma opção objetificar os sujeitos, bem como crer que se sabe a receita para a solução de todos os seus problemas (FRANCO, 2005; SCHMIDT, 2006).

Brandão (2017) diz assim:

Ser cidadão em uma dimensão ativa representa um longo passo além. Pois significa ser um sujeito de direitos sociais por assumir-se, antes de mais nada, como um co-criador do mundo de saberes, valores, princípios e direitos em que se vive. Por assumir-se, também, como autor-ator do mundo de interações (com a natureza, entre pessoas e entre grupos humanos) do mundo que habita. (BRANDÃO, 2017, p. 177).

Em todo esse tempo de projeto isso foi percebido e vivido no Tupi de maneira muito intensa por estar imersa no território, o que possibilitou outras reflexões e um diálogo mais contextualizado, visualizando toda essa organização comunitária, assim como o distanciamento do jovem. Apesar disso, a própria comunidade tem buscado lidar com essa situação, estimulando e fortalecendo a organização estudantil nas escolas e tendo esses espaços como apropriados para se falar de política e política pública.

A abordagem de gênero também pareceu fundamental para esta categoria, buscando compreender como vem sendo o papel da mulher, especialmente na agricultura. N. trouxe uma reflexão importante “as mulheres sempre estiveram nesse espaço, mas nunca tiveram visibilidade, elas além da agricultura, fazem outros serviços, as mulheres conhecem muito, variedade, conhecimento tradicional, tem uma participação gigante e hoje mostram mais a cara”. E seguem fazendo parte de um processo de emancipação do território e com grande responsabilidade pelo que tem acontecido de transformação no Tupi, como vem sendo as

atividades desenvolvidas nas escolas, a força da equipe de saúde do distrito, as ações no Horto de Tupi e outras mais que borbulham no território.

Nesse sentido é relevante pensar e dialogar com o que vem acontecendo de ação no território e de que maneira a comunidade visualiza isso. Nos Quadros 8 e 9 são apresentados alguns trechos de falas que representam como essa comunidade, que se encontra fortalecida e se fortalece cada vez mais, vem agindo para solucionar suas demandas por conta própria e também com o apoio do poder público.

Quadro 8. Sistematização de trechos das entrevistas para a categoria ação.

Ação	
Pessoa	Trechos de falas que representam
L	"as mulheres também fazem a agricultura"; "para comunicar tem o jornal impresso do tupi, os recados na missa"; "com o fechamento do posto do correio os moradores do tijuco preto fizeram uma abaixo-assinado para criar um CEP pra lá"; " as políticas públicas poderiam contribuir mais no acesso à escola"
L	"agora Rio das Pedras está construindo a estação de tratamento"; "acredito que as mulheres se envolvem na agricultura"; "comunicação é feita pelo jornal impresso e grupos do zap, facebook"; "participo da Comclima, grupo do Roteiro Tupi, do advocacy"; "políticas públicas poderiam contribuir mais é na questão dos resíduos e queimadas"; " na criação de um varejão, de um selo local"; "o que une esse grupo é estarem no mesmo território e a vontade de fazer turismo rural"
M	"não noto uma pegada agroecológica no Tupi"; "mulheres são muito fortes, atuantes, inclusive na agricultura e parecem ter outra relação com a terra e a natureza"; "no centro do Tupi tem o jornal"; "políticas públicas precisam atuar mais na manutenção das estradas, não quero asfalto, só quero a manutenção da estrada de terra"
T	"vejo uma preocupação de plantar arvores, quintais com plantas, para consumo próprio mesmo, das flores, dos chás, das plantas medicinais é algo bem caipira, do local"; "Conheço o Roteiro Tupi, o Rotaract Tupi, o Coletivo Tupi e o Conselho de Escola"; "políticas públicas deveriam atuar na regularização fundiária também do Santa Izabel"
N	"PSA vem para reverter um pouco isso"; "o que nós precisamos é proteger a nascente, a conservação do solo"; "a agroecologia está dentro do plano de desenvolvimento rural e ela vem sendo introduzida nas políticas públicas; "e isso tem a ver com a comunidade, porque nada, não tem políticas públicas se você, é o ciclo né? Se você não tem aqui a comunidade"
I	"sobre as mulheres acredito que elas se envolvem na agricultura, tem barreiras, mas muitas já foram quebradas"; "o marido trabalha fora e elas fazem uma roça no quintal"; "de comunicação temos o jornal, é uma ótima fonte, os grupos de zap, os comunicados nas igrejas são muito importantes, os cartazes nos pontos de ônibus, no próprio ônibus também era bem bom"; "o coletivo tupi, não sei dizer sobre os outros grupos, as associações vão e voltam a atividade"; políticas públicas poderiam contribuir mais no saneamento básico"
S	"da comunicação é o zap"; "associação do distrito e Santa Izabel, os outros bairros tem suas próprias"; "a geral tá mais ativa, os condomínios criaram suas próprias associações, "toda sociedade organizada dá mais trabalho para o poder público"; "tem o coletivo tupi, os Rotaract, a sociedade esportiva, o comitê gestor do horto, o agroecologia tupi, da comunidade religiosidade, grupo da terceira idade"; "políticas públicas atuarem para solucionar o problema na entrada do bairro, na área que foi invadida perto do velório, que é tombado e que poderia ser um espaço cultural, um parque"
C	"Uma cooperativa seria legal, ver como usar o varejão novamente"; "da comunicação as redes sociais estão bem presentes, o jornal é o principal meio"; "participo dos conselhos, conferencias, audiências, incidindo, dando a minha opinião; "tem os espaços para fazer política pública"; "associação, Santa Izabel, sede, Peoria, Bartira, comissão da saúde, conselho do IPPLAP"; "das demandas as estradas, políticas públicas poderiam contribuir mais com isso"
N	"é importante um projeto de recuperação das nascentes"; "um lugar fixo de venda seria legal"; "da comunicação o zap é a única que funciona"; "um estande seria legal enquanto grupo, porque a gente poderia se dividir, até para contratarmos alguém para ser responsável por isso"; "das demandas mais urgentes vejo as estradas e o saneamento, onde acredito que as políticas públicas poderiam atuar mais"

Fonte. Autora.

Quadro 9. Anotações de caderno de campo das entrevistas que remetem a categoria ação.

Ação	
Pessoa	Trechos de anotações que representam
L	Ficou em dúvida se havia uma associação que representasse todo o distrito
L	Todo momento reforçou a importância da agroecologia; ficou forte é a questão da falta de organização dos/as agricultores/as
M	Se mostrou muito ligada à espiritualidade e que a natureza faz muito parte disso que ela tem e traz consigo; demonstrou curiosidade em saber quantos corpos d'água existem no Tupi
T	Demonstrou uma preocupação bastante grande com relação ao cuidado com as águas; Na escola, bem perto da entrada, tem um sistema de captação de água da chuva que não está sendo usado, a estrutura foi montada sem muita conversa com a comunidade escolar ("fazer e ir embora")
N	O foco dessa gestão da secretaria é a agricultura; importante não deixar outras questões de responsabilidade da Sema de lado, como as estradas rurais
I	
S	Ela dominou bem os termos técnicos
C	ESALQ e UNIMEP devem fazer atividades juntas mais vezes; domina muito os assuntos do distrito, melhor ainda os do Santa Izabel, sabe os passos para resolver as coisas, se envolve muito nas questões da comunidade; é a maior referência da comunidade
N	

Fonte. Autora.

De maneira geral, a comunidade reconhece a importância do papel da mulher na agricultura e em outras áreas no território. Como apontado por M. "mulheres são muito fortes, atuantes, inclusive na agricultura e parecem ter outra relação com a terra e a natureza". Além disso, mais do que reconhecer o papel e identificar como ele acontece e visualizar as múltiplas responsabilidades que elas têm, como as tarefas da casa, da educação e da maternidade.

O próprio movimento agroecológico lembra que "sem feminismo não há agroecologia", de fato, em um processo de agroecologização é fundamental que pelo menos se tenha o reconhecimento de como as questões de gênero caminham no território e, mais do que isso, assumir que muito precisa acontecer para avançar. No Tupi a questão da mulher vem nesse sentido de compreensão de onde se está e a realização de micro intervenções nas escolas, no PSF e no Horto de Tupi que possibilitam mudanças desse cenário.

Esse destaque é importante, pois em alguns dos diálogos muitas pessoas ficaram sem saber mencionar mulheres agricultoras. Mesmo assim houve um destaque para elas no sentido de manutenção de diversas coisas que possibilitam que o parceiro ou parceira desenvolva a agricultura e outras atividades que tragam recursos financeiros para a família. Como colocado por I. "sobre as mulheres acredito que elas se envolvem na agricultura, tem barreiras, mas muitas já foram quebradas, o marido trabalha fora e elas fazem uma roça no quintal". Seguramente é ainda um desafio poder fazer agricultura em pequena escala no Tupi, para homens e muito mais para as mulheres, por inúmeras questões. Destacando, também, que a comunidade perceber isso já é parte de um processo de transformação desse lugar.

Neste momento é pertinente trazer Enrique Leff:

A explosão de reivindicações diversas que emergem da abertura democrática, e o imperativo da sustentabilidade ecológica impõem a necessidade de canalizar as suas demandas para processos de tomada de decisões mais participativos. (LEFF, 2000, p. 334).

Por esse lado, a comunidade do Tupi vem se articulando de diversas formas. Nas entrevistas houve relatos diversos sobre como se organizam pelo território, conforme dito por L. sobre a comunicação "para comunicar tem o jornal impresso do tupi, os recados na missa", evidenciando que os espaços de grande concentração de pessoas também são utilizados para comunicados/comunicações que são importantes à toda a comunidade, como é o caso dos templos religiosos no território.

A comunicação se mostrou indispensável e desafiante no Tupi em um sentido que ela tem funcionado bem internamente, mas que com agentes externos ela fica mais difusa. Isso se visualiza por conta da pouca adesão a algumas das atividades do Raízes de Tupi que, mesmo após diversas conversas de planejamento com a comunidade, algumas das atividades propostas pelo grupo parecem ter perdido o seu sentido com o passar do tempo. Esse é, provavelmente, o maior aprendizado que o grupo teve, o de cuidar muito bem da comunicação. Paulo Freire (2001) dá uma aula sobre:

É então indispensável ao ato comunicativo, para que este seja eficiente, o acordo entre os sujeitos, reciprocamente comunicantes. Isto é, a expressão verbal de um dos sujeitos tem que ser percebida dentro de um quadro significativo comum ao outro sujeito (FREIRE, 2001, p. 67).

No território a comunicação tem se dado também pelas redes sociais, via os grupos de trocas mensagens, páginas que compartilham acontecimentos do Tupi, bem como pelo jornal do distrito, veiculado virtualmente e impresso, como destacado por C. "da comunicação, as redes sociais estão bem presentes, o jornal é o principal meio". Com o acesso mais fácil a internet e outras tecnologias percebe-se um encurtamento das vias de comunicação, sendo perceptível como as pessoas entrevistadas sabem dos fatos sobre o Tupi.

Outro ponto é com relação a participação da comunidade em grupos ou organizações que cuidam das demandas do território, sejam eles institucionalizados ou não. Ls. diz "participo da Comclima, grupo do Roteiro Tupi, do advocacy". Comclima é a Comissão Municipal de Mudanças Climáticas de Piracicaba/SP, Roteiro Tupi é o grupo de agricultores/as e pessoas que

trabalham com turismo rural e o advocacy é o grupo criado após um ciclo de oficinas, que definiu como demanda principal a ser trabalhada a mobilidade no território.

Complementar ao que essa entrevistada traz, tem o que é apontado por S. de maneira bem completa sobre a organicidade da comunidade "associação do distrito e Santa Izabel, os outros bairros tem suas próprias, a geral tá mais ativa, os condomínios criaram suas próprias associações, toda sociedade organizada dá mais trabalho para o poder público, tem o coletivo tupi, os Rotaract, a sociedade esportiva, o comitê gestor do horto, o agroecologia tupi, da comunidade religiosidade, grupo da terceira idade", listando diversos grupos organizados pela população em que são dialogados assuntos do território.

Antes das entrevistas, algumas das pessoas que participaram desta pesquisa não tinham noção de toda essa organização, que inclusive é uma observação anotada em caderno de campo em uma das entrevistas, apontando uma dúvida sobre a existência ou não de uma associação que represente todo o território. Sim, existe e, mais do que isso, cada bairro tem a sua para demandas que são específicas.

Neste momento é pertinente evidenciar o Coletivo Tupi, pois mais do que a própria associação do distrito, é nele em que se tem uma maior aglutinação de setores do território, parecendo ser um importante espaço de articulação e movimentação de grupos que representam a comunidade em diversas áreas como a saúde, a educação, a natureza e a moradia.

No diálogo sobre políticas públicas e no que elas mais poderiam contribuir no Tupi, muitas coisas foram ditas. L coloca "as políticas públicas poderiam contribuir mais no acesso à escola"; Ls. diz "as políticas públicas poderiam contribuir mais é na questão dos resíduos e queimadas, na criação de um varejão, de um selo local" - que inclusive já é uma demanda que a SEMA está procurando atender, sabendo que a Câmara de Vereadores precisa aprovar o projeto e que será dialogada mais afrente -; M. aponta "as políticas públicas precisam atuar mais na manutenção das estradas, não quero asfalto, só quero a manutenção da estrada de terra"; T. menciona "as políticas públicas deveriam atuar na regularização fundiária também do Santa Izabel" e I. sinaliza "as políticas públicas poderiam contribuir mais no saneamento básico".

Todos esses apontamentos sobre onde e no que as políticas públicas devem atuar mais revelam como a comunidade tem consciência das condições de existência do seu território. Aliás, e voltando à categoria "direitos", fica evidente que as demandas solicitadas e urgentes são básicas e previstas nos direitos garantidos pela constituição, como o acesso à educação, saúde/saneamento básico, descarte e tratamento de resíduos, moradia, permanência na terra e mobilidade. Isso tudo escancarou como falar de agricultura ecológica é difícil, pois parte da população não tem acesso ao que é mais básico, sem, de maneira alguma, desvincular a

agroecologia desse processo, já que este trabalho compreende que agroecologizar um território é também ter essas condições atendidas.

Ainda se tem muito a caminhar no Tupi, especialmente quando se fala de organização e ação conjunta das pessoas e famílias que fazem agricultura e/ou desenvolvem alguma atividade ligada à terra e à natureza. Em anotação feita no caderno de campo foi possível perceber que essas pessoas não estarem tão organizadas é a principal questão. E é neste ponto que este trabalho conseguiu contribuir mais, apoiando a organização de um grupo de agricultores, agricultoras e pessoas que trabalham com turismo rural no território.

6.4. Rota do Tupi

Nos Quadros 10 e 11 é apresentada, respectivamente, a categorização dos diálogos do grupo focal e dos cadernos de campo dos encontros realizados com o Roteiro Tupi. Isso para a categoria sonhos/memória/história, destacando trechos que remetem à ela.

Quadro 10. Sistematização de trechos do grupo focal para a categoria sonhos/memória/história.

Sonhos/memória/história	
Pessoa	Trechos de falas que representam
Re	"meu sonho era ver um mundo melhor, em paz, mas hoje é ficar em um cantinho"
Ls	"cada um faz uma coisa diferente, foi uma garimpagem mesmo, acho que isso não acabou ainda; eu sonho com um roteiro maravilhoso, inseridos no turismo rural, estamos em uma região rica e carente desses serviços"
Ro	"da importância do que cada um faz, que é diverso e diferente"; "levar mais conhecimentos até as pessoas, mais parcerias, com mais pessoas a gente vai mais longe. Conhecimento guardado é conhecimento morto, como curar através da natureza"
Aa	"meu sonho é um Tupi turístico, isso impactar na vida do bairro"
Ae	
Cl	"já sonhei bastante, hoje sonho menos, se me perguntar o que vou fazer com o engenho, não sei eu vou me adaptando"; "venho de um local, família e cultura onde nós produzimos cana"

Fonte. Autora.

Quadro 11. Anotações de caderno de campo dos encontros com o Roteiro Tupi que remetem a categoria sonhos/memória/história.

Sonhos/memória/história	
Trechos de anotações que representam	
Medo sobre o trabalho com o turismo, não era uma ideia que poderia ser legal - como se fosse tirar o sossego e trazer mais trabalho. Alguns participantes defenderam a ideia de um ponto central de recepção de pessoal e distribuição de informações sobre a rota de turismo do Tupi. As dores vão desde questões econômicas, são pequenos, estão ligados a terra, com as atividades de baixo retorno financeiro.	

Fonte. Autora.

Olhando o que vem desses diálogos fica visível que o sonho de muitos é alavancar o turismo rural na região do distrito, embora isso também seja motivo de medo e insegurança, por ser mais uma atividade a dar conta. Mesmo assim, o grupo se propõe a continuar ou se arriscar a entrar nesse ramo, com uma perspectiva de melhorar a sua renda.

Mais do que isso, quando Ro diz “conhecimento guardado é conhecimento morto”, não é só fazer turismo, receber pessoas, gerar renda, é partilhar o que se sabe e aprender o que ainda não se conhece. Brandão (2005) lembra:

Vivemos sempre uma vida plural, coletiva e solidária. Aprendemos ao longo de muitos milhares de anos a nos fazermos seres humanos, porque bem ou mal aprendemos a conviver. Aprendemos uns com os outros a vivermos juntos, a partilhar entre-nós uma vida que, sem esses exercícios de partilha em comum, seria impossível (BRANDÃO, 2005, p. 52).

As pessoas que compõem o grupo já se conhecem há pelo menos 6 anos. De lá pra cá vêm buscando formas de trabalhar junto e movimentar a economia local do distrito, oferecendo agricultura, turismo e educação em suas propriedades, com propostas que se complementam, como destacado por Ls "cada um faz uma coisa diferente, foi uma garimpagem mesmo, acho que isso não acabou ainda”, em uma ideia de que a todo momento podem surgir novas pessoas que também queiram desenvolver essas atividades na região do Tupi.

Nos Quadros 12 e 13 se tem a categorização dos diálogos do grupo focal e dos cadernos de campo dos encontros realizados com o Roteiro Tupi. Isso para a categoria direitos, destacando os principais trechos.

Quadro 12. Sistematização de trechos do grupo focal para a categoria direitos.

Direitos	
Pessoa	Trechos de falas que representam
Re	“Vamos ter um problema sério de ter que se manter como ‘produtor rural’, está cada vez mais dividida a coisa por lá, a classificação por lá, está havendo um aperto da prefeitura”; “quem deixou a cana está indo para pecuária, o que está acontecendo na usina Furlan, está virando pasto, o que era para ser o Santa Izabel, pequenos produtores, acabou, dá dó de ver”; “Desculpe Nadia, é muito difícil falar disso do jeito que estão as coisas”
Ls	“Hoje vejo animais que não via há 10 anos atrás, lontra, esquilo, macaco, não via isso”
Ro	“Tenho ajuda da Unicamp, da Esalq, da Capes, facilita o trabalho, tenho muita ajuda externa”
Aa	
Ae	“Meu problema maior está sendo a cana, estou encerrando minha produção por causa da cana, quando eu fiz a estufa foi um erro meu, a divisão foi feita porque o pessoal não iria plantar cana, mas aí veio alguém e arrendou, passando herbicida ali perto”; “Se for para plantar qualquer coisa que seja, no sistema agroecológico tem que pensar em uma área destinada para isso, aqui na região eu não arrisco mais de jeito nenhum” “Vou parar de produzir”

CI	<p>“Não tem nada muito de ecologicamente correto em produzir, cada vez mais uso de herbicidas, são obrigatórios; os pequenos proprietários de terra, 15 ou 20 alqueires, tempos atrás produziam cana, a cana se tornou inviável para eles, mas não saíram da cultura da cana, eles arrendaram para grandes produtores, transformando a produção em uma área maior”; “tentar outra cultura no meio da canavial não funciona”; “Em volta da casa se tem horta, planto mamão, mas hoje não conseguimos colher mais nada lá, uso de maturador de cana acaba com tudo. Estão passando herbicida com drone, avião, piorou, você fala sobre essa agricultura ecologicamente correta, é complicado, estamos rodeados de grandes produtores de cana”, “é só terra de usinas”; “estamos em uma sinuca de bico, não temos água para irrigação, temos que contar com chuva, não tem rio nem represa, culturas que precisam de maior irrigação a gente não consegue fazer”; “importante ter uma conscientização dos pequenos produtores, eles já tinham conhecimento da produção de outras culturas, mas se deixou de plantar tudo para a cana, depois ficou horrível produzir ela, mas ninguém conseguia produzir outra coisa”</p>
-----------	--

Fonte. Autora.

Quadro 13. Anotações de caderno de campo dos encontros com o Roteiro Tupi que remetem a categoria direitos.

Direitos
Trechos de anotações que representam
<p>Está cada vez mais difícil para o pequeno agricultor. Sema e mandato coletivo estão muito próximos e dispostos a contribuir com o grupo. Estruturar o território, não só falando das estradas, mas também do tratamento de resíduos, do emplacamento etc. Articulação entre as secretarias. Falar das experiências individuais de cada é importante para o grupo todo. Dificuldade em regularizar o espaço onde produz, tem dificuldade em conseguir o registro por produzir pouco, não existe cachaça artesanal, por exemplo.</p>

Fonte. Autora.

Nesse momento a cana-de-açúcar voltou a ser pauta, especialmente nas questões do grupo focal que falavam sobre agroecologizar o Tupi. É importante evidenciar, como feito anteriormente, que a planta em si não é o cerne do problema, mas sim como o país trata a sua questão agrária e fundiária, bem como o sistema produtivo que ainda predomina, mesmo com tanta informação e passado tanto tempo, o monocultivo.

Curiosamente esse não era o cenário de Piracicaba há um século, como apontado por Terci (2009): mesmo assim, era na policultura e não na agroindústria canavieira que se buscava a imagem de cidade progressista para Piracicaba”.

De fato, diversos registros contam que pouco antes da metade do século passado o município de Piracicaba se mostrava pioneiro na distribuição de terras e na diversidade produtiva. Isso se deve em partes a imagem e ao que se associava a indústria canavieira, tendo como referência a sua expansão anteriormente no Nordeste, marcada pelo latifúndio, o trabalho escravo, a degradação ambiental e a monocultura (TERCI, 2009).

Passado tanto tempo parece que pouca coisa mudou. Para quem trabalha com a terra de alguma maneira no Tupi, a monocultura de cana-de-açúcar ainda é um imenso desafio. Como relatado por Ae “meu problema maior está sendo a cana, estou encerrando minha produção por causa da cana, quando eu fiz a estufa foi um erro meu, a divisão foi feita porque o pessoal não iria plantar cana, mas aí veio alguém e arrendou, passando herbicida ali perto” e complementa “se for para plantar qualquer coisa que seja, no sistema agroecológico tem que pensar em uma

área destinada para isso, aqui na região eu não arrisco mais de jeito nenhum” e encerra “vou parar de produzir”. É bastante delicado perceber que alguém toma por decisão parar de produzir alimentos porque é prejudicado pelo sistema produtivo de outra cultura, somado ao fato de, nesse mesmo município, estar instalada uma das maiores escolas de agricultura do mundo.

De acordo com Terci (2009), toda essa situação da indústria canavieira se intensifica com a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) pelo governo Vargas nos anos 1930. A partir dele e de outras políticas públicas, os donos de usinas conquistaram mais poder, monetizaram e monopolizaram as terras e a produção de cana-de-açúcar no município.

Houve, na verdade, uma inversão na característica da estrutura fundiária piracicabana, cujo marco localiza-se em meados dos anos 30: a tendência ao fracionamento das propriedades com diminuição das grandes áreas entre 1905 e 1935 cede lugar a um processo de concentração que alterou significativamente a paisagem rural de Piracicaba. (TERCI, 2009, p. 12).

Isso se intensifica até hoje e mostra também um cenário novo, com o advento de tecnologias que estimulam esse mesmo sistema produtivo, destacado por Cl. que diz “estão passando herbicida com drone, avião, piorou, você fala sobre essa agricultura ecologicamente correta, é complicado, estamos rodeados de grandes produtores de cana”, complementando em seguida “é só terra de usinas”. Nesse sentido, Dowbor (2017) fala:

No entanto, na condição de sociedade, encontramos-nos “paralisados”, em uma impotência institucional que trava as mudanças necessárias. Esse travamento tem no seu cerne interesses econômicos e financeiros, que quanto mais lucram com as dinâmicas atuais, mais dificultam qualquer chance de transformação (DOWBOR, 2017, p. 27)

É compreensível a dificuldade em se falar de agroecologia em um cenário como esse, ainda mais com um sentimento de pouca esperança por já estar inserido nessa rotina há tempos, como é o caso das pessoas que trabalham com a terra no Tupi. Re diz “desculpe Nadia, é muito difícil falar disso do jeito que estão as coisas”.

Mesmo sendo, ainda, muito difícil para o pequeno agricultor, novos passos começam a ser dados, como a própria visualização de direitos básicos alcançados por práticas das pessoas desse grupo em suas propriedades, como o direito a natureza relatado por Ls “hoje vejo animais que não via há 10 anos atrás, lontra, esquilo, macaco, não via isso”.

Para além disso, se tem um reconhecimento da maior presença e apoio da SEMA, o que tem animado e motivado esse grupo, seja na participação das reuniões ou na conversa direta e proposição de apoio individualmente a cada um de seus membros. Isso tudo se juntará nas demais categorias, com ações, atitudes e percepções que parecem pontuais, mas que este trabalho compreende também como agroecologização.



Figura 14. Reunião do grupo Roteiro Tupi em 03 de novembro de 2021 com a presença da SEMA.
Fonte. Arquivo Rota do Tupi.

Dando sequência, nos Quadros 14 e 15 é apresentada a categorização feita com os diálogos do grupo focal e anotações de caderno campo das reuniões com o Roteiro Tupi, isso para a categoria comunidade fortalecida.

Quadro 14. Sistematização de trechos do grupo focal para a categoria comunidade fortalecida.

Comunidade Fortalecida	
Pessoa	Trechos de falas que representam
Re	“quem deixou a cana está indo para pecuária, o que está acontecendo na usina Furlan, está virando pasto, o que era para ser o Santa Izabel, pequenos produtores, acabou, dá dó de ver”
Ls	“confiança entre nós é a base, nos mantém unidos e faz entender que somos um grupo, olharmos e pensarmos como grupo; “essa gestão da SEMA está sendo o diferencial, vamos aproveitar porque não sabemos como vai ser”; “primeira coisa que eu fiz foi unir o grupo, procurar pessoas, eu sozinho não faço nada”
Ro	“meu sonho e minha missão é fazer e dizer ao povo que não teve oportunidade de ver que existem outras coisas no mundo”; “estamos conseguindo fazer isso através do grupo, essas reuniões estão ajudando bastante a começar a formar uma consciência”
Aa	“maior apoio é a informação, para o grupo não murchar, não cair, pessoal quer informação, o que está sendo e está acontecendo”
Ae	

CI	<p>“quando um desanima o outro dá um empurrãozinho, quando a gente pega uma empreitada que a gente se sente sozinho, desanima, trabalho em grupo sempre alguém sabe alguma coisa, quando você se acostuma com o grupo, é difícil se ver só”; “mas nós do grupo que teremos que movimentar isso, tudo bem os técnicos que trazem as informações, mas seremos nós que teremos que percorrer, o grupo está unido e buscando as mesmas coisas”; “sempre que tem reuniões nós vamos participar e tentar agregar, é meio lento o negócio mas está andando, participação é especial”; “as ações são essas por enquanto, ouvir, aprender e participar do grupo, com o passar do tempo elas serão diferentes e teremos outras obrigações”</p>
-----------	--

Fonte. Autora.

Quadro 15. Anotações de caderno de campo dos encontros com o Roteiro Tupi que remetem a categoria comunidade fortalecida.

Comunidade fortalecida
Trechos de anotações que representam
<p>Construir as coisas juntos. O grupo precisa ser mais coeso, não se sabe sobre todas as iniciativas. Importância de se formar uma associação, do grupo estar mais organizado e consolidado. É importante que todos se conheçam, perceberam que precisam se conhecer melhor, conhecer os trabalhos uns dos outros a fim de criar uma identidade do grupo. O grupo manifestou interesse e abertura para a formação de uma associação. O grupo manifestou interesse em receber auxílio para as capacitações. Dificuldade em mobilizar/envolver todas as pessoas do grupo nas atividades. Ficar só na teoria no começo é difícil, desmotiva, é bom começar pequeno e com alguma ação prática que mostre resultado e que anime outras pessoas do grupo, algo mais concreto o pessoal se engaja mais, pessoal tem medo de fazer turismo, mas no fundo querem, mas tem medo em abrir as portas. O quanto que associação trouxe de sinergia para os membros? O quanto ajudou?/O objetivo principal: fortalecer enquanto grupo e fazer com que seus participantes cresçam de forma mais consistente. Valorizar o território comum. Praticar o agroturismo em Tupi. Fazer o estatuto para que ele possa ser apresentado para os demais.</p>

Fonte. Autora.

No momento em que os encontros do grupo voltaram, isso em outubro de 2021, a ideia era retomar os contatos, as parcerias e o que mais pudesse ser desenvolvido em grupo para fortalecer o trabalho de seus membros e também movimentar a região do Distrito de Tupi. Nesse sentido, Ls aponta “primeira coisa que eu fiz foi unir o grupo, procurar pessoas, eu sozinho não faço nada” e realmente é ele quem faz o grupo se animar, sempre dando as condições para que o grupo se reúna e tome decisões junto.

Brandão (2005), faz uma interessante observação sobre essas iniciativas:

De tudo o que falamos aqui, podemos lembrar que uma das formas mais ativas neste campo das relações educativas vividas entre pessoas que trocam experiências entre elas, está nos pequenos grupos, nas cooperativas, nas organizações não-governamentais, em outras pequenas, médias e grandes associações civis dedicadas a algum tipo de estudo, de trabalho social ou de outra qualquer forma de participação solidária na Vida da cidade. Unidades sociais de ideias, ações e serviços, em geral chamadas de “iniciativas do terceiro setor”. (BRANDÃO, 2005, p. 76).

Outro ponto que foi notado pelo grupo é o contexto favorável a nível municipal, apesar do cenário do país e mundial não seguir a mesma regra. Na percepção dos membros e aqui destacado por Ls. “essa gestão da SEMA está sendo o diferencial, vamos aproveitar porque não sabemos como vai ser”, evidenciando como o acompanhamento próximo e o apoio nas demandas tem sido essencial. Biasoli e Sorrentino (2018) contam sobre como é indispensável para a construção de políticas públicas esse movimento de articulação e parceria junto à comunidade, em uma expectativa de compartilhar e ser mais assertivo na solução de problemas.

Ao mesmo tempo em que se estreita as relações com o poder público, o mesmo acontece internamente, como dito por Cl. “quando um desanima o outro dá um empurrãozinho, quando a gente pega uma empreitada que a gente se sente sozinho, desanima, trabalho em grupo sempre alguém sabe alguma coisa, quando você se acostuma com o grupo, é difícil se ver só” e tem sido um processo importante para os membros. Reflexões anotadas em caderno de campo também remetem à isso, de como é substancial que o grupo se conheça, esteja mais coeso e crie intimidade.

Ro. faz um apontamento sobre isso “meu sonho e minha missão é fazer e dizer ao povo que não teve oportunidade de ver que existem outras coisas no mundo, estamos conseguindo fazer isso através do grupo, essas reuniões estão ajudando bastante a começar a formar uma consciência”. A percepção é que tem sido um processo prazeroso e bastante apreciado esse momento do grupo. Brandão (2005) enfatiza isso:

Quase todas as ações sociais significativas são decididas e levadas a cabo por pessoas reunidas em grupos, em equipes de trabalho, em cooperativas, em associações. Nisto ou naquilo que o tempo todo estamos chamando aqui de unidades sociais de serviço. No Brasil temos mesmo uma legislação a respeito da criação e do funcionamento dessas unidades, como: as cooperativas de produtores, as associações de classe, as organizações não-governamentais e algumas outras. É nelas que nos encontramos para participar. E é através delas que nos reunimos para pensarmos juntos, para aprendermos uns com as outras e para planejarmos e vivermos as nossas ações sociais. (BRANDÃO, 2005, p. 93).

A consciência notada nesse grupo também é um diferencial, aqui falando da consciência do seu processo de consolidação enquanto grupo e talvez institucionalizar ele de alguma forma e em algum momento. Cl. destaca muito bem “mas nós do grupo que teremos que movimentar isso, tudo bem os técnicos que trazem as informações, mas seremos nós que teremos que

percorrer, o grupo está unido e buscando as mesmas coisas, as ações são essas por enquanto, ouvir, aprender e participar do grupo, com o passar do tempo elas serão diferentes e teremos outras obrigações”. Isso tudo foi dito pois esse grupo, depois de muitos anos e encontros, estava com o desejo de se formalizar (associação civil) e essa decisão levou um tempo para ser tomada, com muita busca sobre o que seria legal ou não em uma associação, o por que estar em grupo é melhor e traz maiores possibilidades, dentre outras coisas.

Os Quadros 16 e 17 apresentam a sistematização para a categoria ação, tanto do grupo focal quanto dos cadernos de campo. Esta categoria vem sendo primordial para que o Roteiro Tupi, agora denominado Associação Rota do Tupi, saia do papel e funcione enquanto uma organização civil.

Quadro 16. Sistematização de trechos do grupo focal para a categoria ação.

Ação	
Pessoa	Trechos de falas que representam
Re	“a SEMA deu um apoio muito grande, com a intervenção do F e Ls começaram apoios do Sebrae e Fealq”
Ls	“cheguei em 2011, refiz a mata ciliar, plantei quase 1000 árvores no tijuco preto, cada construção que eu fiz eu separei a malha hidráulica nas águas cinzas e negras, fiz uma fossa séptica”; “plantei bastante”; “acho que ainda tenho muito o que fazer, compostagem é uma delas, outra questão é a energia fotovoltaica, consumo muita água, é preciso bombear”; “ano passado quase perdemos nossa mata, eu prometi que iria entrar com algum sistema anti-incêndio, comprei uma bomba, falta o motor elétrico e mangueira, para poder dar proteção a essa mata”
Ro	“como mexemos com público isso agrega valor”; “tenho bastante abelhas e água aqui. Comecei a trazer a agrofloresta, aves, tanto que vai ter observação aqui. Fiz essa interação da agroecologia porque mexo com ervas medicinais, procurei avançar nisso, porque precisamos muito disso, sem natureza não tem oxigênio”; “aqui se une Piracicaba, SBO no bacia caipira, para trazer a terceira idade para o horto, essas pessoas começam a resgatar a qualidade de vida.”
Aa	
Ae	“teve aquela visita com o pessoal da SEMA, para conhecer as propriedades, tivemos reuniões na chácara do Ls”
Cl	“acham bacana o que fiz de agregar algo diferente na propriedade, comercio no meio da cana, fiquem com a terra, não arrendem tudo, voltem a trabalhar com outras coisas que não agrida tanto a natureza, esses pequenos produtores que vão poder fazer algo assim, grandes produtores estão em outra vibe”, “dizem que se não usar a gente não come”; “eu acho que meu exemplo pode agregar é essas pessoas verem que podem fazer algo na propriedade que não seja cana”; “quando você atrai as pessoas para a área rural, é importante tornar o espaço mais agradável com natureza”

Fonte. Autora.

Quadro 17. Anotações de caderno de campo dos encontros com o Roteiro Tupi que remetem a categoria ação.

Ação	
Trechos de anotações que representam	

Clube da Horta não é só pra fornecer alimento saudável, é pra valorizar a terra. Parceria para comercializar os produtos que cada um faz em todos os espaços. Capacitação em turismo rural. Projeto piloto que dialoga com a sustentabilidade e o turismo. O medo vem por nunca terem feito isso, uma formação em como receber é legal. É bom trazer alguém de uma associação para conversar com o grupo. Importância de aproximar o Sebrae, eles oferecem vários treinamentos e também apoio nisso que o grupo já vem buscando (formalização).

Fonte. Autora.

Retomando o que foi dito sobre como é importante o poder público se aproximar e facilitar o acesso a ferramentas para a comunidade, com o objetivo de identificar suas demandas e agir sobre elas, essa presença e escuta atenta em um primeiro momento feitas pela SEMA têm animado o grupo e trouxeram outras possibilidades de apoio e parceria. Re destaca isso “a SEMA deu um apoio muito grande, com a intervenção do F e Ls começaram apoios do Sebrae e Fealq”.

Quando se fala em outras possibilidades é porque outros parceiros chegaram e foram fundamentais para que o processo de formalização do grupo começasse a acontecer, pois a parte jurídica e burocrática de um estatuto ou regimento é desconhecida da maioria. Dessa maneira, envolver o Sebrae e o setor jurídico dessa instituição contribuiu para que diversos questionamentos fossem sanados. Brandão (2005) faz um comentário acerca disso:

Podemos, através de grupos e associações organizados e em diálogo com outros, inclusive os do poder público (e “público” não é “do governo”, “público” é “de todos nós” através de poder legítimo que outorgamos a “um governo”, não esquecer), participar ativa e criticamente de processos de decisão e de ação ambiental em grande escala. (BRANDÃO, 2005, p. 100).



Figura 15. Reunião da Rota do Tupi com a SEMA e FEALQ.

Fonte. Arquivo Rota do Tupi.

Nos últimos meses os esforços do grupo se concentraram na formalização, descoberta e diálogos sobre associativismo, cooperativismo, apoiados por funcionários do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), bem como pela troca com outros grupos que optaram por formar também uma associação, como é o caso da Rota Princesa da Colina de Itatiba/SP que, em determinado momento, apresentou como foi o seu processo de organização e atuação. Neste momento, pode-se comparar esse movimento de compartilhamento entre os grupos com o método Campesino a Campesino (CaC), trazido por Mier y Terán et al. (2018):

En contraste, si esa familia es parte de una organización que realiza intercambios de CaC, esos intercambios podrían tener fácilmente un efecto multiplicador. (MIER Y TERÁN et al., 2018, p. 13).

Essa oportunidade de diálogo foi imprescindível, tanto externamente quanto internamente, a partir da percepção do que os membros da Rota do Tupi visualizam já de ação individual e que impacta no coletivo, como as trazidas por Ls. “cheguei em 2011, refiz a mata ciliar, plantei quase 1000 árvores no tijuco preto, cada construção que eu fiz eu separei a malha hidráulica nas águas cinzas e negras, fiz uma fossa séptica, plantei bastante. Acho que ainda tenho muito o que fazer, compostagem é uma delas, outra questão é a energia fotovoltaica, consumo muita água, é preciso bombear. Ano passado quase perdemos nossa mata, eu prometi que iria entrar com algum sistema anti-incêndio, comprei uma bomba, falta o motor elétrico e mangueira, para poder dar proteção a essa mata”.

Ro. também comentou sobre as suas ações para agroecologizar o território em que vive “tenho bastante abelhas e água aqui. Comecei a trazer a agrofloresta, aves, tanto que vai ter observação aqui. Fiz essa interação da agroecologia porque mexo com ervas medicinais, procurei avançar nisso, porque precisamos muito disso, sem natureza não tem oxigênio. Aqui se une Piracicaba e Santa Bárbara d’Oeste no bacia caipira, para trazer a terceira idade para o horto, essas pessoas começam a resgatar a qualidade de vida”.

Por fim, Cl. fez da mesma forma, elencou o que considera de ação nesse sentido “acham bacana o que fiz de agregar algo diferente na propriedade, comercio no meio da cana, fiquem com a terra, não arrendem tudo, voltem a trabalhar com outras coisas que não agrida tanto a natureza, esses pequenos produtores que vão poder fazer algo assim, grandes produtores estão em outra vibe, dizem que se não usar a gente não come. Eu acho que meu exemplo pode agregar é essas pessoas verem que podem fazer algo na propriedade que não seja cana”.

Todas essas falas e diálogos demonstram um grupo formado e como tem sido seu processo de consolidação, para além disso um olhar interno e de reconhecimento do quanto as

ações em cada propriedade particular interferem na vida da comunidade toda. Sobre esse processo de organização de grupos de pessoas ligadas a terra, Mier y Terán et al. (2018) trazem uma importante constatação:

La experiencia de los movimientos sociales rurales y las organizaciones de agricultores y campesinos indican que el nivel de organización — llamado “organicidad” por los movimientos sociales— es un elemento clave para llevar la agroecología a mayor escala. (MIER Y TERÁN et al., 2018, p. 13).

No território da presente pesquisa essa é mesma percepção - grupos organizados, sejam eles ligados à agricultura, à educação formal e ambiental, à saúde ou qualquer outro, podem impulsionar a agroecologização, de modo a torna-la comum, conhecida e praticada por toda uma comunidade, nos campos de atuação mais diversos.

Para a Associação Rota do Tupi, criada em assembleia geral no dia 13 de junho de 2022, é este também o momento: a organicidade. Passado esse ponto, existirão outras possibilidades, como o reconhecimento e avaliação dos métodos produtivos, das relações de trabalho, da conservação da natureza, dentre outras coisas.



Figura 16. Objetivo geral da Associação Rota do Tupi, 29/07/2022.

Fonte. Arquivo Rota do Tupi.

Nesta perspectiva, se tem uma sugestão de que as políticas públicas sejam elaboradas visando a autonomia de todos os atores e grupos envolvidos e impactados por elas. Como sugerido por Biasoli e Sorrentino (2018), uma construção de política pública colaborativa e a muitas mãos e, mais do que isso, que elas não estejam vulneráveis às mudanças de gestões de governos, como é de costume, haja vista o que aconteceu com as políticas públicas de agricultura familiar após o golpe de 2016.

Da mesma forma, com todo o processo se percebeu como foi e é fundamental que o Estado esteja presente, mesmo na construção de políticas do cotidiano, como se entende a formação dessa Associação no Tupi, na medida em que essa presença gera confiança, impulsiona e potencializa a comunidade para compreender suas demandas e atuar sobre elas contando com a parceria do Estado e seus gestores. Biassoli e Sorrentino (2018) trazem que:

A dimensão da política do cotidiano, relacionada às motivações subjetivas para participação individual e coletiva no fazer política cotidianamente, busca um envolvimento com a radicalidade que o momento atual exige, que contribua com a qualificação do eixo da participação, da cidadania e da

democracia com a qualidade política necessária para que o potencial emancipatório das práticas de políticas públicas progressistas se consolide. (BIASOLI E SORRENTINO, 2018, p. 11).

Em vista e além disso, Costa-Pinto (2012) coloca que para que um Estado consiga colocar suas ações e projetos em prática é preciso que este também esteja organizado, ao mesmo tempo em que possibilita que as potências individuais e coletivas próprias e da comunidade sejam incentivadas e anunciadas.

Biasoli e Sorrentino (2018) corroboram: “Assim, a aposta no bem comum passa por um estado forte e democrático e uma sociedade civil organizada politicamente”.

Pensando a agroecologização do Distrito de Tupi, o processo da Associação Rota do Tupi enuncia como este território continua a caminhar para a mudança, tendo a agroecologia como ferramenta, ao passo que age para se potencializar e potencializar a sua organização comunitária.

Mier y Terán et al., (2018) concluem que:

En efecto, el tejido organizativo constituye el medio de cultivo sobre el cual crece la agroecología. Es la estructura por la que circulan aprendizajes, valores, significados, y horizontes de acción política. (MIER Y TERÁN et al., 2018, p. 27).

Analisando a intervenção junto aos critérios trazidos pelo MonitoraEA (2022) para as políticas públicas de educação ambiental e destacando que podem ser muito úteis para as políticas dos demais campos, percebe-se que a demanda pela formalização do grupo visa a solução de um problema público, que não se restringe a facilitar os processos das pessoas que estão diretamente dentro do grupo, mas também abrir caminhos para outros usos do solo no território e isso impacta diretamente a comunidade como um todo.

Dessa maneira, fica evidente que a ação desse grupo se vê no ciclo das políticas públicas (SECHI, 2014), iniciando pelo entendimento da sua demanda, definição da sua própria agenda e caminho, formulação e tomada da decisão de se formalizar enquanto associação, implementação feita pela elaboração dos documentos e contatos necessários para o registro dela, e com disposição para a sua revisão e avaliação, já que o registro da associação é recente saiu no final de outubro de 2022.

Da mesma forma e aderindo a mais um dos critérios, a ação de se formar uma associação se percebe nas quatro dimensões de políticas públicas (Polity, Policy, Politics) propostas por Sechi (2014) e a Política do Cotidiano, proposta por Biasoli (2018), ao passo que atua junto ao

legislativo e executivo, no sentido de se envolver na elaboração de programas e legislações, bem como no contato direto com gestores públicos que procuram apoiar esta iniciativa de organização comunitária, que se conecta intensamente com a dimensão da política do cotidiano, já abordada neste texto.

Com relação ao tempo e à continuidade, mais um dos critérios, a proposta de consolidação do grupo em associação tem uma perspectiva de permanência, não só pelos mandatos serem de dois anos, mas também porque se entende que é um processo que exige tempo e energia. Com o próprio registro foi dessa maneira, a documentação foi e voltou do cartório três vezes, o grupo entende que é preciso persistência para que a ação de fato saia do papel.

Por fim e acerca do último critério sobre controle social da política pública, a percepção é que ele está inerente ao processo, isso por conta da política pública que se resulta da intervenção deste trabalho ser, essencialmente, de base comunitária.

Em linhas gerais, o fazer políticas públicas é extremamente conectado com a agroecologização de territórios. A comunidade participante desta pesquisa está nesse processo de assimilação, ao mesmo tempo em que faz suas intervenções, como é o caso dessa associação. Isso tudo se deve a necessidade de fortalecer a sua organização nas mais diversas temáticas, pessoas e instituições, e compreendendo que isso faz parte da massificação da agroecologia.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atuação do grupo de pesquisa e extensão Raízes de Tupi foi mais intensa na contribuição de processos formadores, facilitando e fortalecendo a formação e consolidação de lideranças, instituições e demais pessoas da comunidade interessadas, para que elas também pudessem formar mais gente, adaptando cada técnica ou método utilizado nos trabalhos desenvolvidos pelo grupo. A intervenção na e com a comunidade foi útil para elucidar demandas e fortalecer a autonomia para que ela atue no enfrentamento dessas problemáticas que envolvem a região.

Muitos foram os desafios e dificuldades para o grupo realizar extensão e comunicação, pois o cotidiano da universidade muitas vezes dificulta o trabalho comunitário. Tempo, disponibilidade e disposição são imprescindíveis e nem sempre foi possível que o grupo atuasse com plenitude no território, devido às demais atividades acadêmicas, ao contexto de pandemia, as questões pessoais e individuais, à nossa saúde física e mental que, com a conjuntura não estiveram nos seus melhores momentos.

Para que a universidade possa aprimorar o seu papel social, fora de seus campi, é crucial que a estrutura curricular e o entendimento sobre as suas relações com a sociedade sejam avaliados e reformulados, no sentido de instrumentalizar seus estudantes para o trabalho com comunidades e pessoas, bem como equalizar os tempos de dedicação às disciplinas em salas de aula, em atividades muitas vezes livrescas e os destinados a atividades de pesquisa e extensão, fundamentais para a formação acadêmica e cidadã.

Pensando os objetivos deste trabalho, a percepção é que, mesmo com as dificuldades e contratempos, foi possível sim realizar pesquisa intervenção e, mais do que isso, aconteceu uma pesquisa participativa colaborativa, tanto com a comunidade do Tupi quanto com a comunidade da Esalq, em um processo de compreender o que é agroecologização e como ela acontece no território desta pesquisa.

É possível afirmar que os objetivos foram alcançados, ao investigar e compreender a história e a situação atual do município de Piracicaba e do distrito de Tupi, por meio da leitura e análise de referenciais, legislações e dados de levantamentos que apoiaram este trabalho, bem como pela realização do estudo de campo.

O entendimento é que a contribuição na construção de conhecimentos sobre políticas públicas de agroecologia se deu através da interlocução com a comunidade, fortalecendo a potência de ação individual e coletiva de alguns de seus moradores e moradoras. Quando a universidade, instituições governamentais e da sociedade civil voltadas à conservação da

natureza, saúde, agricultura e educação dialogaram e atuaram na compreensão e resolução de problemas específicos do Distrito de Tupi.

É muito importante destacar que foi um trabalho colaborativo, de escuta atenta, fala ativa e respeitosa, no qual se reconheceu claramente os papéis de cada um/uma, sem criar uma relação de dependência entre atores e instituições, mas sim de parceria, que não se encerra mesmo após o término deste trabalho.

Em diversos momentos constatou-se a falta dos jovens da comunidade, isso inclusive foi apontado pelas entrevistas. A recomendação é que não se cessem a busca por estratégias para trazer e envolver os jovens nesse processo de transformação do território.

O bom encontro foi essencial na possibilidade de imergir nesse território que é da pesquisa, mas é também o de morada desta pesquisadora. Este trabalho propiciou encontrar, a todo tempo, pessoas da comunidade com disposição e cheias de ideias e práticas que, no fundo, provocaram e provocam a transformação do território para um caminho que entendo como o da agroecologização.

Na mesma medida em que este trabalho atuou sobre o território e pessoas da comunidade, ele atuou sobre mim, pois me transformou e potencializou a minha ação, quando a partir dele me envolvo com a Comissão Local de Saúde, com a Associação Rota do Tupi, com as escolas públicas do distrito e atuo na busca e descoberta das problemáticas do território e de suas soluções, tanto individualmente quanto em grupo.

A intervenção junto a Associação Rota do Tupi e a todas as pessoas que dela fazem parte, foi um divisor de águas sobre o que compreendo por extensão, comunicação e a atuação da universidade junto à sociedade. É inegável que a assídua presença fez esse processo acontecer com prazer, facilidade e felicidade, tanto que ele continua, independente da atuação da universidade no Tupi.

Pensando a agricultura no Tupi o desafio ainda é grande, muito por conta dos grandes monocultivos e por irregularidade fundiária. Mas a atuação da comunidade mostra que alguns passos estão sendo dados, seja pela atuação da SEMA no assunto, seja pela própria movimentação que desembocou na criação da Associação Rota do Tupi.

Por fim, toda essa organização comunitária, que surgiu durante a pesquisa ou que se fortaleceu neste tempo abre espaço para que a agroecologia se faça mais presente, não só no trabalho com a terra, mas também em outros temas que são fundamentais, como a saúde, o tratamento de resíduos, a educação, a arte e cultura, a natureza e as águas.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, A. **O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos.** Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária/Elefante, 2016. 264 p.

ALTAFIN, I. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar.** Brasília: CDS/UnB, 2007. Disponível em: < <http://www.enfoc.org.br/system/arquivos/documentos/70/f1282reflexoes-sobre-o-conceito-de-agricultura-familiar---iara-altafin---2007.pdf>.> Acesso em: 15/08/2022.

ALTIERI, M. **An agroecological perspective to guide graduate educational programs in agricultural economics and rural development in Latin America of the XXI Century.** Ecological Economics, Amsterdam, v. 27, 1998.

ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável.** 4 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

ALVES, Z. M. M. B.; SILVA, M. H. G. F. D. Análise qualitativa de dados de entrevista: uma proposta. **Paidéia**, FFCLRP – USP, Ribeirão Preto, 2, Fev/Jul, 1992.

ANGOLINI, A. **Registro pessoal,** 2022. Disponível em: <<https://gustavolgmax.wixsite.com/distritodetupi/historia>> Acesso em: 15/08/2022.

AQUINO, J. R.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. Dualismo no Campo e Desigualdades Internas na Agricultura Familiar Brasileira. **RESR**, Piracicaba-SP, Vol. 56, Nº 01, p. 123-142, Jan./Mar. 2018.

ARAÚJO, L. R. S. *et al.* Alimentação escolar e agricultura familiar: análise de recursos empregados na compra de alimentos. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, p. e00004819, 2019.

ARAÚJO, A. L.; CANTERI, M. H. G.; BITTENCOURT, J. V. M. Agricultura familiar e o impacto do Covid-19 aos Programas de Políticas Públicas - PNAE E PAA. In. **Extensão Rural: práticas e pesquisas para o fortalecimento da agricultura familiar - Volume 2**, p. 82 – 103, 2020.

ARRUDA, Elizete Mafalda; ANGOLINI, Eloíza Helena. **Distrito de Tupi: Sua história e realidade atual.** 1974. 105 f. TCC (Graduação) - Curso de Assistência Social, Faculdade de Serviço Social, Piracicaba/SP, 2012.

ATLAS BRASIL, 2013. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/perguntas_frequentes/#2> Acesso em: 14/08/2019.

AZEVEDO, C. E. F.; OLIVEIRA, L. G. L.; GONZALEZ, R. K.; ABDALLA, M. M. A **Estratégia de Triangulação: Objetivos, Possibilidades, Limitações e Proximidades com o Pragmatismo.** IV Encontro de ensino e pesquisa em administração e contabilidade. Brasília/DF – 3 a 5 de novembro de 2013.

BARBOSA, T. M. **Semeando Agroecologia: Árvores na Agricultura Familiar**. AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia Rua das Palmeiras, 90 • Botafogo • RJ, 32 p., 2014.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011, 229p.

BARRETO, A. G. O. P.; SPAROVEK, G.; GIANNOTTI, M. **Atlas Rural de Piracicaba**. Instituto de Pesquisas e Estudos Florestais Piracicaba – SP, 2006.

BERGAMASCO, S. M. P. P. **A realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números**. Estudos avançados, 11 (31), 1997.

BERNARDELLI, M. L. F. H. **Contribuição ao debate sobre o urbano e o rural**. In: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. (Org.). *Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 33-52.

BIASOLI, S.; SORRENTINO, M. Dimensões das políticas públicas de educação ambiental: A necessária inclusão da política do cotidiano. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo. Vol. 21, 2018.

BRANDÃO, C. R. **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

BRANDÃO, C. R. **Aqui é onde eu moro, aqui nós vivemos: escritos para conhecer, pensar e praticar o município educador sustentável**. 2. ed. – Brasília: MMA, Programa Nacional de Educação Ambiental, 2005. 181 p.

BRANDÃO, C. R. Ubuntu: habitar um local, partilhar um lugar, compartilhar uma vida. In: Marcos Sorrentino; Maria Henriqueta Andrade Raymundo; Simone Portugal; Fernanda Côrrea de Moraes; Rafael Falcão da Silva. (Org.). **Educação, agroecologia e bem viver: transição ambientalista para sociedades sustentáveis**. 1ª ed. Piracicaba - SP: MH-Ambienta Natural, 2017, v. 1, p. 171-186.

BRANDÃO, C. R. Entre a observação participante e a pesquisa participante – memórias e imaginários ao redor de vivências com pesquisas entre “puras” “aplicadas” “etnográficas” e “participantes”. **A partilha da vida**, [s.l.], [s.d.]. Disponível em: www.apartilhadavida.com.br. Acesso em: 15 de novembro de 2022.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 311, de 2 de março de 1938**. Dispõe sobre a divisão territorial do país e dá outras providências. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro:

_____. **Estatuto da Terra de 1964**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm Acesso em 03/08/2019.

_____. **Lei nº 5.540 de 28 de novembro de 1968**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em 16/08/2022.

_____. **Decreto 1.946/1996.** Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1996/decreto-1946-28-junho-1996-435815-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 13/10/2018.

_____. **Lei 10.696 de 02 de julho de 2003.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.696.htm> Acesso em: 18/10/2018.

_____. **Lei 11.326/2006.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm> Acesso em: 03/08/2019.

_____. **Lei 11.947 de 16 de junho de 2009.** Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca_alimentar/compra_institucional/Lei%2011%20947-2009.pdf> Acesso em: 19/10/2018.

_____. **Lei 14.591 de 14 de outubro de 2011.** Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2011/lei-14591-14.10.2011.html>> Acesso em: 11/11/2018.

_____. **Lei 12.512 de 14 de outubro de 2011.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12512.htm> Acesso em 18/10/2018.

_____. **Decreto estadual 57.755 de 24 de janeiro de 2012.** Disponível em: <<http://www.legislacao.sp.gov.br/legislacao/dg280202.nsf/5fb5269ed17b47ab83256cfb00501469/e504a091414f962d832579910045ab0e?OpenDocument>> Acesso em: 11/11/2018.

_____. **Decreto nº 7.794 de 20 de agosto de 2012.** Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm> Acesso em 15/08/2022.

_____. **Resolução CD/FNDE nº 26 de 17 de junho de 2013.** Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/4620-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-26,-de-17-de-junho-de-2013>> Acesso em: 10/11/2018.

_____. **Lei Federal nº 13.465 de 11 de julho de 2017.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113465.htm> Acesso em: 15/08/2022.

_____. **Aquisição de produtos da agricultura familiar para o programa nacional de alimentação escolar.** Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-eixos-de-atuacao/pnae-agricultura-familiar>> Acesso em: 10/11/2018.

_____. **Projeto aumenta recursos do PNAE para aquisição de alimentos da agricultura familiar.** Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/01/03/projeto-aumenta-recursos-do-pnae-para-aquisicao-de-alimentos-da-agricultura-familiar>> Acesso em: 10/11/2018.

_____. **Lei 16.684/2018.** Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2018/lei-16684-19.03.2018.html> Acesso em: 03/08/2019.

_____. **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018.** Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_RES_CNECESN72018.pdf Acesso em: 12/09/2022.

_____. **A MATA ATLÂNTICA.** Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/meio_ambiente/pmma/index.php?p=191883 Acesso em: 14/08/2019.

_____. **Decreto nº 10.150.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D10150.htm#:~:text=D10150&text=Alterar%20o%20Decreto%20n%C2%BA%207.775,Programa%20de%20Aquisi%C3%A7%C3%A3o%20de%20Alimentos Acesso em: 17/05/2021.

_____. **Lei 13.987 de 7 de abril de 2020.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/113987.htm Acesso em 15/08/2022.

_____. **MDS, 2020.** Disponível em: [https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/vis/data3/v.php?q\[\]=oNOTlcPavaarrLFvqrV%2ByqepuN1lmm5kiqt%2BYWx5cGypa317Z16EkWTms2WNs4ianbSon7SfrrqqkKcmmcupsK2iKextVivq2mGiZ2Ow9SYpaOUye6yb3eulqbsnoiJqqLE3XTRr5zA8Lmoq7qarZmfrugmcDCpc%2BU8Pqv6Khq5qe6KuywVeRxoGDq35Wr%2BCwqa67pK2Zn7a8mJu6xpzcrKZ9666bq7tVm%2Bisba%2Ben8DEqNaxos%2FgwFSiqaKj5aKuwJygd8ei3KuYwOCxo66tqFrdqG2eeG7T0W4%3D](https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/vis/data3/v.php?q[]=oNOTlcPavaarrLFvqrV%2ByqepuN1lmm5kiqt%2BYWx5cGypa317Z16EkWTms2WNs4ianbSon7SfrrqqkKcmmcupsK2iKextVivq2mGiZ2Ow9SYpaOUye6yb3eulqbsnoiJqqLE3XTRr5zA8Lmoq7qarZmfrugmcDCpc%2BU8Pqv6Khq5qe6KuywVeRxoGDq35Wr%2BCwqa67pK2Zn7a8mJu6xpzcrKZ9666bq7tVm%2Bisba%2Ben8DEqNaxos%2FgwFSiqaKj5aKuwJygd8ei3KuYwOCxo66tqFrdqG2eeG7T0W4%3D) Acesso em: 07/06/2021.

_____. **Parecer CNE/CES nº 498/2020.** Disponível em: https://curricularizaodaextensao.ufsc.br/files/2021/01/Prorroga-prazo-Homologac%C3%A7%C3%A3o-e-o-Parecer-CNE_CES-nr-498_2020.pdf Acesso em: 12/09/2022.

_____. **Decreto nº 11.043, de 13 de abril de 2022.** Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-11.043-de-13-de-abril-de-2022-393566799> Acesso em: 15/08/2022.

_____. **BRASIL, 2022.** Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias-2022/recursos-do-pronaf-no-plano-safra-irao-aumentar-em-12> Acesso em: 15/11/2022.

CANEDO, D. “Cultura é o quê?” - reflexões sobre o conceito de cultura e a atuação dos poderes públicos”. V **ENECULT** - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 27 a 29 de maio de 2009. Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador-Bahia-Brasil.

CDRS, 2017. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral. Disponível em: <http://www.cati.sp.gov.br/ppais/sobre.php> Acesso em: 13/11/2018.

_____. 2017. Disponível em: <
<http://www.cdrs.sp.gov.br/projetolupa/dadosmunicipais1617/t428.xlsx>> Acesso em:
 10/08/2020.

_____. 2018. **Desenvolvimento Territorial Rural de Piracicaba – SP**. Set. 2018.

COIMBRA, C.M. B. **Os Caminhos de Lapassade e da Análise Institucional: uma Empresa Possível**. Revista do Departamento de Psicologia da UFF, vol 7, nº 1, 1995, pp. 52-80.

COSTA-PINTO, A. B. **Potência de agir e educação ambiental: aproximações a partir de uma análise da experiência do Coletivo Educador Ambiental de Campinas (COEDUCA) SP/Brasil**. 2012, 164 f. Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo : Departamento de Filosofia da Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 2012.

DANIEL, J. M. P.; CRAVO, V. Z. Olhares antropológicos sobre a alimentação. Valor social e cultural da alimentação. In. CANESQUI, AM., and GARCIA, RWD., orgs. **Antropologia e nutrição: um diálogo possível [online]**. Antropologia e Saúde. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005. 306 p.

DIAS, R.; MATOS, F. **Políticas Públicas: princípios, propósitos e processos**. Ed. Atlas, São Paulo, 2012.

DOWBOR, L. A difícil transição para sociedades sustentáveis. In: Marcos Sorrentino; Maria Henriqueta Andrade Raymundo; Simone Portugal; Fernanda Côrrea de Moraes; Rafael Falcão da Silva. (Org.). **Educação, agroecologia e bem viver: transição ambientalista para sociedades sustentáveis**. 1ª ed. Piracicaba - SP: MH-Ambienta Natural, 2017, v. 1, p. 27-37.

EMBRAPA, s/ data. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/agrobiologia/arvores-na-agricultura/sobre-o-sistema>> Acesso em: 05/10/2018.

EMBRAPA, 2009. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Disponível em: <http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/territorio_mata_sul_pernambucana/arvore/CO NT000gt7eon7l02wx7ha087apz2x2zjco4.html> Acesso em 03/08/2019.

FASANELLO, M. T.; NUNES, J. A.; PORTO, M. F. S. Metodologias colaborativas não extrativistas e comunicação: articulando criativamente saberes e sentidos para a emancipação social. **Reciis – Rev Eletron Comun Inf Inov Saúde**. 2018.

FERREIRA, A. B. H. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. Ed. Nova Fronteira, 2ª ed., Rio de Janeiro, 1986, 1838 p.

FRANCO, Maria Amélia Santoro. Pedagogia da pesquisa-ação. **Educação e pesquisa**, [S. l.], v. 31, n. 3, p. 483–502, 2005.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. 165 p.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 11 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina.** 8º ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

GIRALDO, O. F. MCCUNE, N. ¿Puede el Estado llevar la agroecología a escala? Experiencias de políticas públicas para la territorialización agroecológica en América Latina. **Cuaderno de trabajo No. 2.** Grupo de investigación sobre la Masificación de la Agroecología.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável.** Porto Alegre: Editora da UFGRS, 2000.

GUÉNEAU, S. et al. A construção das políticas estaduais de agroecologia e produção orgânica no Brasil. **Revista Brasileira de Agroecologia, Vol.14, nº. 2 Esp.,** p. 7 – 21, 2019.

HEIDEMANN, F. G. **Do sonho do progresso às políticas de desenvolvimento.** In: HEIDEMANN, F. G., SALM, J. F. (Orgs). **Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise.** Brasília-DF, UNB, 2009, 340p.

IBGE, v. 1, n. 2, p. 147-148, abr. 1939. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7115>>. Acesso em: 03/10/2018.

IBGE, 2013. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=353870>> Acesso em: 03/08/2019.

_____ **Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil: uma primeira aproximação /** IBGE, Coordenação de Geografia. – Rio de Janeiro: IBGE, 2017. 84p. - (Estudos e pesquisas. Informação geográfica, ISSN 1517-1450; n. 11).

_____ **CENSO AGROPECUÁRIO, 2017.** Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/piracicaba/pesquisa/24/27745>> Acesso em: 03/08/2019.

_____ Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estimativas da população residente com data de referência 1º de julho de 2020. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/piracicaba/panorama>> Acesso em: 15/08/2022

IEMINI, A. E.; TRENTO, L. G. **Transição Agroecológica na Agricultura Familiar: Relato de experiência no Acampamento Elizabeth Teixeira.** Cadernos de Agroecologia – ISSN 2236-7934 – V. 13, N. 2, Dez, 2019.

INSTITUTO FLORESTAL, 2016. Disponível em: < <https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/institutoflorestal/2016/11/falta-pouco-para-a-implantacao-do-programa-de-jovens-em-piracicaba/>> Acesso em: 11 de maio de 2021.

IPEA, 2022. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.** Disponível em: < <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2022-06/rendimentos-de-brasileiros-cairam-87-no-primeiro-trimestre-de-2022>> Acesso em: 15/08/2022.

IPPLAP. Instituto de Pesquisa e Planejamento de Piracicaba. Dados oficiais: protocolo 156.928/2013. Piracicaba/SP, 2013.

_____. Diretoria de Estudos Socioeconômicos. Informações e desenvolvimento urbano e rural. Área cultivada por culturas temporárias no município de Piracicaba (hectare) – 1990 a 2020.

_____. **Revisão Plano Diretor do município de Piracicaba/SP.** Disponível em: <<http://planodiretor.piracicaba.sp.gov.br/plano-diretor-de-desenvolvimento-de-piracicaba/>> Acesso em: 15/08/2022.

JACOB, L. B. **Agroecologia e Universidade: entre vozes e silenciamentos.** Piracicaba, 2011.

LABORATÓRIO DE EDUCAÇÃO E POLÍTICA AMBIENTAL - OCA. **O “método oca” de educação ambiental: fundamentos e estrutura incremental.** *Ambiente & Educação*, v. 21, n. 1, p. 75–93, 2016.

LEFF, E. **Ecologia, capital e cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável.** Blumenau: Ed. da FURB, 2000, 381 p.

LERVOLINO, S. A.; PELICIONI, M. C. F. A utilização do grupo focal como metodologia qualitativa na promoção da saúde. **Rev.Esc.Enf. USP**, v. 35, n. 2, p. 115-21, jun. 2001.

LUPA, _____, 2016. Disponível em: <<http://www.cdrrs.sp.gov.br/projetolupa/dadosmunicipais1617.php>> Acesso em: 31/01/2020.

MARCONATO, D. A. B. **O Desenvolvimento Sustentável e as Teorias da Firma: Dois Mundos Diferentes?** In: ENCONTRO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 34, 2010. Rio de Janeiro, Anais ... [S.I.]: 2010.

MDA & MDS. **Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar: Renda para quem produz e comida na mesa de quem precisa!** Cartilha PAA, 2012.

MDA, 2017. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/pronaf-completa-22-anos-com-n%C3%BAmeros-importantes-para-hist%C3%B3ria-do-programa>> Acesso em 18/10/2018

_____, 2018. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/agricultura-familiar-do-brasil-%C3%A9-8%C2%AA-maior-produtora-de-alimentos-do-mundo>> Acesso em: 18/10/2018

_____, s/ data. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-creditorural/linhas-de-cr%C3%A9dito>> Acesso em: 18/10/2018.

_____. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD), Extrato DAP. Disponível em: <<http://smap14.mda.gov.br/extratodap/>> Acesso em 13/04/2021.

MIER Y TERÁN, M. *et al.* Escalamiento de la agroecología: impulsores clave y casos emblemáticos. Traducción del artículo: Mier y Terán, M. Giraldo, O.F. Aldasoro, M., Morales, H. Ferguson, B. Rosset, P., M. Khadse, & A. Campos, (2018) “Bringing agroecology to scale: Key drivers and emblematic cases”, **Journal Agroecology and Sustainable Food Systems**, 42 (6): 637-665.

MONITORAEA, 2022. Disponível em: < <https://www.monitoraea.org.br/> > Acesso em: 18 de novembro de 2022.

MORAES, F. C. DE. **Saberes Agroecológicos: estudo de caso no Extremo Sul da Bahia**. [s.l.] Universidade de São Paulo, 2017.

MORIMOTO, I. A. **Direito e educação ambiental: estímulo à participação crítica e à efetiva aplicação de normas voltadas à proteção ambiental no Brasil**. 2014, 500f. Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental (PROCAM), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

NETTO, C. E. **Dicionário do Dialeto Caipiracicabano – Arco, Tarco, Verva**. 6º Ed – Piracicaba: ICEN – Instituto Cecilio Elias Netto, 2016.

OLIVEIRA, N. R.; TRENTO, L. G. Motyrõ e a práxis na extensão agroecológica. **Cadernos de agroecologia**, Aracaju/SE, v. 15, nº 2, 2020.

PERUZZO, Cicília. Epistemologia e método da pesquisa-ação. Uma aproximação aos movimentos sociais e à comunicação. **Anais XXV Encontro Anual da Compós**, Goiânia/GO, p. 22, 2016.

PORTUGAL, S.; MORAES, F. C.; RAYMUNDO, M. H.; OLIVEIRA, N. R.; SORRENTINO, M. . Educação ambiental e agroecologia: um diálogo necessário. In: Marcos Sorrentino; Maria Henriqueta Andrade Raymundo; Simone Portugal; Fernanda Côrrea de Moraes; Rafael Falcão da Silva. (Org.). **Educação, agroecologia e bem viver: transição ambientalista para sociedades sustentáveis**. 1ª ed. Piracicaba - SP: MH-Ambienta Natural, 2017, v. 1, p. 193-205.

ROCHA, M. L. **Pesquisa-Intervenção e a Produção de Novas Análises**. PSICOLOGIA, CIÊNCIA E PROFISSÃO, 2003, 23 (4), 64-73.

ROSSET, P. M.; BARBOSA, L. P. Territorialização da agroecologia na via campesina. **Boletim nº 39/EcoEco**, Edição Especial. Janeiro a dezembro de 2018, publicado em julho de 2019.

SALIS, C. L. G. **Estatuto da Terra: Debates políticos e as disputas pela forma da reforma agrária no primeiro governo militar**. Revista Antíteses, v. 7, n. 13, p. 493-516, jan./jun. 2014.

SANTOS, L. R. DOS. **Gestão democrática e participação na educação profissional agroecológica do MST (PR): limites e possibilidades de uma educação emancipatória**. [s.l.] Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP, 2015.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: Primeiras aproximações**. 10 ed. Campinas, SP. Autores Associados LTDA, 2008.

SECCHI, L. “**Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**”, de, Editora: Cengage Learning Cidade: São Paulo Ano: 2014.

SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval. **Pesquisa participante: alteridade e comunidades interpretativas Psicologia USP**, scielo, 2006.

SOARES, M. R. R. **O distrito de Tupi, Piracicaba, SP – potencialidades, fragilidades possibilidades de desenvolvimento**. Trabalho de Conclusão de Curso. Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”. Piracicaba/SP, 2017.

SOUZA, C. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias. Porto Alegre, ano 8, nº16, p.20-45, jul/dez 2006.

SPINOZA, B. 1632-1677. **Ettica / Spinoza** ; [tradução de Tomaz Tadeu]. - Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

SPOSITO, M. E. B. **A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade**. In: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. (Org.). *Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 111-130.

TERCI, E. **A Desconstrução da Sociedade Rural e a Consolidação de um Centro Canavieiro Paulista: o dilema na afirmação da identidade de Piracicaba (1930-1950)**. Congresso Brasileiro de História Econômica (8:2009: Campinas, SP). Programa / Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica. – Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2009 121 p.

THIOLLENT, M. (1987). **Notas Para o Debate Sobre Pesquisa-Ação**. In C. R. Brandão (Org.), *Repensando a Pesquisa Participante*, 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987, pp. 82-103.

TRENTO, L. G. **Arranjo pedagógico e sistemas agroflorestais sucessionais: estruturas educadoras no curso de especialização “Agroecologia e Transição Educadora para Sociedades Sustentáveis”**. Trabalho de conclusão de curso. USP/Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”. Piracicaba, 2017.

TRENTO, L. G. **Construção de assentamentos agroecológicos: desafios e potencialidades no acampamento Elizabeth Teixeira e grupo de extensão Motyrõ**. Piracicaba, 2021. 177 p. Dissertação (Mestrado) -- USP / Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”. Centro de Energia Nuclear na Agricultura.

APÊNDICES

Apêndice A - Roteiro semiestruturado das entrevistas.

Águas

- 1) Como você enxerga o tratamento das águas e resíduos na comunidade? É satisfatório?
O que poderia ser melhor?
- 2) Em geral, qual a situação dos ribeirões, córregos e rios que passam pelo Distrito?

Agricultura

- 3) Há água suficiente e de qualidade para a agricultura e consumo humano?
- 4) Qual modalidade de agricultura é mais comum no Distrito? Existem desafios para uma agricultura ecológica?
- 5) Como você vê a influência da agricultura na vida da comunidade?
- 6) Como é o envolvimento das mulheres na agricultura?
- 7) A comercialização é feita de que maneira? Há entrega de produtos locais no distrito de Tupi?
- 8) A renda obtida costuma ser suficiente para o sustento da família?

Vulnerabilidades

- 9) Como você enxerga a atuação da escola após tornar-se rural e integral? Notou alguma diferença?
- 10) Você encontra lazer e cultura na comunidade?
- 11) Quais são as formas de receber informação e de se comunicar no Distrito? (Rádio, TV, jornal, jornal comunitário)
- 12) Como é a relação da comunidade com as áreas naturais do Distrito?
- 13) Como ficou a alimentação escolar no período de pandemia?
- 14) Você identifica situações de pobreza extrema no distrito de Tupi? (Que passam fome, sem moradia, alimentação sem qualidade)
- 15) Como é o atendimento de saúde no distrito?

Políticas Públicas

- 16) Você sabe o que são políticas públicas? Acredita ter acesso à elas?
- 17) Você participa de alguma associação/cooperativa/grupo organizado? Qual? Mesmo não participando conhece algum/alguma?
- 18) Em qual ou quais desafios do território as políticas públicas poderiam contribuir mais?
- 19) Você enxerga relação entre as políticas públicas e a massificação da agroecologia? E

dessas com a potência de ação dos agentes públicos, da comunidade?

20) No município quais são políticas públicas que fortalecem a agroecologia?

Apêndice B - Roteiro e transcrição do grupo focal.

Objetivos:

- Compreender como o grupo de agricultores/as do "Roteiro Tupi" se organiza;
- Apoiar o grupo na descoberta de seus planos, desafios e ações;
- Fortalecer a agricultura familiar e sua organização no Distrito de Tupi em Piracicaba/SP;
- Colaborar com a formulação de políticas públicas de base comunitária junto ao grupo.

Presentes: Re, Ls, Ro, Aa, Ae, Cl.

Acolhimento e boas vindas (5 min)

Explicação da atividade e acordos coletivos (5 min)

- Explicitação do que é o grupo focal e que será trabalhado como análise da pesquisa (diálogo sobre o grupo Roteiro Tupi, seu histórico de atuação, atividades do presente e sonhos para o futuro).
- São perguntas abertas, com tempo para que todas as pessoas possam responder/falar/conversar sobre elas.
- É importante a escuta atenta, respeito e cuidado com a fala, especialmente das mulheres.

1) Como o grupo se formou? De que maneira vocês ficaram sabendo um do outro? Como vocês se organizam? Que apoio vem sendo importante para que esse grupo continue e se fortaleça? - 15 min

Ro: começou com o Ls, comprei a área em tupi por hobby, mas acho que comecei a participar pela influência do Ls, ele colocou a gente em contato.

Re: pelo Ls e F, muita gente que vai lá vem aqui, da importância do que cada um faz, que é diverso e diferente.

Aa: pela Andrea da chácara Brasil, imaginei que tivesse sido uma iniciativa deles.

Ae: Meu caso foi o Ls, teve aquela visita com o pessoal da Sema, para conhecer as propriedades, tivemos reuniões na chácara do Ls.

Ls: Foi um processo de garimpagem, de procurar, não sou da região, então fui procurar quem mais estava ligado a coisa da terra, cada um faz uma coisa diferente, foi uma garimpagem mesmo, acho que isso não acabou ainda. A chance de encontrar alguém é que nem terremoto, vai ficando mais difícil com o tempo, mas quem sabe com essa associação.

Cl: O que acontece no trabalho em grupo, quando um desanima o outro dá um empurrãozinho, quando a gente pega uma empreitada que a gente se senta sozinho, desanima, trabalho em grupo sempre alguém sabe alguma coisa, quando você se acostuma com o grupo, é difícil se ver só.

Nd: desde quando vocês se conhecem?

Ls: Em 2016 a gente e a chácara Brasil começamos essa conversa, em 2017 fizemos um curso eu e a Andrea fizemos 1 ano de curso, foi mais ou menos nessa época.

Re: foi em 2016, comprei o pedaço de terra em 2009, mas estava sossegado cuidando das minhas cabritas, foi o Ls lá, meu contato foi mais com ele, você me perguntou sobre, essa é uma das coisas que nós vamos enfrentar, principalmente no Santa Isabel, vamos ter um problema sério de ter que se manter como “produtor rural”, está cada vez mais dividida a coisa por lá, a classificação por lá, está havendo um aperto da prefeitura.

Re: A N deu um apoio muito grande, com a intervenção do F e Ls começaram apoios do sebrae e fealq.

Ls: Confiança entre nós é a base, nos mantém unidos e faz entender que somos um grupo, olharmos e pensarmos como grupo, tem o L e a Chácara catavento, é a cola e o cimento que nos une, e concordo com Re, N está sendo o diferencial, vamos aproveitar porque não sabemos como vai ser.

Aa: Maior apoio é a informação, para o grupo não murchar, não cair, pessoal quer informação, o que está sendo e está acontecendo. Até números, quanto cada um cresceu, é um estímulo para o bairro e para o apoio da Sema, essa informação é sempre um estímulo, além de tudo o que fazemos, seria muito bom se nutrir dessas informações.

Cl: Sou mais recente no grupo, entraram em contato comigo em 2019. A pessoa que mais contribuiu, tem mais contato é o Ls, passa mais experiência, tem pessoas técnicas por perto, mas nós do grupo que teremos que movimentar isso, tudo bem os técnicos que trazem as informações, mas seremos nós que teremos que percorrer, o grupo está unido e buscando as mesmas coisas.

2) Pensando tudo o que passaram para chegar aqui hoje, quais são os sonhos para esse grupo?

- 15 min

Ls: sonho é o combustível, o norte, eu sonho com um roteiro maravilhoso, inseridos no turismo rural, estamos em uma região rica e carente desses serviços, impulsionando e trazendo dinheiro para a região, fixando o produtor rural na terra. Vendo o turismo rural de outros lugares, trazendo os filhos para a terra, renovando gerações.

Ro: levar mais conhecimentos até as pessoas, mais parcerias, com mais pessoas a gente vai mais longe. Conhecimento guardado é conhecimento morto, como curar através da natureza.

Aa: meu sonho é um Tupi turístico, isso impactar na vida do bairro, tudo isso que o Ls falou, várias pessoas vindo de vários lugares, preservação da natureza.

Cl: já sonhei bastante, hoje sonho menos, as coisas parecem que tem um caminho, e a gente acaba entrando nele e vai se moldando, sonho às vezes limita, sonhamos pouco e com o que não é certo, não nos leva até onde a gente quer. O meu dia a dia é tentar fazer o melhor possível do que estou fazendo, ouço o que eles tem pra dizer e vou moldando, sonho coloca a gente em um caminho reto, então vou se moldando a tudo que vai acontecendo, dentro do panorama que estou envolvido. Quando mais jovem tinha alguns planos, mas não deram certo, então deixei de sonhar. Se me perguntar o que vou fazer com o engenho, não sei eu vou me adaptando.

Re: faço do C as minhas palavras, meu sonho era ver um mundo melhor, em paz, mas hoje é ficar em um cantinho, vendo o que as pessoas querem, qual o sonho das pessoas, o meu é ter um final de vida feliz, tenho um sonho de viver minha vidinha tranquila até o final da vida.

3) Depois de passarmos pelos sonhos e desejos, que ações vocês acreditam serem essenciais para realizá-los? - 15 min

Ro: tenho ajuda da unicamp, do lindolfo da esalq, da capes, facilita o trabalho, tenho muito ajuda externa.

Ls: Primeira coisa que eu fiz foi unir o grupo, procurar pessoas, eu sozinho não faço nada, eu acho que foi isso que eu fiz.

Cl: e nós colaboramos participando, ele convida a gente vem e trabalha, sempre que tem reuniões nós vamos participar e tentar agregar, é meio lento o negócio mas está andando, participação é especial.

Re: tem que ser lento, se tentarmos algo maior começa da problema, tem que ser pequeno, acho que estou colocando poucas coisas do grupo, mas meu objetivo era ficar sossegado, ensinando meus netos a entender sobre os tipos de queijo, ensinar o brasileiro sobre isso, meu sonho e minha missão é fazer e dizer ao povo que não teve oportunidade de ver que existem outras coisas no mundo. Estamos conseguindo fazer isso através do grupo. Essas

reuniões estão ajudando bastante a começar a formar uma consciência, se tentarmos forçar vai dar quebra, está muito legal do jeito que está sendo feito.

Cl: as ações são essas por enquanto, ouvir, aprender e participar do grupo, com o passar do tempo elas serão diferentes e teremos outras obrigações.

Ro: quem ganha com essas ideias são os turistas, trazendo conhecimento para o nosso pessoal, isso vai agregando valor, como mexemos com público isso agrega valor.

4) Apresentar os objetivos da pesquisa e a sistematização do que já temos (o que percebemos até agora) - 10 min

5) Como vêm isso de agroecologizar o território? - 15 min

Cl: venho de um local, família e cultura onde nós produzimos cana, não tem nada muito de ecologicamente correto em produzir, cada vez mais uso de herbicidas, são obrigatórios, quando você fala dessa agricultura em tupi, não conheço direito, mas conheço meu bairro, os pequenos proprietários de terra, 15 ou 20 alqueires, tempos atrás produziam cana, a cana se tornou inviável para eles, mas não saíram da cultura da cana, eles arrendaram para grandes produtores, transformando a produção em uma área maior, tentar outra cultura no meio da canavial não funciona. Em volta da casa se tem horta, planta mamão, mas hoje não conseguimos colher mais nada lá, uso de maturador de cana acaba com tudo. Estão passando herbicida com drone, avião, piorou, você fala sobre essa agricultura ecologicamente correta, é complicado, estamos rodeados de grandes produtores de cana, é só terra de usinas, agora é uma visão minha, de quem ficou envolvido com a produção de cana, não sei o que acontece, estamos em uma sinuca de bico, não temos água para irrigação, temos que contar com chuva, não tem rio nem represa, cultura que precisam de maior irrigação a gente não consegue fazer.

Re: você tem razão, quem deixou a cana está indo para pecuária, o que está acontecendo na usina furlan, está virando pasto, o que era para ser o santa isabel, pequenos produtores, acabou, dá dó de ver, tiraram duas árvores centenários, é difícil você convencer, você olha a estada 15 não tem mais nenhum lote que tem a escrita definitiva sendo usada o que era para ser. Dúvido que você encontre alguém, é muito difícil falar de ecologia quando você tem essa pulverização, você vê container vendendo chácara a troco de carro, gente que vem para passar final de semana, é difícil falar em conscientização agroecológica sem um treinamento adequado.

Cl: importante ter uma conscientização dos pequenos produtores, eles já tinham conhecimento da produção de outras culturas, mas se deixou de plantar tudo para a cana, depois ficou horrível produzir ela, mas ninguém conseguia produzir outra coisa,

Re: Principalmente em pequena escala, veja a região dos vinhos, não precisa de ecologia, e sim de tecnologia, tecnificar a produção. É o Ls, o Ro, eu não estou fazendo. Desculpe Nd, é muito difícil falar disso do jeito que estão as coisas.

Ro: Tenho bastante abelhas e água aqui. Comecei a trazer a agrofloresta, aves, tanto que vai ter observação aqui. Fiz essa interação da agroecologia porque mexo com ervas medicinais, procurei fazer essa integração de ecossistemas para que pudessem sair. Procurei avançar nisso, porque precisamos muito disso, sem natureza não tem oxigênio, quem puder venha conhecer aqui, é sensacional.

Re: Você e o Ls são exemplos do que precisa ser feito, mas é difícil embutir isso nas pessoas que estão chegando, ainda mais no entorno do Santa Isabel.

Nd: Também acho difícil falar disso no Santa Isabel, é um diagnóstico nosso mesmo.

Ae: acabei não falando muito ai no outros temas, a respeito do turismo, meu problema maior está sendo a cana. Comentei com o Ls, estou encerrando minha produção por causa da cana, quando eu fiz a estufa foi um erro meu, a divisão foi feita porque o pessoal não iria plantar cana, mas aí veio alguém e arrendou, passando herbicida ali perto, até para receber visitantes, na estrada só passa o trator deles e mais nada. Até quando a N foi visitar ela acabou falando isso. Se for para plantar qualquer coisa que seja, no sistema agroecológico tem que pensar em uma área destinada para isso, aqui na região eu não arrisco mais de jeito nenhum. Vou parar de produzir.

Ls: Fiquei impressionado com esse rapaz, ele não tem água, ele coleta e reaproveita a água da chuva, ele é um herói, ele não usa defensivo, ele reaproveita 100% a água da chuva.

6) O que vocês fazem para contribuir com esse processo?

Ls: Cheguei em 2011, refiz a mata ciliar, plantei quase 1000 árvores no tijuco preto, cada construção que eu fiz eu separei a malha hidráulica nas águas cinzas e negras, fiz uma fossa séptica, a fossa veio depois, vim preparando isso para depois, plantei bastante, meu poço tem outorga, saiu caro fazer tudo na legislação. Hoje vejo animais que não via há 10 anos atrás, lontra, esquilo, macaco, não via isso. Acho que ainda tenho muito o que fazer, compostagem é uma delas, outra questão é a energia fotovoltaica, consumo muita água, é preciso bombear. Acho que tem muito mais por favor do que já fiz, está melhor que 10 anos atrás. Ano passado

quase perdemos nossa mata, eu prometi que iria entrar com algum sistema anti incêndio, comprei uma bomba, falta o motor elétrico e mangueira, para poder dar proteção a essa mata.

Cl: Algo que o pessoal conversa comigo, acham bacana o que fiz de agregar algo diferente na propriedade, comercio no meio da cana, que sirva de exemplo, fiquem com a terra, não arrendem tudo, voltem a trabalhar com outras coisas que não agrida tanto a natureza, esses pequenos produtores que vão poder fazer algo assim, grandes produtores estão em outra vibe, dizem que se não usar a gente não come, não falam por mal, é que realmente não colhe, é a tecnologia que nós temos hoje. Eu acho que meu exemplo pode agregar é essas pessoas verem que podem fazer algo na propriedade que não seja cana. Quando você atrai as pessoas para a área rural, é importante tornar o espaço mais agradável com natureza e deixar o espaço agradável.

Ro: Aqui se une Piracicaba, SBO no bacia caipira, para trazer a terceira idade para o horto, Piracicaba e o sítio aqui, essas pessoas começam a resgatar a qualidade de vida.

ANEXOS

Nos anexos constam algumas das legislações citadas no trabalho, como será visto, em duas delas existem trechos riscados, o que significa que foram partes revogadas ou alteradas por outras legislações aprovadas posteriormente.

Anexo A – Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Rurais

Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006.

[Regulamento](#)

Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

[Regulamento](#)

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei estabelece os conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

Art. 2º A formulação, gestão e execução da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais serão articuladas, em todas as fases de sua formulação e implementação, com a política agrícola, na forma da lei, e com as políticas voltadas para a reforma agrária.

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

~~III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;~~

III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; ([Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011](#))

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

§ 1º O disposto no inciso I do caput deste artigo não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais.

§ 2º São também beneficiários desta Lei:

I - silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes;

II - aqüicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2ha (dois hectares) ou ocupem até 500m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede;

III - extrativistas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput deste artigo e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e faiscadores;

IV - pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do caput deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente.

V - povos indígenas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput do art. 3º ; [\(Incluído pela Lei nº 12.512, de 2011\)](#)

VI - integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais que atendam simultaneamente aos incisos II, III e IV do caput do art. 3º . [\(Incluído pela Lei nº 12.512, de 2011\)](#)

§ 3º O Conselho Monetário Nacional - CMN pode estabelecer critérios e condições adicionais de enquadramento para fins de acesso às linhas de crédito destinadas aos agricultores familiares, de forma a contemplar as especificidades dos seus diferentes segmentos. [\(Incluído pela Lei nº 12.058, de 2009\)](#)

§ 4º Podem ser criadas linhas de crédito destinadas às cooperativas e associações que atendam a percentuais mínimos de agricultores familiares em seu quadro de cooperados ou associados e de matéria-prima beneficiada, processada ou comercializada oriunda desses agricultores, conforme disposto pelo CMN. [\(Incluído pela Lei nº 12.058, de 2009\)](#)

Art. 4º A Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais observará, dentre outros, os seguintes princípios:

I - descentralização;

II - sustentabilidade ambiental, social e econômica;

III - equidade na aplicação das políticas, respeitando os aspectos de gênero, geração e etnia;

IV - participação dos agricultores familiares na formulação e implementação da política nacional da agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais.

Art. 5º Para atingir seus objetivos, a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais promoverá o planejamento e a execução das ações, de forma a compatibilizar as seguintes áreas:

I - crédito e fundo de aval;

II - infra-estrutura e serviços;

III - assistência técnica e extensão rural;

IV - pesquisa;

V - comercialização;

VI - seguro;

VII - habitação;

VIII - legislação sanitária, previdenciária, comercial e tributária;

IX - cooperativismo e associativismo;

X - educação, capacitação e profissionalização;

XI - negócios e serviços rurais não agrícolas;

XII - agroindustrialização.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no que for necessário à sua aplicação.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de julho de 2006; 185º da Independência e 118º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Guilherme Cassel

Anexo B - Decreto de criação do Distrito de Tupi, Piracicaba/SP.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Geral Parlamentar
Departamento de Documentação e Informação

LEI N. 2.783, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1936

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - Fica, no município e comarca de Piracicaba, criado o distrito de paz de Tupy, com sede no distrito policial de igual nome.

Artigo 2.º - Suas divisas são as seguintes: - Começam na confluência do ribeirão Lambary com o rio Piracicaba; sobem, por esse ribeirão, até a divisa com o município de Rio das Pedras; por essa divisa, até encontrar o ribeirão da Baptisada; partindo em linha recta, dahi, até encontrar as nascentes do ribeirão de Recanto; descem por este até o rio Piracicaba e, por este rio acima, vão até a foz do ribeirão Lambary, ponto em que tiveram começo.

Artigo 3.º - Serão livremente feitas pelo Governo as primeiras nomeações.

Artigo 4.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario,

Palacio do Governo do Estado de São Paulo aos 23 de dezembro de 1936.

ARMANDO DE SALLES ILIVEIRA

Sylvio Portugal

Publicada na Secretaria de Estado da Justiça e Negocios do Interior, aos 23 de dezembro de 1936

Fabio Egydio de O. Carvalho

Director Geral.